



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**MARCELO LEMOS MENEZES**

**EVANGÉLICOS E DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): O USO  
DE MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA.**

**FORTALEZA**

**2024**

MARCELO LEMOS MENEZES

EVANGÉLICOS E DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): O USO DE  
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Dissertação apresentada ao Mestrado  
Profissional em Ensino de História da  
Universidade Federal do Ceará, como  
parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Maia  
Alves Júnior.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M512e Menezes, Marcelo Lemos.  
Evangélicos e ditadura militar brasileira (1964-1985) : o uso de memórias e representações no ensino de História. / Marcelo Lemos Menezes. – 2024.  
140 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Edmilson Maia Alves Júnior.

1. Evangélicos. 2. Ditadura Militar. 3. Memórias. 4. Ensino de História. I. Título.

CDD 907.220711

---

MARCELO LEMOS MENEZES

EVANGÉLICOS E DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): O USO DE  
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA.

Dissertação apresentada ao Mestrado  
Profissional em História da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito para a  
obtenção do título de Mestre. Área de  
concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Maia  
Alves Júnior.

Aprovada em 27/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Júnior (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte (Examinador Interno)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Raquel da Silva Alves (Examinador Externo)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe por seu contínuo apoio e amor, que fundamenta essencialmente cada parte e gesto daquilo que sou; aos meus irmãos e minha família, que sempre me concederam suporte irrestrito aos meus sonhos.

Ao meu pai José Ferreira Menezes, eu sou você e você está em mim (in memoriam)

À Lianara Autran, minha companheira de todos os momentos, que com paciência, me proporcionou afeto e compreensão ao longo de todo o árduo processo de escrita. Sou definitivamente grato à Deus pelo nosso encontro.

Ao coordenador Eduardo Maia e chefias de célula, Liana Castelo Branco e Laene Menezes; aos companheiros e companheiras de trabalho da SEFOR 2. Meus agradecimentos pela prontidão em compreender e me incentivar a lutar por essa conquista.

Ao meu orientador, Edmilson Júnior, por suas ricas ponderações e amizade; aos demais professores e professoras integrantes do Profhistória, pela dedicação a esse belíssimo projeto de pós-graduação, que traz para o centro do olhar, o universo prático da História escolar.

Aos membros da banca, Dra. Ana Rita Fonteles e Dra. Raquel Alves Silva, minha gratidão pelas pontuações, as quais contribuíram imensamente para o enriquecimento das elucubrações aqui geradas.

## RESUMO

O transbordar de memórias sobre a ditadura militar no Brasil tem gerado disputas e conflitos que indiscutivelmente chegaram até as escolas. Em meio a tais embaraços e desafios do presente, os historiadores/professores são impulsionados a revisitar criticamente seus métodos, conteúdos e abordagens executadas em salas de aula. Nosso trabalho visa contribuir na promoção de metodologias capazes de direcionar docentes e estudantes a um efetivo exercício de práticas investigativas sobre memórias e representações negacionistas. De forma simultânea, apresenta ferramentas e operações racionais possíveis de serem instrumentalizadas pelos discentes em suas vidas práticas, oportunizando compreensões ampliadas de suas realidades. Ademais, importa-nos deslocar para o centro da temática da ditadura militar, outras histórias, lembranças e identidades ainda negligenciadas por muitas narrativas que tratam sobre o tema. É nesse sentido, que invocamos em nossa pesquisa os sujeitos evangélicos. Permeando seus periódicos, suas representações e memórias, os situamos não como um grupo religioso homogêneo, tal qual o senso comum os vê, mas em suas heterogeneidades doutrinárias e identitárias, as quais mostrar-se-ão responsáveis por fundamentar posicionamentos, retratações e lembranças distintas do golpe militar de 1964. Em tempos de ascensão dos evangelicalismos no Brasil e suas respectivas representatividades em salas de aula, é impreterível compreendermos as identidades evangélicas abraçadas por nossos estudantes, mas ainda como tais identificações revelam-se essenciais para as aceitações ou recusas dos conteúdos históricos escolarizados.

**Palavras-chave:** memória; evangélicos; ditadura militar; ensino de história.

## ABSTRACT

The overflow of memories about the military dictatorship in Brazil has generated disputes and conflicts that have undoubtedly reached schools. Amid such embarrassments and challenges of the present, historians/teachers are driven to critically revisit their methods, content and approaches implemented in classrooms. Our work aims to contribute to the promotion of methodologies capable of directing teachers and students to an effective exercise of investigative practices on denialist memories and representations. Simultaneously, it presents tools and rational operations that can be used by students in their practical lives, providing expanded understanding of their realities. Furthermore, it is important for us to move to the center of the theme of the military dictatorship, other stories, memories and identities still neglected by many narratives that deal with the topic. It is in this sense that we invoke evangelical subjects in our research. Permeating their periodicals, their representations and memories, we place them not as a homogeneous religious group, as common sense sees them, but in their doctrinal and identity heterogeneities, which will prove to be responsible for substantiating different positions, retractions and memories. of the military coup of 1964. In times of the rise of evangelicalisms in Brazil and their respective representations in classrooms, it is essential that we understand the evangelical identities embraced by our students, but even as such identifications prove to be essential for the acceptance or refusal of content educational backgrounds.

**Keywords:** memory; evangelicals; military dictatorship; history teaching.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Confederação Evangélica Brasileira
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESP	Escola Sem Partido
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IPB	Igreja Presbiteriana Independente
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
ISAL	Igreja e Sociedade da América Latina
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
SRS	Setor de Responsabilidade Social
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>SOBRE MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA</b> .....	15
<b>2.1</b>	<b>Um passado que continua: memórias autoritárias no tempo presente</b> .....	15
<b>2.2</b>	<b>O ensino de história e os desafios da contemporaneidade</b> .....	22
<b>2.3</b>	<b>O nexó entre memória, história e saber histórico escolar</b> .....	33
<b>3</b>	<b>PRECISAMOS FALAR SOBRE OS EVANGÉLICOS: IDENTIDADES, MEMÓRIAS E DITADURA MILITAR</b> .....	44
<b>3.1</b>	<b>Ascensão evangélica e ocupação dos espaços públicos.</b> .....	49
<b>3.2</b>	<b>Sobre lembranças evangelicais, autoritarismos e identidades em disputas.</b> ..	57
<b>4</b>	<b>SEGUINDO OS RASTROS DOS ESTUDANTES EVANGÉLICOS: LEMBRANÇAS DE UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA</b> .....	81
<b>4.1</b>	<b>A chegada na instituição de ensino</b> .....	82
<b>4.2</b>	<b>A escola como um campo de batalha espiritual</b> .....	85
<b>4.3</b>	<b>Ditadura militar: basta, queremos a história verdadeira</b> .....	87
<b>4.4</b>	<b>Problematizando um pouco mais a experiência.</b> .....	89
<b>5</b>	<b>TRAÇANDO PERCURSOS DIDÁTICOS POSSÍVEIS</b> .....	100
<b>5.1</b>	<b>Proposta de aula: Os Evangélicos Ontem e Hoje: entre memórias, identidades e ditadura militar</b> .....	104
<b>5.2</b>	<b>Metodologia</b> .....	105
<b>5.3</b>	<b>Explorando os saberes estudantis</b> .....	106
<b>5.4</b>	<b>Entre Memórias e História: Quais as diferenças?</b> .....	107
<b>5.5</b>	<b>Memórias Evangélicas, Identidades e Ditadura Militar: Percorrendo trajetórias investigativas em sala de aula</b> .....	109
<b>5.6</b>	<b>Desfragmentando para reconstruir</b> .....	116
<b>5.7</b>	<b>Interiorizando os Saberes</b> .....	128
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	130
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante de uma experiência vivida e sentida em sala de aula. “Vivida”, uma vez que corresponde a um determinado episódio de minha prática docente, e “sentida”, em virtude de envolver dimensões significativas de minha identidade religiosa. Dimensão situada no sensível, dimensão refugiada no sagrado.

O acontecimento citado, se deu em meados da segunda década do século XXI, quando estava a lecionar em uma Escola de Ensino Estadual Profissional (EEEP), no município de Fortaleza. Ao realizar uma aula sobre a temática da ditadura militar<sup>1</sup>, jovens evangélicos, afrontados com o conteúdo concedido, passaram então a mobilizar uma série de frases fabricadas pela extrema direita. Aquela, era a primeira vez que eu percebera de fato que o fundamentalismo religioso, não estava mais nas redes sociais, circunscrito ao plano virtual, mas que chegara até a escola. Estava ali, na sala de aula (Maia, 2023).

No calor do ocorrido, fiquei inerte, sem respostas pedagógicas para o que se sucedia ante os meus olhos. Decerto, com o passar dos anos, o evento ganhara forma de um enorme peso na memória, revelando-se definitivamente como algo a ser superado. Foi quando adentrei no Profhistória. De início, fiquei titubeante em revisitar as cenas, de relembrar as palavras e toda atmosfera de tensão. Posteriormente, atentei que, tal como Isabel Barca menciona em suas reflexões, é necessário firmarmo-nos como investigadores de nossas práticas, problematizando abordagens e compreendendo de modo analítico as concepções dos discentes (Barca, 2004).

Desde então, decidi estudar os evangélicos e perceber como estes estavam a efetivar conexões com os saberes históricos escolares e, especificamente, o conteúdo que diz respeito ao regime militar brasileiro de 1964. Dessa maneira, minha primeira preocupação se deu no campo da memória, onde tentei compreender as lembranças do passado ditatorial, que estavam a alimentar o imaginário dos discentes. De maneira lógica, o fio da análise me conduziu até as lideranças protestantes, que, decididamente, tinham posto o tema da ditadura como eixo de suas narrativas e ações (Camurça, 2019).

Ao efetivar esse processo de averiguação, deparei-me com a existência de memórias divergentes sobre os acontecimentos de 1964. Por conseguinte, passei a

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho, optamos por fazer uso do termo Ditadura Militar. Todavia, há um debate fervoroso na historiografia, de eminentes historiadores, como Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, entre outros, que defendem o conceito de ditadura-civil-militar, ante a expressiva participação da sociedade civil na sustentação e colaboração do regime autoritário. Para mais informações ver: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

observar com afinco, a presença de uma pluralidade evangélica, pouco notada pelo senso comum. Protestantismos que disputam sentidos e significados antagônicos sobre posicionamentos políticos, direitos da vida humana, e até mesmo quanto às suas próprias divindades.

Entre eles, uma fração, identificada como ecumênicos, posta-se como denunciante de violências e explícita arbitrariedades do período autoritário, mas não apenas isso, oferecem também, novas interpretações e leituras bíblicas, delineando uma identidade evangélica exponencialmente singular (Rosa, 2015).

Com concepção destoante, os fundamentalistas/conservadores que exercem predomínio no meio religioso evangelical, desenham memórias que tendem a se acomodar e a se ajustar em favor dos governos ditatoriais, mostrando-se pouco dispostos em lançar perspectivas críticas sobre a repressão exercida e os danos à democracia.

E aqui, é preciso deixarmos evidente quanto as categorias utilizadas: conservadorismo/ fundamentalismo.

A definição de conservadorismo, concebida por nós, segue o formulado pelo pensamento de Karl Mannheim:

tem sua gênese na Europa conflagrada das revoluções dos séculos XVIII e XIX, como reação ao Iluminismo. O conservadorismo se expressa através de uma mentalidade reativa que incorpora valores pretéritos e os aplica, como forma de resistência, a conjuntura de transformações. É um tipo de pensamento que apela para uma “intuição concreta” contra a ideia da razão universal, daí valorizar as experiências concretas enraizadas, tidas como “naturais”, como: a família, a religião, o torrão natal (Mannheim *apud* Camurça, 2019, p.137).

Essa percepção, se encaixa bem naquilo que concerne à base dogmática inicial dos evangélicos, principalmente naquilo que diz respeito ao núcleo familiar, ao patriarcalismo, o pietismo, entre outros. Todavia, dentro do evangelicalismo, a partir das primeiras décadas do século XX, formou-se nos EUA um movimento para combater o modernismo cientificista, que ameaçava valores preciosos da fé cristã, dando início aos fundamentalistas. Gradualmente, esse ideário ampliaria sua radicalidade, adquirindo novos contornos após a Segunda Guerra Mundial (Araújo, 2010).

Teorias como Reconstrucionismo, Teologia do Domínio, entre outras, vão exercer influência relevante no meio protestante. Enquanto a primeira é conhecida por possuir vertentes que defendem o retorno à aplicação das leis de Moisés e a formação de uma teocracia cristã, a segunda, apresenta ideias que dispõem os cristãos como predestinados a

ocupar os cargos que forjam o poder decisório de uma nação, influenciando diretamente nas leis redigidas e no controle estatal como um todo.

A problemática que se manifesta é que a divisão entre conservadores e fundamentalistas é muito tênue, permeando formatos mais radicais ou moderados de acordo com os contextos que se apresentam. Não à toa, devido essa difícil identificação, optamos, em alguns momentos, por fazer uso da expressão conservador/fundamentalista. Por acreditarmos que há um forte trânsito de retroalimentação entre essas duas vertentes (Schmidt, D., 2016).

É importante destacar que não estamos afirmando que se trata de uma categoria estática, pois todo corpo identitário é fluido, atravessado por outras substâncias identitárias, pois relacional e negociada: “um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto” (Hall, 2003, p.15).

Feitas as devidas observações, dividimos nosso trabalho em cinco capítulos. Na parte inicial da pesquisa, capítulo 2, procuramos dar ênfase ao processo de contextualização da ascensão da extrema direita no Brasil, e, de modo concomitante, perceber como a memória favorável à ditadura militar<sup>2</sup>, já vinha dando sinais de sua presença, sendo, portanto, não uma particularidade do bolsonarismo, mas algo arraigado a uma dimensão significativa da sociedade brasileira. Para detectar esse fenômeno, analisamos os dados estatísticos, disponibilizados pela instituição de pesquisa de opinião pública, Latinobarómetro, além de dialogarmos com os pressupostos de Debord (2003), Jodelet (1993), Jelin (2002), entre outros autores, que nos auxiliarão a pensar as condições que possibilitam o continuísmo de tais elementos.

Na sequência, fizemos uma análise sobre os desafios do ensino de história na contemporaneidade. Uma vez que desejávamos compreender as circunstâncias vividas por parte dos professores da disciplina de História, bem como as frentes de ataques estruturadas pelo segmento conservador ao saber histórico escolar. Tendo isso em vista, nos detivemos às reflexões trazidas por Edmilson Júnior (2022), Ariane Araújo (2023), Carla e Jaime Pinsky (2021), Fernando Cerri (2011), Peter Lee (2016), mas ainda, Marcos Napolitano (2021), onde debatemos as instrumentalizações da memória através de procedimentos, tais como o negacionismo e o revisionismo ideológico.

Tornou-se precípua, ainda no capítulo 2, entendermos o universo memorialístico em suas relações e diferenças com a História, bem como sua localização no âmbito da

---

<sup>2</sup> Para uma melhor fruição estético- textual, ao longo dos capítulos, esta ideia poderá ser substituída pelo termo, memórias autoritárias.

História escolar. Tarefa embasada pelo pensamento de Junco (2010), Ana Maria Monteiro (2014), Mário Carretero (2010), Le Goff (2013), Nora (1993), Sarlo (2007), Tardiff (2002), entre outros estudiosos.

Já no capítulo 3, trouxemos para o centro do debate, o mundo dos evangélicos, onde realizamos uma imersão em suas características doutrinárias, demarcando diferenças e similaridades. Aqui, tivemos ainda o cuidado de dispor sobre as mudanças pelas quais passaram, as chamadas ondas pentecostais, mas também, discutimos os principais aspectos que favoreceram sua ampliação e crescimento nacional.

No mesmo tópico, pontuamos os evangélicos no contexto da ditadura militar. Ali, mobilizamos suas memórias e dialogamos com outras fontes históricas, tais como periódicos evangélicos, diários de eventos, etc. Em conformidade com tais análises, as leituras de Ricardo Mariano (2014), Magali Cunha (2019), Daniel Schmidt (2016), Adroaldo Almeida (2020), Du Mez (2022) e Costa (2023), foram preponderantes para a construção de nossas pressuposições.

Na estrutura subsequente, capítulo 4, partimos de um movimento de recordação da experiência vivida junto aos discentes evangélicos. Nele, estabelecemos problematizações possíveis do acontecimento experienciado, originando pontos de conversação com outros pesquisadores e outras narrativas docentes. Para além disso, procuramos traçar indícios que nos sinalizassem identidades evangélicas, as quais os educandos estão a tomar parte. Em auxílio a essas inquirições, agrupamos pesquisas feitas pelo Datafolha, Atlas e IPEC, que associadas aos estudos de Aline Maia (2023, 2021), Novaes (2018), Silva (2023), Oliveira (2012), entre outros, nos concederam uma base de entendimento consistente sobre os estudantes do tempo presente, adeptos do evangelicalismo.

Por fim, no capítulo 5, nossos esforços voltaram-se para a construção de uma proposta de aula histórica, a qual teve por cerne, a perspectiva da Didática Reconstrutivista da História. Em decorrência disso, formulamos uma ação educativa em que os educandos são mediados em percursos metodológicos próprios da ciência histórica.

Trata-se, portanto, de uma tarefa que dispõe os estudantes sobre as memórias evangélicas e suas perspectivas concernentes à ditadura militar. Nela, selecionamos lembranças divergentes e outras tipologias de fontes, a serem interpretadas, cruzadas e interpeladas. Processo que possibilita visões multiperspectivadas tanto dos sujeitos evangélicos, quanto do tema em discussão, o que por sua vez, oportuniza ao discente,

desenvolver compreensões mais elaboradas de sua própria realidade, complexificando as experiências de sua vida prática e reformulando sua relação com o passado, presente e futuro. Para tal atividade, tornaram-se cruciais as elucubrações de Maria Auxiliadora Schmidt (2020, 2021, 2016), Isabel Barca (2004), Prats (2006), Seffner (2011), Verena Alberti (2014), Raggio (2015), etc.

## **2. SOBRE MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA**

### **2.1- UM PASSADO QUE CONTINUA: MEMÓRIAS AUTORITÁRIAS NO TEMPO PRESENTE.**

Há certos passados que insistem em não passar, pois se encontram impregnados no presente. Passados que remetem lembranças transtornadas, que trazem arraigadas a si ecos de dores que não cicatrizaram, porque não foram devidamente cuidados, antes tornaram-se feridas abertas e cancras permanentes. Facetas de memórias culposas, que de tempos em tempos, ressurgem com força avassaladora e cobram o seu preço sobre nossa sociedade.

A temática do regime militar brasileiro retrata um episódio que deveras ocasionou abismos profundos, revelando-se uma matéria que ainda nos dias de hoje, mostra-se bastante difícil de ser contemplada ou tratada sem dissensão. Uma história pesada de se rememorar, porquanto muitos dos atores históricos que viveram direta ou indiretamente os acontecimentos decorridos, ainda convivem em nosso corpo social, como “testemunhas vivas”. Por isso, um conteúdo controverso, revestido de emoções, que articula disputas e interesses plurais (Gil; Camargo, 2018).

Fato é, que, desde a redemocratização, o espectro de 1964 vem continuamente explicitando a sua face, materializando-se em definitivo como uma ameaça tangível à frágil democracia do Brasil.

O repertório de eventos, desencadeados no segundo decênio do século XXI, representa bem o grau de instabilidade vivenciado pelo país. Para uma melhor assimilação contextual, ressalto os seguintes acontecimentos: As jornadas de junho de 2013, que apesar de terem surgido como uma questão de cunho popular (aumento dos preços da passagem do transporte público), acabaram sendo desvirtuadas por radicais, que souberam aproveitar o ensejo das bandeiras difusas e, assim, compor ataques ao governo federal, bem como orquestrar demonstrações públicas em favor de uma intervenção militar; o Golpe Parlamentar de 2016, que arrebatou Dilma Rousseff da Presidência da República; mas ainda o pleito eleitoral de 2018, que alçou ao cargo mais alto da nação, Jair Messias Bolsonaro, personagem político conhecido por fazer apologias às práticas desumanas implantadas pela ditadura militar.

Essa listagem de fatos, desvela com extremada clarividência um enfoque marcante da sociedade brasileira e sua relação com o passado autoritário. Se em algum instante parecera que a nação alcançara de fato um novo estágio de republicanismo e civilidade,

ante a teatralização de uma mudança tranquila entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio da Silva, candidato de esquerda. Ao perceber a força e popularidade lograda pelo governo Lula, toda a “serenidade” sustentada pelos conservadores fora dissipada, dando espaço a um exacerbado anticomunismo e antiesquerdismo, ordenado articuladamente pelo eixo estrutural das classes dominantes: mídia televisiva, jornais impressos, revistas semanais, instituições políticas e jurídicas, etc. Certo é que gradualmente o campo conservador atravessaria por processos de radicalização contínuo nos mandatos de Lula, obtendo energia fulcral no segundo governo de Dilma Rousseff, quando enfim o impeachment da presidenta seria concretizado (Napolitano, 2016).

A extrema direita, em poucos anos, passou a se mobilizar de forma coesa, elevando cada vez mais o seu apoio popular e, principalmente, coordenando uma ocupação expressiva das ruas. A boa performance conquistada, teve como fator significativo, o uso hábil de uma nova ferramenta que, até então, encontrava-se com o seu poder de ação menosprezado por segmentos exponenciais da classe política, as redes sociais.

A difusão de novidades tecnológicas, tais como a disseminação do acesso à internet, o desenvolvimento das redes, a geração de aplicativos com mensagens instantâneas, as moedas digitais e o surgimento das inteligências artificiais, entre outras inovações. Atingiram violentamente a essência do homem contemporâneo, impactando-o na forma como se relaciona com o outro, como vive, como produz e como se comunica. Para o bem ou para o mal, todas as áreas que permeiam a existência do indivíduo em sociedade, passaram a ser modificadas e influenciadas pela avassaladora engrenagem virtual do tempo imediato.

De repente, aforismos críticos sobre a espetacularização da vida, como os do filósofo francês Guy Debord, desenvolvidos ainda na década de 1960, ressoam como uma espécie de mensagem profética, ao se encaixarem com absurda precisão aos dias atuais:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação. As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser restabelecida[...] a realidade considerada parcialmente reflete em sua própria unidade geral um pseudo mundo à parte, objeto de pura contemplação. A especialização das imagens do mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo (Debord, 2003, p.1).

Se a técnica sessentista já causava espantos e temores aos estudiosos sensíveis às mutações que estavam se sucedendo. A presença do ciberespaço nas relações humanas da atualidade, ganha proporções inimagináveis. As telas dos computadores tornaram-se uma imensa projeção digitalizada do meio societário. Nelas, grupos humanos ficam produtores/ espectadores de si próprios, quer seja de suas virtudes, quer seja de suas deformidades e distorções. Noutras palavras, todos os lances, tragédias, vínculos, conflitos e angústias concretas do “mundo real” passam a ser replicados como um proeminente “espetáculo” artificial, no território das redes.

O aparato de informatização das Big Techs<sup>3</sup>, foi capaz de conceder ao cidadão da nova era, uma maior sensação de “liberdade de expressão”, “direito de informação” e uma autonomia quase absoluta em suas plataformas. Ao mesmo tempo, a insaciável busca por lucratividade das empresas tecnológicas, limitou as moderações sobre os conteúdos fixados por seus usuários. Aproveitando-se desse comportamento omissivo das companhias, grupos extremistas irão ocupar terreno considerável do ambiente cibernético, moldando em seu favor uma complexa teia digital reprodutora de ódio, de negação dos saberes científicos e de informações falsas, as chamadas “fake news” (Carvalho, 2021).

As apregoações desses movimentos radicais, não são consideradas nenhuma surpresa ou novidade dos nossos tempos, já que há muito percorrem os recantos sombrios do tecido social brasileiro. Portanto, a questão a ser considerada na atual conjuntura, se define mais pela seguinte observação: aquilo que até então era dito envergonhadamente por meio de sussurros e que parecia isolado ante a maioria da opinião pública, com o impulsionamento das redes virtuais, passou a adquirir engajamento e autoridade discursiva, tornando-se uma força poderosa a se temer.

É na onda desse arremetimento digital, que Bolsonaro conseguirá solapar a barreira da propaganda política eleitoral nos tradicionais meios de comunicação. De forma profícua, uma teia virtual de concepções extremistas, entrará em atividade ininterrupta, angariando para si uma quantidade alarmante de seguidores/eleitores (Hoffmann, 2022).

Como consequência, fração vultosa destes adeptos, ao ter contato com as variadas reinterpretações e usos episódicos de 1964, logo irão instituir pontes coesas de identificação e afinidades múltiplas junto ao movimento ultraconservador, compondo um

---

<sup>3</sup>Convencionou-se chamar de Big Techs, as grandes empresas que concentram o mercado de tecnologia e inovação da atualidade, tais como: Google (Youtube, Waze, etc.) Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp, etc.), Amazon, Apple, Microsoft, etc.

aparelhamento de narrativas autoritárias, portadoras de símbolos e códigos do passado (Jodelet, 2017).

Ao longo de todo o mandato de Bolsonaro na Presidência da República (2019-2022), para além de palavras de ordem ou enunciados escabrosos, proferidos na intenção de alimentar as redes bolsonaristas. Tivemos, de modo similar, grupos condutores de memorações radicais, encarregados de volumosas manifestações contrárias à democracia: passeatas contendo aclamações, “Forças Armadas Salvem o Brasil”<sup>4</sup>; reedições sucessivas da chamada Marcha da Família com Deus<sup>5</sup>; bloqueios de estradas por caminhoneiros, pedindo a tomada de poder pelos militares<sup>6</sup>; mas também, concessão de espaços religiosos, para que indivíduos apoiadores da ditadura, recebessem as devidas bênçãos da congregação cristã<sup>7</sup>.

Mescla de atividades que apresenta uma série de reproduções pretéritas, racionalizada e fabricada conscientemente, com a finalidade de resgatar um tempo considerado idílico, para determinados grupos (Baldaia et al., 2021). Indiscutivelmente, tais episódios já forneciam indícios, daquilo que ocorreria em 08 de janeiro de 2023. Data em que os poderes da República seriam invadidos e depredados por hordas antidemocráticas<sup>8</sup>.

Dentro desse contexto, o movimento de memórias saudosistas de 64, que tomou conta das rodas de conversas mais rotineiras, longe de ter o bolsonarismo como fonte de sua origem, situa-o mais como um potente catalisador de algo que já se encontrava arraigado à coletividade brasileira.

Como prova disso, exames de opinião pública do renomado Instituto de Pesquisa Consórcio Latinobarómetro<sup>9</sup>, realizados entre 1995 e 2013, já revelavam dados bastante preocupantes. Formulado em 18 países da América Latina, o estudo observa, entre outros

---

<sup>4</sup> Em Brasília, manifestantes pedem que Forças Armadas “salvem o Brasil”. Publicado em 20/11/2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9kqVLoyl200>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

<sup>5</sup>Marcha da Família com Deus: 11 cidades realizam atos. Poder 360. Publicado em 19 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/marcha-da-familia-com-deus-11-cidades-realizam-atos/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

<sup>6</sup> Caminhoneiros nas rodovias: manifestantes dizem que eleição foi fraudada e pedem intervenção militar. Jornalismo TV Cultura. Publicado em 01 de Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=UkKk7\\_KOZAc](https://www.youtube.com/watch?v=UkKk7_KOZAc)> Acesso em: 21 jul. 2023.

<sup>7</sup> Com Bolsonaro, Malafaia prega contra Lula. Canal Uol. 15/09/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBe3NwgCeDM>. > Acesso em: 10 jul. 2023.

<sup>8</sup> Bolsonaristas radicais invadem STF, gabinetes dos ministros e destroem plenário. Canal Uol. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xFmnnxZWJxbs> >. Acesso em: 11 nov. 2023.

<sup>9</sup> Trata-se de um Instituto de Pesquisa, que anualmente realiza um qualificado estudo de opinião pública na América Latina. Entre as variadas questões abordadas, encontra-se a satisfação dos povos em relação ao sistema democrático. Todos os dados e resultados das pesquisas encontram-se disponíveis no site: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 28 maio. 2023.

pontos, o grau de relação dos cidadãos com a democracia, bem como os respectivos níveis de aceitação e indiferenças referentes à implantação de governos autoritários. Vejamos na tabela abaixo.

Figura 1 – Média geral – 1995 a 2013

TABELA-1(Média Geral – 1995 a 2013)			
PAÍS	DEMOCRACIA (%)	AUTORITARISMO (%)	INDIFERENTES (%)
1- Uruguai	78	15	10
2- Venezuela	71	19	11
3- Costa Rica	69	9	10
4- Argentina	68	17	12
5- Rep. Dom.	65	9	8
6- Bolívia	56	15	15
7- Panamá	55	14	16
8- Chile	55	15	26
9- Peru	54	17	18
10- Nicarágua	53	12	19
11- El Salvador	50	13	20
12- México	49	19	25
13- Equador	49	19	19
14- Colômbia	48	13	23
15- Honduras	47	13	21
16- Paraguai	45	34	17
17- Brasil	44	19	24
18-Guatemala	38	21	22

Fonte: Latinobarómetro

A tabela exhibe uma média geral dos resultados obtidos entre 1995 e 2013. Os números cooptados, expõem que no teste de preferência ao regime democrático, o Brasil, situa-se numa lastimosa penúltima posição. Sendo mais detalhista, as estatísticas revelaram que 19% dos entrevistados brasileiros aceitariam em alguma circunstância a instauração de um regime autoritário, enquanto outros 24% mostraram-se indiferentes, ou

seja, não faziam distinção alguma entre o regime democrático e o autoritário. Dentro de um jargão mais informal, para este segmento, seria o tradicional “tanto faz”<sup>10</sup>.

Em prosseguimento na análise, ao notar que o instituto oferecia gráficos de outros períodos, optamos por instituir uma averiguação de escalas temporais mais específicas. Portanto, tomando como base o ano de 1985, período marcado pelo retorno dos civis ao Executivo Nacional, passamos a verificar os números em intervalos de 10 anos. A opção por essa temporalidade, se deu na tentativa de atingir uma maior precisão quantitativa, no que diz respeito aos avanços, retrocessos e continuísmos dos valores democráticos e autoritários em solo nacional.

Com isso em mente, não só trouxemos os pareceres dos anos de 1995, 2005 e 2015, mas, em caráter excepcional, apuramos também o quadro esquemático de 2018. Contexto em que a extrema direita sai triunfante das eleições presidenciais. A seleção desse ano, que foge do padrão inicial, se dá na pretensão de entendermos como o bolsonarismo, que tem no regime ditatorial um de seus principais motes, afeta a intensificação ou diminuição do sentimento autoritário no país.

Figura 2 – Coleta de dados dos anos 1995, 2005, 2015 e 2018.

<b>TABELA 2</b>				
<b>BRASIL</b>	1995	2005	2015	2018
<b>DEMOCRÁTICO (%)</b>	41	37	54	33,9
<b>AUTORITÁRIO (%)</b>	21,1	14,5	16,5	13,8
<b>INDIFERENTE (%)</b>	23,3	27,8	16,5	40,5
<b>Autoritário + Indiferente</b>	44,4	42,3	33	54,3

Fonte: Latinobarómetro

Verdadeiramente, ao ponderarmos as estatísticas, atinou-se que o continuísmo do lastro autoritário no Brasil, firma-se como um obstáculo a ser superado. Ao colher os dados de 2005, por exemplo, observamos que, mesmo após duas décadas do término da ditadura militar, a somatória de pessoas que apoiavam governos autoritários e que se

<sup>10</sup> Para um maior aprofundamento dos números apontados pela pesquisa, ver também: D’Araujo, Celina Maria e Ribeiro, Guilherme Leite. Perspectivas sobre desenvolvimento democrático e qualidade da democracia: Brasil e América Latina. Revista Soc. e Cult., Goiânia, v. 18, n. 2, p. 61-77, jul./dez. 2015.

achavam indiferentes a eles, superavam os índices dos cidadãos que se diziam democratas convictos.

Nessa mesma perspectiva, é sintomático atentarmos que, no ano de 2018, alcançou-se a menor incidência de crença na democracia, 33,9 %. Paralelamente ao declínio democrático, ocorreu também uma baixa nos índices daqueles que se diziam autoritários, 13,8 %. Contudo, o quantitativo dos indiferentes passou a lograr uma alta notável, chegando a 40,5%. Para termos uma pequena noção desse crescimento, ao realizarmos um comparativo simplista, com os números do último decênio traçado em nosso arco temporal, ano de 2015, esse mesmo público obteve uma fração de apenas 16,5% dos entrevistados. O que nos leva a concluir: nem sempre o autoritarismo explicita diretamente suas feições e preferências, mas que muitas vezes, simplesmente opta por escamotear suas configurações no manto obscuro do desinteresse aparente<sup>11</sup>.

Assim, as resoluções apontadas nas tabelas 1 e 2, nos propiciam tirar uma outra conclusão bastante pertinente: a reduzida satisfação do povo brasileiro à democracia, preconiza uma conservação extremada dos fundamentos autoritários em nossa história. Todavia, codifica também em seu arranjo, uma denúncia grave quanto a má funcionalidade e os vícios do modelo democrático. Sistema que sob o comando de grupos poderosos, vem se mostrando insuficiente em suprir as demandas e necessidades básicas da maioria dos cidadãos, gerando como dano, uma forte descrença ou impassibilidade em relação à sua escolha como forma de governo ideal. Como nos afirma Jelin:

En verdad, los procesos de democratización que suceden a los regímenes dictatoriales militares no son sencillos ni fáciles. Una vez instalados los mecanismos democráticos en el nivel de los procedimientos formales, el desafío se traslada a su desarrollo y profundización. Las confrontaciones comienzan a darse entonces con relación al contenido de la democracia. Los países de la región enfrentan enormes dificultades en todos los campos: la vigencia de los derechos económicos y sociales es crecientemente restringida por el apego al mercado y a programas políticos de corte neoliberal; la violencia policial es permanente, sistemática y reiterativa; los derechos civiles más elementales están amenazados cotidianamente; las minorías enfrentan discriminaciones institucionales sistemáticas. Obstáculos de todo tipo para la real vigencia de un «Estado de derecho» están a la vista (Jelin, 2002, p.4).

---

<sup>11</sup> Todas as coletas temporais (1995, 2005, 2015 e 2018) foram realizadas no site da Instituição Latinobarómetro, na aba A la democracia: percepción de la democracia en su país, disponibilizado no site: <<https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acesso em: 28 maio. 2023.

Diante dessa constatação, fica claro que a dissolução do autoritarismo perpassa necessariamente por um maior desenvolvimento e aprofundamento da democracia. Pois sem essa mudança real e palpável no dia a dia das pessoas, o fantasma ditatorial continuará a exercer uma atrativa sedução nos olhares e desejos dos sujeitos insatisfeitos do presente. Indicando-lhes, como resolução dos problemas vividos, o retorno a um passado detentor de “valores” e “tradições” “einentes”, abandonado pela chegada dos novos tempos.

No ímpeto desse frenesi ultraradical, os centros de ensino, como universidades e escolas de educação básica, não estarão incólumes a esse processo. E na linha de frente desse litígio, a disciplina de História e seus docentes tornar-se-ão um dos focos definitivos da voracidade suscitada. Afinal, uma das principais pautas do conservadorismo, encontra-se essencialmente em poder ocupar o domínio e o controle sobre as narrativas e discursos do passado. Posto isso, vejamos então os desafios encontrados por professores e professoras ante as ofensivas das rememorações extremistas em salas de aula.

## **2.2 ENSINO DE HISTÓRIA E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE.**

Acredito existir certo consenso, entre os professores-historiadores, sobre as dificuldades de se lecionar a disciplina de História em nossos tempos. Esta expressão fora dita por um colega, suspirada após um enfadonho número de aulas e algumas injuções. De certa maneira, seu desabafo sintetiza bem o fardo que muitos educadores vêm sentindo, ao abordar determinados temas no ambiente escolar (Júnior, 2022).

Decerto, a ascensão da extrema direita no Brasil e seu arsenal de técnicas e procedimentos voltados contra a educação, trouxeram também para o centro do conflito assuntos que envolvem diretamente a disciplina de História, com o propósito de impingir-lhe versões memorialísticas nas narrativas desse campo de conhecimento.

Como um dos efeitos diretos dessas mobilizações, a habitual explanação de aulas referentes à Ditadura Militar, transformou muitas escolas em verdadeiras praças condenatórias de professores. Estes, foram filmados, tiveram suas imagens expostas nas redes sociais, em alguns casos, tornaram-se vítimas de ameaças e demissões, em outros, foram vilipendiados por familiares dos alunos, taxados de doutrinadores, entre outras situações (Araújo, 2023).

Ao assistir essa impetuosa onda ultraconservadora atrair, não somente, as mentes de parte dos estudantes e sua parentela, mas também de gestores escolares e companheiros de outras disciplinas, fica então mais compreensível o desalento expressado pelo docente, nas linhas iniciais. Indiscutivelmente, todo o mecanismo opressivo e ainda atuante, faz com que muitos professores se sintam como se estivessem continuamente com um imenso alvo em suas costas. Quanto a isso, os historiadores Jaime Pinsky e Carla Pinsky, nos reforçam com contundência os percalços do ensino de História de nossos tempos:

É claro que tudo isso afeta o trabalho dos professores de História. Começa que eles são confrontados o tempo todo, por alunos, pais, colegas e até pela direção da escola. Todos apresentam suas verdades (...) meias verdades que jorram o tempo todo por meio de canais de tv, sites, blogs, líderes religiosos, políticos e até alguns intelectuais de terceira. O professor é questionado quando fala de classe operária e quando não fala de classe operária, quando parece estar favorecendo ideias de esquerda ou quando parece estar alinhado com a direita. Qual professor que já não ouviu de um aluno de 13 ou 14 anos que ele tem direito à opinião com o mesmo peso da do professor, como se acontecimentos que tiveram existência comprovada e foram muito bem estudados fossem “questão de opinião”? E muita gente, a partir de ideias desse tipo, prega a diminuição da carga horária das aulas de História. E ainda tentam justificar sua posição alegando que os alunos “deveriam ter mais aulas de Português e Matemática em vez dessa matéria que não ensina nada de concreto ou útil para eles, no final das contas (Pinsky et al., 2021, p.12).

Os autores nos oferecem uma síntese de algumas adversidades que assolam a prática docente. Proposições conservadoras que serão engenhosamente manuseadas no enfrentamento ao ensino de História. O relato designa ricas questões que circundam sobre verdade/opinião, função social do professor/saber estudantil e importância/irrelevância da História escolar. É com base nesses pontos, que traçamos um roteiro para verificarmos de forma mais apurada as mobilizações e apropriações feitas pelo mecanismo conservador e seu arcabouço mnemônico, atentando-nos meticulosamente ao impacto que essas artimanhas terão junto à docência e à História ensinada, de nossa contemporaneidade (Lima; Andrade, 2021).

Para iniciar nossa reflexão, trago de imediato o conceito de “verdade”. Categoria que sob a ótica reacionária, atravessa duas modulações que se interligam: a primeira refere-se à negação total ou parcial da existência da “verdade” no domínio da lógica científica. Ou seja, de modo geral o prestígio dos modelos epistemológicos como ferramenta de explicação e mudança da realidade, deixa de ser aceito como guia ou parâmetro, sucedendo, assim, a fratura de sua aura de “competência”.

Em decorrência disso, o argumento científico passa a ser reduzido ao nível das opiniões. Logo, vê-se arraigado a uma situação disforme, que o compele a disputar holofotes e atenção ao lado de crenças e pareceres não fundamentados, chegando inclusive a ser relegado em benefício de abstrações que flertam com sentenças demasiadamente absurdas. De certo modo, isso explica em parte o porquê do comportamento estudantil, aludido pela explanação dos historiadores acima. Cada vez mais, um número maior de educandos porta-se de modo a deslegitimar o saber docente e a questionar a veracidade dos relatos escolares, amplificando o seu próprio pensamento ou opinião como representação única do mundo.

Fenômeno que se acha diretamente relacionado ao segundo efeito, quando se gera uma outra transmutação no status da verdade. Dessa vez, com encadeamentos que concretizam a perda absoluta da objetividade, substância primal da razão científica. A ideologia conservadora, sob a veemente recusa de considerar a verdade uma matéria objetiva, determina o seu deslocamento, incorporando-a ao plano da subjetividade. Em outras palavras, cada indivíduo ou coletividade depara-se com o poder de dar corpo, no agora, a sua própria verdade “sui generis”, predominando não mais a verdade agregada aos fatos, mas uma verdade relativa ou subjetivada (Alvim; Velasco, 2021).

Não à toa, alguns dicionários modernos, inspirados nas distorções oriundas desses movimentos, fixarão no rol de seus vocábulos a expressão pós-verdade: “Post-truth (pós-verdade) - relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais” (El País, 2016). Em seguimento a essa definição, Marcelo Rangel, complementa:

A pós-verdade pode ser pensada como um comportamento epistemológico com base no qual não há qualquer responsabilidade em relação ao que é dito, e nem um esforço de distanciamento, e, por conseguinte, de alguma diferenciação entre os desejos menos tematizados de quem pensa e se expressa e os enunciados que constitui, ou ainda, não há qualquer exercício de objetividade (Rangel, 2021, p. 13).

A “verdade” torna-se, assim, um artefato restrito à extensão do Eu, tendo sua eficácia estabelecida mediante adequação às referências de vida de cada indivíduo (crenças, costumes, tradições, etc.), não precisando ser comprovada ou mesmo baseada em aspectos factuais.

Essas modulações atingem em cheio, tanto o ofício da docência, quanto o lócus do conhecimento na História escolar. Sob a aplicabilidade das ideias conservadoras, os professores terão uma desqualificação do seu papel social, não sendo mais reconhecidos enquanto sujeitos produtores de conhecimento. O educador será concebido como um emaranhado de falsidades e enganos de toda ordem, que devem ser expressamente refutados pelos estudantes. A circulação desses ideais, vai fazer com que aja uma quantidade exorbitante de docentes achincalhados nas salas de aula, taxados como “propagadores de mentiras”, “inimigos da família”, além de serem acusados de ocultar dos educandos a “verdadeira” História<sup>12</sup>.

Perante esse panorama, resta-nos então firmar uma interrogação aparentemente modesta, mas que se revela fundamentadora de parcela expressiva das performances e táticas adotadas pelo conservadorismo: afinal, qual modelo de História os conservadores ambicionam instaurar e fazer prevalecer nos espaços educacionais? A historiadora Meneses, enuncia para nós uma resposta sucinta e plausível:

uma história adversa à reflexão crítica, que ignora os dados e registros do passado apresentados num jogo de conformação que prioriza tão somente seus efeitos políticos. Uma história que não se preocupa com as implicações éticas de suas formulações (Meneses, 2019, p.85).

Podemos então firmar que a História “ideal” a ser lecionada, segundo os princípios conservadores, é aquela que se denota configurada essencialmente pelo aspecto memorialístico e pragmático, sendo por isso, contrária a procedimentos didáticos capazes de conduzir a uma problematização progressiva dos discentes.

Nessa vertente, portanto, o aluno se limita a exercer uma mera função passiva, receptora de conteúdo de um passado romantizado, voltado para um presente igualmente idílico, sem qualquer expectativa quanto à execução de indagações analíticas sobre a tessitura do seu habitat, ou mesmo vislumbres de maiores abrangências e complexificações de sua cognição.

Nesse sentido, podemos assegurar que o pensamento conservador, para além de tentar anular a dimensão questionadora do estudante e do seu protagonismo na

---

<sup>12</sup> Nas plataformas digitais, dezenas de canais conservadores, ao abordarem temáticas históricas, potencializarão essa percepção ultrajante de professores/enganadores, professores/ocultadores da verdade, destacando títulos como: “Seu professor nunca te contou”, “a verdadeira História do Brasil”, etc. Como exemplificação dessa prática, temos o canal conservador “Vamos Falar de História”, do influenciador Felipe Dideus. Em um dos seus vídeos, o youtuber apresenta o seguinte título “sua escola mentiu sobre a Ditadura no Brasil” Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jy32k7YvRa8>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

aprendizagem, dispondo-lhe como um ser ingênuo, que nada tem a contribuir em seu processo formativo. Revoga, de igual modo, a necessidade precípua do discente de expandir seus sentidos quanto às temporalidades, forjando barreiras para o reconhecimento amplo de si mesmo, bem como dos demais indivíduos em sua própria existência.

Fatores que indubitavelmente padronizam uma tendência não transformativa da disciplina de História. O que significa torná-la num campo de entendimento que, ao invés de libertar, bloqueia as mudanças passíveis daqueles que com ela contactam, acabando por restringir-lhes maneiras de ver e aprender, mas ainda impedindo a aparição de sentimentos genuínos de empatia e aceitação das diferenças que estão à sua volta.

Em contraponto a esse protótipo conservador da disciplina de História, Peter Lee (2016) faz menção a um outro paradigma, em que professa a essencialidade modificadora do entendimento histórico:

É importante salientar a natureza transformativa da história porque, sem qualquer questionamento de que a história modifica nossa visão sobre o presente e o futuro, o conhecimento do passado é considerado como sendo o acúmulo de fatos ou histórias que estão necessariamente confinados a esse passado e, portanto, são irrelevantes para qualquer situação no presente (Lee, 2016, p.130).

A História transformativa, viabiliza em si, condições suficientes para direcionar os atores históricos em percepções mais profundas daquilo que se contempla. Levando a um maior entendimento da complexidade das minúcias entrelaçadas às experiências individuais e coletivas, como também à uma leitura mais precisa das formas culturais que perduram, modificam-se e deixam de existir em sua inerente relação com o tempo. Apreciação histórica, que reposiciona e organiza os pensamentos e tarefas a serem empregados tanto quanto ao ontem, quanto ao hoje, como também quanto ao amanhã.

Aqui, adentramos num processo crucial da vida humana, que é a referenciação às dimensões temporais. Seja no exercício de determinada ordem política, seja na construção de uma ideologia religiosa, ou ainda na mais simples tomada de decisão individual do dia a dia, as camadas temporais, passado, presente e futuro, são utilizadas de modo frequente, referenciando e alterando o agir dos indivíduos. Propensão cognitiva, que será denominada de consciência histórica. Como nos enuncia Marília Gago:

A consciência histórica é revelada quando nos referimos ao nosso passado e/ou quando nos projetamos no futuro. Neste sentido, compreende-se a consciência

histórica como uma experiência consciente e inconsciente de relações significativas do presente com passado(s) e horizontes de expectativa, conjugando-se o cognitivo e o emocional, o empírico e o normativo. Este fazer sentido(s) da experiência de tempo se expressa narrativamente nas suas diversas formas. A narrativa histórica é construída através da interpretação intercruzada de diversos campos de referência e de carências de orientação (Gago, 2016, p.76).

Consciência que também atua como peça dinâmica na obtenção da aprendizagem histórica. Uma vez que o contato com novos saberes e a possível travessia destes em estágios de interiorização, oportunizam os sujeitos a participar de um sistema multifacetado, que os integra em operações mentais lógicas, concatenando experiências e conhecimentos, que por sua vez se entrecruzam, se chocam, dialogam, transmutam-se e que, ao tomar corpo de um raciocínio histórico, reveste-lhes de uma nova consciência, adornada com orientações para a vida prática (Schmidt, M., 2021).

Baseado nisso, destacamos o pressuposto de Luís Fernando Cerri, que nos chama atenção para a relevante distinção entre consciência e pensamento histórico. Para o autor, ter consciência histórica não representa necessariamente que o indivíduo faça uso do pensar histórico. O que implica afirmar que a consciência se determina como uma expressão congênita que envolve referências elementares com o tempo. Por isso, trata-se de um proceder existencial que independe de uma preparação intelectual sofisticada para exercê-la ou alcançá-la.

Distintamente, afirma Cerri, “o pensar historicamente é a capacidade de beneficiar-se das características do raciocínio da ciência histórica para pensar a vida prática” (Cerri, 2011, p.61). O que corresponde a adotar uma conduta atenta à historicidade das coisas, dos eventos, da linguagem, da religiosidade, dos hábitos, dos signos, códigos e relações. Em suma, conduzir um olhar histórico sobre tudo aquilo que foi e é produzido por homens e mulheres no tempo. Exercício do pensar que carrega consigo um acervo apurado de reflexões, que resultam em norteamento para o presente, mas também sentidos para as épocas vindouras.

Concernente à essa categoria, podemos atestar que os próprios conservadores e seus arquétipos de memória, são dotados de uma consciência histórica. Uma vez que todas as suas convenções, formalidades e signos são instituídos em diálogo com os elementos temporais, especialmente o tempo passado. O que não quer dizer que a operação mental adotada por tais grupos tenha compatibilização ou mesmo comungue com fatores centrais da cognição histórica. É exatamente o oposto disso: longe de querer se aproximar de uma compreensão analítica dos fatos ocorridos, o prisma conservador distancia-se,

preocupando-se mais em ornar o passado com demandas subjetivas, estimuladas por reivindicações imediatistas do tempo presente.

Em razão disso, convém enfatizar, os clamores feitos por conservadores, invocando a retirada do ensino de História da grade escolar, como aquele proferido pelos Pinsky<sup>13</sup>, refletem mais uma ausência de identificação quanto à história que está sendo contada, do que uma depreciação do tempo decorrido. Já que o bom alicerce das afinidades identitárias, depende imperiosamente da posse e atuação enfática sobre o torrão do passado, com delimitações rigorosas sobre aquilo que deverá ser lembrado e propagado, como também aquilo que deverá ser esquecido e silenciado.

As disputas pela História e as permanentes tensões que a caracterizam, indiscutivelmente, a posicionam numa configuração de saber a ser ocupada. Reverberando tal percepção, Laville profere:

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de História suscita nos mais altos níveis. A História é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder (Laville, 1999, p. 130).

Em consonância com esse preceito que circunscreve a História num lugar de confronto. As memórias conservadoras, sedentas de aconchego identitário, irão definir enfrentamentos diretos à História ensinada e suas temáticas, em prol de alcançar no agora a hegemonização de suas representações pretéritas. Dentre os assuntos mais pleiteados, o discurso favorável à ditadura militar talvez seja um dos mais exitosos, sendo seu eixo firmado basicamente sobre duas estratégias memorialísticas: o negacionismo histórico e o revisionismo ideológico.

Ambos são dispositivos mnésicos, que se forjam a partir de indivíduos e coletivos conscientes, os quais, agindo em causas próprias, estabelecem uma variedade de intervenções sobre os enredos do passado, de maneira a inocular dúvidas e não aceitação em episódios validados em demasia pela historiografia.

Em razão disso, é relevante situarmos a natureza desses assuntos que compõem o rol de interesses dos negacionistas/revisionistas. Movimento que, mundialmente, conquista visibilidade sobretudo com ações de desvirtuamentos, que têm como um dos

---

<sup>13</sup> “Deveriam ter mais aulas de Português e Matemática em vez dessa matéria que não ensina nada de concreto ou útil para eles, no final das contas”. Pinsky, 2021, p.12.

seus objetivos a distorção de temáticas revolvidas de aspectos sensíveis. Para esmiuçarmos de forma exata esse tipo de tema, invocamos a definição feita pelos autores Araújo, Silva e Santos, os quais explanam:

A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa – tanto na memória como na História (Araújo; Silva; Santos, 2013, p.9).

Os acontecimentos sensíveis, assim são denominados, pois encontram-se imbuídos de violências horrendas, chagas não saradas, mas também abraçam questões que não chegaram a uma consensualidade social abrangente. Logo, ao falar de tais assuntos em contexto público, sentimentos díspares emergem: dor e empatia em alguns membros da sociedade, contrariedade e insatisfação em outros. Por isso, é possível defini-los ainda como passados de angústias vivas, porquanto, permeiam o presente com uma descomedida carga afetiva.

Como amostra desses casos, podemos elencar a religião na Irlanda do Norte, o genocídio armênio na primeira guerra mundial, o assassinato em massa dos judeus, sucedido na segunda guerra, entre outros. Pegando o tema do Holocausto como lição, o pesquisador Bruno Leal Carvalho, nos elabora uma análise precisa dos recursos discursivos empregados pelos negacionistas/revisionistas, os quais concentram seus esforços primordialmente na promoção de deturpações e relativizações do terror sofrido pela comunidade judaica:

A negação do Holocausto ocorre de forma total ou parcial. Alguns negacionistas até reconhecem o sofrimento dos judeus, mas atribuem tal fato a causas conjunturais e não ao esforço intencional do Terceiro Reich –as mortes teriam sido causadas pelo frio, por doenças e pela má alimentação típica das épocas de guerras. Negam veementemente a existência das câmaras de gás e da política do Estado nazista de extermínio das comunidades judaicas. Quase todos negam o total de 6 milhões de judeus mortos –número que, de tão pesquisado, já é consensualmente aceito pela historiografia. Alguns se especializam em negar a autenticidade de testemunhos, como o de Anne Frank (1929-1945), numa tentativa de colocar em xeque outros relatos de judeus (Carvalho, 2020, p. 4).

Em suas ponderações, Carvalho conclui que, acima do ódio aos judeus, o negacionismo contemporâneo almeja engendrar uma atmosfera social suscetível ao revigoramento de ideologias extremistas, agregando em torno de si, um séquito radicalizado, pronto a delimitar o passado nazifascista em algo válido de ser lembrado, porque não dizer, revivido.

Semelhante esquema narrativo será adotado também em solo brasileiro. Ao nos reportarmos sobre as intervenções negacionistas/revisionistas no debate nacional, observamos que os assuntos sensíveis como a escravidão, o racismo, o extermínio dos povos originários e a ditadura militar, como mencionado anteriormente, terão preferência nos litígios a serem empregados pelos conservadores.

Na matéria ditatorial brasileira, o discurso negacionista e revisionista ideológico serão invocados de acordo com as circunstâncias apresentadas. Para uma melhor compreensão das técnicas, que distinguem essa combinação dos relatos, podemos dizer que o negacionismo é definido por arquétipos narrativos, onde a negação se sucede sem titubeios ou desvios, conclamando-se de maneira direta a inexistência do objeto que se quer negar. Já no revisionismo, o enredo a ser desempenhado se garante de superficialidades teóricas, onde contínuas reinterpretações dos fatos são ativadas, com vistas a ratificar feições enviesadas dos acontecimentos.

Tendo como enfoque a temática da ditadura militar, tratando-se do negacionismo. As palavras grafadas por um general das Forças Armadas, em um livro de memórias, publicado em 2003, refletem bem as características dessa corrente:

Dizem que isso é democracia: mas não é, absolutamente. Isso chegou a um ponto, difícil de se imaginar a que chegasse. Esse descalabro a que nós chegamos é uma ofensa ao jovem, aos nossos filhos, aos nossos netos porque, em qualquer horário, não há mais respeito nenhum (...) encerro destacando a importância deste Projeto que o amigo e outros oficiais estão conduzindo, como um antídoto para as mentiras e leviandades que vêm sendo escritas pelos inimigos da Revolução – verdadeiros revanchistas de plantão – em jornais, livros e revistas(...) soube que estão percorrendo o Brasil para difundi-los. Este é o caminho. A história não pode ser escrita pelos vencidos. Esta tarefa, como sempre foi, cabe aos vencedores (Motta, 2003, p.71).

Nesse pequeno trecho extraído, percebe-se como a realidade torna-se apenas um detalhe a ser apropriado e ressignificado, erigindo uma imagem particular, emotiva, que se deseja universalizada. Na negação produzida acima, o episódio ditatorial passa a ter seu real sentido invertido, arrematado por lembranças saudosas que o dissimulam

rasteiramente em trajes de uma Revolução, enquanto a liberdade concedida pelo real sistema democrático, torna-se algo declaradamente ofensivo e desrespeitoso.

Nos chamou atenção ainda, o fato de que, no mesmo fragmento, o general explicita também sua visão sobre o pertencimento do passado. Para ele, o tempo decorrido e consequentemente a arte de narrar, só pode ser concedido aos vencedores, negando-se o direito de fala de outros grupos, outros sujeitos. Pensamento típico de um memorialista, que possui recordações fincadas no sagrado, e que por isso devem ser resguardadas de quaisquer contestações ou vozes que venham a profaná-las.

Já o revisionismo ideológico, atua sobre outra funcionalidade. Enraizado no mesmo tronco de adulterações do negacionismo, essa corrente destaca-se por enlaçar apetrechos mais sofisticados, mediante encenações de usos dos métodos e análises condizentes à linguagem científica. Sob o falso verniz do empirismo, procura-se proliferar o maior número de considerações destoantes dos fatos históricos.

Como exemplificação dessa prática, temos a abordagem firmada pelo jornalista Leandro Narloch, popular emissor de ideias revisionistas e autor do livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. No limiar das primeiras páginas de sua obra, Narloch, apresenta de pronto as inclinações que orientam o pensamento ali constituído:

É hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta. Este guia reúne histórias que vão diretamente contra ela. Só erros das vítimas e dos heróis da bondade, só virtudes dos considerados vilões. Alguém poderá dizer que se trata do mesmo esforço dos historiadores militantes, só que na direção oposta. É verdade. Quer dizer, mais ou menos. Este livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como o daqueles estudiosos, e sim uma provocação. Uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos (Narloch, 2009, p.1).

Nesta citação, o escritor conservador empreende uma conduta de agravos à historiografia, posicionando-se de forma aberta contra as técnicas academicistas: “é hora de jogar tomates na historiografia”. Todavia, paradoxalmente, autointitula o fruto de seu trabalho como uma “coletânea de pesquisas históricas sérias”. Eis aqui uma boa ilustração daquilo que o revisionismo ideológico faz. Arditosamente joga com polêmicas e algumas artificialidades teóricas, para enfim sobrepor uma visão de mundo distorcida, que pretere o posicionamento ético, a racionalidade e o sentimento humanitário, de sorte que o seu objetivo maior, se define tão somente em “enfurecer um bom número de cidadãos”.

Ao redigir uma abordagem direta sobre a ditadura militar, o autor segue uma linha explicativa que visa promover a justificação do regime: “a guerrilha provocou o endurecimento do regime militar” (Narloch, 2009, p.268). Ou ainda, minimiza a dureza e a violência praticada, utilizando-se do método comparativo com outras ditaduras do hemisfério sul: “em vinte e um anos as ações antiterrorismo criaram 380 vítimas [...] é muito menos que os 30 mil mortos pela ditadura Argentina ou a estimativa de 3 mil vítimas dos militares do Chile” (Narloch, 2009, p.276).

Observa-se que Narloch, estrategicamente, em nenhum momento nega ter havido um governo ditatorial no país, chegando até mesmo a atribuir a prática de torturas ao regime. O que o diferencia, em parte, do negacionismo explicitamente escancarado. Entretanto, a manobra executada apenas instaura outros meios para se obter o mesmo fim. Afinal, as elucubrações originadas visam fornecer concepções que garantam a legitimação do regime, seja por validá-lo como um mal menor, ou ainda por mitigar a violência de Estado praticada.

O historiador Marcos Napolitano, sintetiza com clareza os dois postulados debatidos acima:

A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de negacionismo. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista, a isso chamaremos de revisionismo ideológico[...] parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico quase sempre polêmico. Esse tipo de revisionismo é refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de métodos e da ética da pesquisa historiográfica (Napolitano, 2021, p.86).

Percebe-se que de forma programática, negacionistas e revisionistas ideológicos, intencionalmente, estabelecem querelas e choques através de abordagens que prescrevem uma gama de dispositivos, o qual, para além de fustigar incômodos, direciona-se também ao apagamento de histórias, à manutenção de impunidades e à intervenção na narrativa do passado, com o fim de cristalizar sobre ela, reconstituições pessoalizadas. Dialogamos novamente com o pensamento de Marcos Napolitano, que nos apresenta um mapeamento das práticas gerais dessas distorções mnemônicas:

apropriação distorcida e seletiva de teses historiográficas reconhecidas; destaque sensacionalista para casos particulares e excepcionais do passado

(personagens, valores, instituições), cujas peculiaridades transformam-se em regras e modelos para demonstrar como as teses consagradas por historiadores acadêmicos são falsas; utilização de fragmentos de fontes primárias sem a devida contextualização ou crítica; exposição linear de fatos e processos por relação direta de causa e efeito, abordagem há muito criticada e superada pela historiografia; defesa de posições sobre o passado que partem de um olhar ideológico, moral ou valorativo, mas devidamente ocultado (Napolitano, 2021, p.102).

Na raiz desse programa de atividades e tarefas disruptivas à cognição histórica, exhibe-se a substância da memória. Portanto, antes de darmos continuidade à compreensão das narrativas que assolam parte das escolas e os novos sujeitos que vêm adquirindo protagonismo no cenário conservador, direcionaremos nossas averiguações para um adequado entendimento do conceito mnésico e sua relação de proximidade/distanciamento com a História, pautaremos as consequentes reverberações desse nexos junto ao saber histórico produzido nos centros educativos.

### **2.3 - O NEXO ENTRE MEMÓRIA, HISTÓRIA E SABER HISTÓRICO ESCOLAR.**

De maneira categórica, podemos declarar que a memória se constitui num regime de produção do passado. Com isso, intencionamos proferir que a partir dos testemunhos, relatos, lembranças pessoais ou coletivas, uma série de imagens, sentidos e abstrações dos períodos já decorridos são desenvolvidos.

No entanto, para visualizar o passado engendrado pelo campo mnemônico, é preciso atinar de maneira prévia a peculiaridade formativa que o reveste, pois o ato de recordar não nos exprime unicamente as sombras dos episódios sucedidos. Nele, projeções pretéritas são formadas e recompostas, atravessadas por ingredientes da realidade, mas também por dados imaginários e interesses grupais múltiplos do tempo presente. Sobre essa questão, a historiadora Lucília de Almeida Neves, discorre:

Desta forma os depoimentos coletados tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Em decorrência, o ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história. Portanto, a memória passa a se constituir como fundamento da identidade, referindo-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica – relaciona-se à inserção social e histórica de cada depoente (Neves, 2000, p.109).

Isto posto, é indispensável entendermos o caráter volátil da classe mnemônica, posicionando-a como um organismo mutável, delineada essencialmente como um produto resultante de um constructo social, sendo por isso afetada de maneiras diversas, de acordo com as demandas vivas do ambiente em que se encontra.

Não à toa, Manoel Luiz Salgado Guimarães posicionou-se:

É preciso, no entanto, estarmos atentos para o fato de que mais lembrança, como parte das demandas de nossa contemporaneidade, não implica necessariamente em mais conhecimento do passado e, muito menos, em uma compreensão crítica dessas experiências pretéritas (Guimarães, 2007, p. 13).

Com esse pronunciamento, o historiador não intenciona extirpar o lugar do passado da dimensão mnésica. Mas definir e caracterizar o suporte do lembrar. Desvelando a natureza de sua estrutura, que apesar de ostentar um amálgama de imagens dos instantes do passado, trazidos pela engrenagem das memórias, não se deixa reconhecer sem a execução de interpelações precisas e averiguações sistematizadas de suas tramas. É justamente nesse nexo de descobertas, que se encadeiam preciosos vínculos aproximativos entre a memória e a chamada ciência histórica.

A rigor, segundo Le Goff (2013), essa proximidade entre história e memória, sempre estivera presente: desde a antiguidade, a construção da narrativa se encontra intimamente associada ao relato daquele que viu, ou seja, o indivíduo que deu conta de testemunhar ou ouvir o fato acontecido.

Vinculação que, não por acaso, apresenta em si determinadas ambiguidades. Já que, a mesma memória que é assimilada como matéria prima da ciência histórica e que, portanto, oportuniza trazer à existência casos e personagens ainda escamoteados pelos escombros do passado. Acha-se também coberta de matizes sensíveis, passíveis de divagações fantasiosas, o que a predispõe a negar e a falsear esse mesmo domínio do saber, em prol dos anseios do recordar.

A esse respeito, Beatriz Sarlo, argumenta:

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os

direitos da lembrança, direito da vida, de justiça, de subjetividade (Sarlo, 2007, p. 9).

A despeito desse ceticismo recíproco e dessemelhanças abissais no trato efetuado. Pode-se declarar que a estrutura do passado se constitui no cerne vital que alimenta tanto a extensão do saber histórico, quanto a fração que é cabível a memória.

Para tanto, o conhecimento histórico científico se delinea na consumação sequencial de análises criteriosas, enlaçadas por normativas e refinamento teórico-conceitual, que resultam na produção de narrativas lógicas, propensas a questionamentos e a crítica continuada (Fico, 2021). Enquanto a trajetória memorialista, mantém-se com incrível robustez ligada a aspirações subjetivas e espontâneas. Condição que acaba por afastar-lhe de uma auto-observação rígida do seu arcabouço. Posicionando-a de forma mais alinhada à constituição de esferas afetivas.

Percebe-se, em razão disso, o estabelecimento de um conjunto de tratos e maneiras que esboça uma zona paradoxal irreversível entre a História e a Memória. Como bem menciona Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta [...] porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna mais prosaica (Nora, 1993, p.9).

Malgrado todo esse leque de disparidades e o evidente grau de tensão que nasce a partir dele. É também inconteste que, debaixo desse mesmo nexos relacional, diversas cooperações e níveis de dependências mútuas são acionadas. Logo, não podemos condenar a memória ao degredo ou mesmo proclamar com euforia a sua morte. Mas antes, o que devemos pois, como historiadores, é agregá-la e envolvê-la em processamentos sistemáticos de objetivação (Prost, 2009, p.106).

O que implica efetivar o deslocamento da memória de seu status sagrado, passando a revesti-la de arguições críticas, determinando cadeias investigativas precípuas para o alcance de novos sentidos e acepções diversas. Por esse caminho de linhas metódicas e de ordenações epistemológicas, o historiador transita grafando e confeccionando ante o

todo memorialístico, um enredo libertador, mensageiro de questões e tradutor de significados (Certeau, 2009).

Como resposta efetiva a esses traquejos de lidar com a memória, cada vez mais, o dispositivo da recordação e das representações obtém relevância inquestionável, circunscrevendo o seu lugar como objeto e fonte de estudos da disciplina da História. Nessa ligação, historiadores, de forma compacta, têm encontrado no rememorar da vida humana, artefatos imprescindíveis para novas perspectivas, novas histórias e novos atores sociais.

Após tais considerações, resta-nos entender o efeito da memória sobre a outra ponta dimensional da disciplina histórica, a História escolar. Para isso, buscaremos inicialmente observar aspectos e características, que concedem forma e estrutura peculiar a essa linha de saber.

Nos círculos de pesquisas que se inclinam a entender a natureza do conhecimento escolar, há um conceito que comumente é trazido ao debate, trata-se da categoria de transposição didática. Organizado e desenvolvido pelo matemático francês, Yves Chevallard.

Nesta base conceitual, o saber ensinado passa a ser apreendido como um conhecimento originário/descendente de uma transposição, processada a partir de uma respectiva disciplina científica, referencial ou acadêmica. Com isso, configura-se um sistema didático, onde de um lado apresenta-se um saber matricial, enquanto a outra extremidade, resguarda o tripé destinatário: professor, saber ensinado e aluno.

É importante ponderarmos que, para o pensador francês, não existe nenhuma possibilidade de participação direta dos professores na criação do sistema de transposição didática. Visto que, a transposição e o decorrente conhecimento didático escolar, forjam-se em processos que ocorrem necessariamente em instâncias externas à escola, as quais são denominadas “noosfera”.

No ambiente da noosfera, mobiliza-se e enquadra-se uma pluralidade de agentes e instituições: políticos, especialistas, associações de educação, membros comunitários, entre outros. Entes, que, de forma coordenada, atuam em processos que reúnem, planejam, selecionam, adequam, excluem e criam variados conteúdos. Saberes que serão substancializados no ambiente educacional, mediante os programas curriculares e manuais didáticos, para, só então, ficarem ao alcance dos educadores, que utilizando-se de habilidades pedagógicas, transmitirão o conhecimento aos seus alunos. Como nos fala a historiadora Ana Maria Monteiro (2001):

Chevallard chama a atenção para o fato de que a transposição didática não é realizada pelos professores eles mesmos e, sim, por aqueles técnicos, representantes de associações, militantes, que compõem a noosfera, e que efetivamente realizam a passagem do saber sábio ao saber ensinado, em diferentes momentos, quando surge a necessidade de sua renovação ou atualização. Os professores trabalham na transposição didática, não fazem a transposição didática. Quando o professor intervém para escrever a variante local do texto do saber que ele chama seu curso, a transposição didática já começou há muito tempo (Monteiro, 2001, p. 126).

Essa concepção simplificada do papel do professor acabará sendo questionada por muitos pesquisadores da área do ensino de História, já que pretere a subjetividade do docente na ação educativa, não atentando para a peculiaridade de que, no ofício de educar, o profissional da educação, intervém, articula e cria saberes próprios. Cabedal de entendimentos, que só podem ser contactados e explorados devidamente no exercício prático da docência. Como bem nos explana Maurice Tardiff:

Os saberes que servem de base para o ensino, tais como são vistos pelos professores, não se limitam a conteúdos bem circunscritos que dependem de conhecimento especializado. Eles abrangem uma grande diversidade de projetos, de questões, de problemas que estão todos relacionados com o seu trabalho. Além disso, não correspondem, ou pelo menos muito pouco, aos conhecimentos teóricos obtidos nas universidades e produzidos pela pesquisa na área da Educação: para os professores de profissão a experiência de trabalho parece ser fonte privilegiada de seu saber ensinar (Tardiff, 2002, p.61).

A passagem textual apresentada, demonstra que a experiência educativa, longe de ser um processo passivo de receptação e zona de chegada de um saber pronto e acabado, age ativamente na produção de sentidos e significações. Elaborando reinterpretações, apropriações e novos saberes (currículo real/ currículo em ação) que muitas vezes irão contrastar com o programa curricular formal de suas respectivas disciplinas.

Dentro dessa mesma lógica, coloca-se em xeque a percepção que detém o saber científico como fonte única do conteúdo que percorre os lugares pedagógicos. Uma vez que, a aparelhagem da transposição, será impulsionada por fatores que escapam do interesse epistemológico da ciência referencial, sendo também marcada por outras múltiplas mediações socioculturais. Imbricação complexa, onde se evidenciam relações de poder, demandas políticas, disputas identitárias, vantagens econômicas, valores religiosos, entre outras questões. Mais uma vez é Monteiro que nos auxilia, através de uma fala de Lopes, que profere:

os processos de seleção e legitimação não são construídos a partir de critérios exclusivamente epistemológicos ou referenciados em princípios de ensino-aprendizagem, mas a partir de um conjunto de interesses que expressam relações de poder da sociedade como um todo, em um dado momento histórico. Assim, atuam sobre o processo de seleção cultural da escola, em relações de poder desiguais, o conjunto de professores, aqueles que fazem parte do contexto de produção do conhecimento de uma área e a comunidade de especialistas em educação. Atuam igualmente inúmeras outras instâncias culturais, políticas e econômicas de uma sociedade, que atuam direta ou indiretamente sobre a escola, sobre a formação e atualização de professores e sobre a produção de conhecimentos na área específica e educacional (Lopes *apud* Monteiro, 2001, p. 126).

Vê-se, então, que a natureza do conhecimento escolar é um dispositivo dinâmico, aberta a uma diversidade de atributos e propriedades que lhe são intrínsecas. Lugar que não opera em níveis de neutralidade ou estabilidade, mas que se desdobra em cenários de diferentes lutas, conflitos e contradições, que adquire clivagens e adaptações baseadas em carências híbridas, sucedidas distintamente no tempo e no espaço.

Toda essa especificidade não anula as relações e intercâmbios do saber ensinado junto ao saber acadêmico, nem mesmo o posiciona em um patamar cognitivo inferiorizado, mas antes, sublinha distinções, limites e objetivos singulares existentes em cada dimensão. Quanto a isso, é Circe Bittencourt (2009) que pontua:

Considerando tais estudos e reflexões, podem-se identificar diferenças entre as disciplinas acadêmicas e as escolares, embora elas tenham relações entre si. Uma das diferenças importantes diz respeito a seus objetivos, que evidentemente não são os mesmos. A disciplina acadêmica visa formar um profissional: cientista, professor, administrador, técnico, etc. A disciplina ou matéria escolar visa formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive (Bittencourt, 2009, p 47).

É nesse jogo de similaridades e diferenças, que a relação entre a História acadêmica e a História ensinada ganhará contornos relevantes ao longo do tempo. Curiosamente, nesse enlace de territorialidades cognitivas, a memória se encontra como substância primeva da introdução do saber histórico, tanto em sua institucionalidade academicista, quanto em seu percurso de chegada ao universo da educação básica. Vejamos abaixo o caso brasileiro.

No Brasil a inclusão da História na rede pedagógica, se dá através de pujantes elos com a História científica, elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Esta agremiação, concebida em 1838, emerge com o propósito de preencher uma

lacuna que gerava significativos incômodos. Afinal, a jovem nação, que alcançara sua independência em 1822, reclamava para si uma narrativa oficial que lhe concedesse um instante de origem, como também uma montagem identitária capaz de salvaguardar a unidade pátria ante o risco da diversidade de seus habitantes. Como critério modelar, exigia-se que o repertório nacionalista fosse forjado a partir do padrão civilizatório e progressista europeu. Como nos enuncia Guimarães:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo (Guimarães, 1988, p. 08).

Nesse sentido, o limiar da disciplina de História no meio científico, não somente se constituiu sob os auspícios do regime imperial, mas também garantiu narrativas e discursos que se acomodaram amistosamente em favor da metrópole portuguesa, bem como da ordem colonizadora. Tanto os primórdios da nação, quanto a concepção de progresso e desenvolvimento, permaneceram vinculados a um senso continuísta do mundo social construído pelos portugueses.

Nas tramas desse contexto, a inserção da História na educação primária, no século XIX, teve destino semelhante, sendo sua gênese imbuída de intervenções memorialistas. Portanto, o saber histórico escolar, já surge com o dever de transmitir ao público estudantil uma memória coletiva, voltada especialmente para a interiorização de preceitos valorativos, que pudessem traduzir de forma segura a nova nação e instaurar sensações de pertencimento. Finalidade memorialística, que será mantida sem interrupções ou desvios, mesmo com a chegada do regime republicano, em 1889.

Na nova conjuntura, o conhecimento histórico escolar praticamente se manteve inalterado, limitando-se em efetuar pequenos ajustes para comportar as ideias cívicas do sistema implantado: algumas batalhas passaram a ter maior destaque que outras; datas celebrativas foram criadas; a tribuna dos heróis recebeu novos nomes e formatos, etc. Nesse sentido, em seu esforço de construção dos símbolos nacionais, chamamos atenção para a estratégia instrumentalizada pela memória: cada componente mnemônico concebido, encadeia fusões e diálogos com outros elementos da cultura, que tenham

raízes já bem fincadas no meio societário. O grau de junção desse dispositivo é o que garantirá permanência e vida longa à representação. Assim, quanto maior a abrangência e a diversidade de suas conexões, maior será a consistência e a autoridade alcançada no imaginário coletivo.

Entre os nomes mitificados que compõem o panteão da República, Tiradentes, destaca-se como um personagem bastante exemplificativo desse processo. Não por acaso, sua imagem agrega em torno de si, eixos extremamente poderosos: além dos valores basilares do civismo, que primam pela transmissão do dever ético e moralista da virtude republicana, encontramos também uma perspicaz assimilação de simbologias que não pertencem diretamente ao campo político, como a dimensão religiosa cristã. Para uma melhor compreensão, tomamos como exemplo um pequeno trecho, produzido por certo estudante, apresentado a nós por Fonseca (2009):

O céu estava tão belo que parecia para receber Tiradentes. A única coisa que Tiradentes pediu ao carrasco foi que lhe matasse bem depressa. Tiradentes antes de morrer disse: jurei morrer pela independência do Brasil, cumpro minha palavra. Tenho fé em Deus e peço a ele que separe o Brasil de Portugal. Por isso nós todos devemos amar Tiradentes. Viva Tiradentes, viva os inconfidentes (Fonseca, 2009, p.120).

A pena de morte sofrida por Tiradentes, a mutilação de seu corpo e a consequente proibição de seu sepultamento, serão habilmente mobilizados para situá-lo num cenário sacrificial. Substância de significado solene na mentalidade da cultura cristã. No relato elaborado pelo discente, vê-se bem o uso desse recurso: a descrição do céu, as palavras proferidas antes da morte, nitidamente são expedientes que buscam aproximar a figura do inconfidente ao sacrifício estabelecido por Cristo na cruz. De repente, o herói nacional ganha conotações, enfoques e atributos que facilmente o transfiguram numa espécie de um cristão temente, que tal qual o Messias, arraigado a princípios honrosos, comporta-se perante a morte de maneira intrépida.

O excerto textual acima, é um belo demonstrativo de como a memória nacional encontra na sala de aula um terreno fértil à sua replicabilidade. Memória que não hesitará em salvaguardar o seu lugar existencial no ambiente escolarizado, dispondo-se, sempre que necessário, a estorvar qualquer outra narrativa que venha a destoar ou ameaçar a sua predominância.

Já que, em nome do vínculo patriótico, a memória nacional mostrar-se-á sempre apta e ágil em distorcer o passado, omitir os confrontos, criar inimigos, apagar etnias dos

seus registros e a escamotear acontecimentos vergonhosos dos seus manuais didáticos.

Sobre tal assunto, José Álvarez Junco, é contundente:

O fundamento da nação, como explicou há mais de um século Renan é a deformação da verdadeira história, ‘o progresso dos estudos históricos - escreveu este autor em um momento de especial lucidez- é, muitas vezes, um perigo para a nacionalidade, enquanto o esquecimento, e inclusive o erro histórico, são os fatores essenciais em sua criação’. Não apenas porque se exaltem, ocultem, inventem ou disfarcem certos episódios do passado, mas sim porque a finalidade primordial da história ensinada nas escolas é criar espaços estáveis, refúgios firmes e imperturbáveis (Junco apud Carretero, 2010, p.12).

O universo mnemônico atua sobre a História escolar favorecendo uma teia de esquecimentos, falhas e inventos intencionais que sinalizam o domínio do caráter pátrio, impresso no relato educacional. Neste recinto, o único rosto a ser refletido no lago da narrativa, é justamente o seu.

Assim, a História pedagógica, em seu princípio, para além de uma função cognitiva, emprega uma cadeia de afetividades, as quais farão do conhecimento histórico escolar um repositório de lembranças da nação. Nele, o passado é revolvido por fantasias e idealizações, que resultam em narrativas totalizantes, onde as diferenças e querelas dos grupos sociais são, em sua maioria, eclipsadas ou mitigadas com vistas à edificação de um tempo glorioso.

Entretanto, ao longo do século XX, intelectuais e pesquisadores do ensino de História, formularam duras críticas ao formato memorizador do conhecimento histórico escolar, contestando de maneira veemente o rumo de suas perspectivas e sua função educativa. Esse movimento, culminou na implantação gradual de novos parâmetros, tanto naquilo que diz respeito as metodologias a serem aplicadas, quanto a conversão de temas, problematizações e finalidades introduzidas nos ambientes de ensino. Todavia, as reformas sucedidas e as inovações efetuadas no programa curricular da disciplina histórica, não obtiveram êxito em superar por completo os vícios predecessores da memória (Bittencourt, 2010).

A chave para esse continuísmo da lembrança, pode ser decifrada pela via de dois postulados. O primeiro é firmado por vários autores (as) que pensam o ensino de História, tal qual Helenice Rocha, Ana Maria Monteiro, etc. Tal postulado, argumenta que o contato com o passado não é um produto privativo da História ensinada. Logo, os estudantes conectam o tempo decorrido por distintas maneiras: seja por filmes ou séries, seja por jogos de vídeo game ou por novelas, seja por um youtuber que se “segue”, ou

sites eletrônicos que se têm acesso, ou ainda por falas de indivíduos referenciais em suas vidas, como familiares e lideranças religiosas, etc.

Em suma, no cotidiano vivencial de cada aluno, existe uma infinidade de artefatos que mediarão percepções subjetivadas sobre os temas pertencentes à disciplina da História. Assim, ao adentrar na sala de aula, cada discente traz consigo uma visão de passado própria, edificada a partir de uma bagagem referencial, portadora de experiências, elos e memórias extraídas de seu mundo relacional (Rocha, 2009).

Como decorrência desse fenômeno, o âmbito escolarizado mostra-se, assim, como um recinto extremamente heterogêneo, povoado de saberes multifacetados, oriundos de lembranças díspares, que fazem da aula de história um verdadeiro “lugar de encontros”, onde o conhecimento ordenado e analítico da disciplina, estabelece interações com memórias e representações particularizadas dos discentes (Monteiro, 2014).

Propriedade interativa, que longe de circunscrever a aula de história como uma ocasião serena, de quietude e passividade, a localiza como uma zona dinâmica, onde se sucedem consensos e diálogos, mas também animosidades e fortes embates. Processo natural, já que em meio a todo o caldo cultural dos saberes prévios estudantis, encontraremos também referenciais e rememorações portadoras de preconceitos e discriminações variadas, que invariavelmente entrarão em rota de colisão com o conhecimento histórico escolar. Explica-se, com isso, o fato do cotidiano educacional, ser revestido de muitas citações discrepantes, tais quais: “não existe racismo no Brasil” ou “Não houve ditadura”. Representações que mesmo com os avanços dos debates relacionados às temáticas, vêm adquirindo vida útil prolongada em sala de aula.

Como segundo postulado, fazemos menção do argumento trazido por José Alvarez Junco, que em busca de emitir respostas ao porquê da preservação da memória no espaço escolar, exterioriza: “o objetivo romântico tem uma notável e comprovada vantagem sobre qualquer outro, incluídos os cognitivos; colocados diante à disjuntiva racionalidade/irracionalidade, comprova-se a repetida vitória da irracionalidade” (Junco *apud* Carretero, 2010, p.13).

Em outras palavras, diversamente do regime crítico/racionalista, a narrativa resultante da lembrança desempenha um fascínio eminente sobre as mentes dos indivíduos, pois apresenta-se moldável às paixões, acomodando-se de maneira irrefletida aos intentos e desejos dos que a manipulam. Características que, indiscutivelmente, colocam-na em vantagem notória frente à dimensão racional.

Decerto, não podemos baixar a guarda, nem nos esgueirarmos de nossas responsabilidades socioeducativas, pois sabemos bem o efeito devastador que as memórias mal intencionadas podem gerar. Os últimos anos vividos no Brasil, evidenciaram uma amostra tangível disso. Quando alusões antidemocráticas chegaram a ter livre aceitação em parcela significativa da sociedade, reativando vocábulos, discursos, imagens e movimentos extremistas, oferecendo riscos potenciais à democracia de nosso país.

Conexo a essa circunstância, o fenômeno do evangelicalismo, que vinha se desenrolando sub-repticiamente, de modo gradativo, passou a despontar com força na esfera pública, pleiteando espaços políticos, midiáticos, econômicos e culturais. Não deixando de expor olhares e versões distintas também sobre educação, escola, docência e passado autoritário.

Os novos postos conquistados pelos evangélicos, evidenciaram uma mudança reveladora dos direcionamentos e orientações que norteiam a esfera doutrinária desse grupo religioso, paralelamente a isso, ocasionou-se também um reposicionamento desses sujeitos na sociedade, propiciando uma maior curiosidade/visibilidade sobre sua história.

Em sala de aula, as ideias históricas tecidas pelos educandos evangélicos, demonstram como a dimensão religiosa é uma substância fundamental em suas interpretações sobre os eventos passados. Linhas singulares, carregadas de emotividades, elos de identificação e interseções que entrelaçam na esfera educacional, o sagrado e o profano. Jovens, que fazem de sua religiosidade eixo de explicações dos acontecimentos que atravessam suas vidas, e que por isso, só se deixam apreender por conversações e diálogos profundos que levem em consideração tais especificidades (Silva, 2023).

Desse modo, o cenário sublinhado exige por parte dos professores/historiadores novas atitudes referentes ao ensino de História. Dentre os percursos educativos a serem traçados, a aplicação de metodologias ativas que levem o educando a processos investigativos práticos, parece ser um ponto de partida importante para o trato com memórias dissonantes. É preciso aproveitar o ensejo e expandir o horizonte da temática ditatorial, no intuito de promover outras histórias e outras narrativas, para com isso, trazer à luz agentes sociais até então negligenciados pela História ensinada, e que, aparentemente, ainda se encontram também distantes do olhar de muitos professores de história. No capítulo a seguir, busco discutir tal lacuna, fazendo uma imersão no universo religioso evangélico.

### 3. PRECISAMOS FALAR SOBRE OS EVANGÉLICOS: IDENTIDADES, MEMÓRIAS E DITADURA MILITAR.

O último Censo de 2010<sup>14</sup> nos revelou uma sociedade brasileira eminentemente religiosa: espírita, umbandista, candomblecista, islâmica, judaica, indígena, cristã, entre outras. A religião cristã, segundo a pesquisa, exerce ampla predominância no número de adeptos em território nacional. Fato compreensível, já que se trata de uma vertente religiosa com raízes fincadas/impostas ainda nos primórdios de nossa colonização.

Decerto, podemos afirmar que o cristianismo se encontra imerso no dia a dia dos brasileiros. Manifesta-se nas constituições e leis promulgadas<sup>15</sup>, faz-se presente nas ideologias e debates dos partidos políticos, nas nomeações de pessoas, ruas, praças e cidades, mas também nos jazigos e túmulos de suas necrópoles. Em suma, quando desnaturalizamos a realidade que nos rodeia, captamos uma impactante e assombrosa presença da esfera religiosa cristã em nosso meio social, cultural e econômico.

Contudo, falar de cristianismo é tratar de uma variedade absurda de grupos e denominações que vão além do ramo prevalecente, o catolicismo. Para termos uma ideia, o mesmo censo explanado, apresenta um crescimento contínuo de outro eixo cristão, o protestantismo. Ao compararmos os resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 e 2010, podemos perceber uma ampliação do segmento protestante, de 15,4% para 22,2%. De modo contrário, a fé católica, no mesmo quadro temporal, reduziu o número de seus seguidores, de 73,6% para 64,6%.

Comprovando esse feito, pesquisas estruturadas em 2020, pelo Instituto Datafolha, certificaram que os evangélicos haviam alcançado a marca de 31% da população, enquanto os católicos, decaíram mais uma vez, representando 50% do campo religioso. O mesmo exame, conclui em suas projeções que, no ano de 2032, os evangélicos ultrapassarão o número de cristãos católicos no país, tornando, o Brasil, um território de

---

<sup>14</sup>Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2012, Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: 12 jun. 2022.

<sup>15</sup> Um exemplo de tal processo pode ser verificado no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, a qual, a despeito de ser a Carta Magna de um país que se denomina laico, manifesta em seu fragmento textual: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático (...) promulgamos, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. Para ver mais a respeito do impacto da religião nas constituições do Brasil: Cavalcanti, Liliam Souza Viana. A memória religiosa no Estado Laico Brasileiro: diversidade religiosa e direito à liberdade de crença. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

maioria protestante<sup>16</sup>. Fato que explica em parte a importância de se compreender tal grupo, de se vasculhar suas doutrinas e entender, conseqüentemente, as práticas, memórias e comportamentos ordenados a partir de sua religiosidade.

Afinal, quem são os evangélicos/protestantes? Para responder essa indagação, utilizamo-nos da categoria anunciada pelo sociólogo Ricardo Mariano, que diz:

O termo evangélico, na América Latina recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais, Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa de Bênção, Universal do Reino de Deus, etc. (Mariano, 2014, p.10).

Sob esse pressuposto, portanto, o termo evangélico hospeda uma multiplicidade de protestantismos e evangelicalismos, que se distinguem em subdivisões extraordinariamente complexas, repletas de liturgias, doutrinas, práticas e ritos. Contudo, nessa mesma infinidade de diferenças, resguardam-se inúmeras outras características que aproximam condutas, conectam ideias, crenças e posicionamentos. Pontos elementares, que se interligam, se misturam e são replicados pelos núcleos religiosos, fazendo com que a diversidade desse credo, se perceba e se identifique enquanto partícipe de um corpo. Não como partes uniformes, mas conforme suas heterogeneidades.

Assim, desde a chegada dos anglicanos (1810) e luteranos (1824) no Brasil, na primeira metade do século XIX, e posterior desembarque do movimento missionário, com congregacionais (1858), presbiterianos (1862), metodistas (1886), batistas (1882) e adventistas (1895), até as igrejas mais recentes, como os assembleianos (1911), universalistas (1977), entre outras. Em toda essa coletividade de credos, há uma imensa linha invisível que atravessa temporalidades, e que acaba por uni-los, suscitando uma percepção imaginativa de “comunidade religiosa” (Barros, 2012). Esta, sob o compartilhamento comum de signos, divindades e escritura sagrada, termina por edificar uma grande “nação cristã” imaginada (Anderson, 2008).

O catolicismo, definitivamente, se encontra excluído desse corpo fraterno. Os missionários evangélicos que aqui desembarcaram, invariavelmente, irão estabelecer

---

<sup>16</sup> 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. Portal G1. Publicado em 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>> Acesso em: 03 março. 2024.

críticas ferrenhas à fé católica. O missionário anglicano Henry Martyn, por exemplo, em visita ao Brasil, no séc. XIX, assim registrou em seu diário: “há cruzeiros em abundância, mas quando será sustentada ali a doutrina da cruz?” (Silva, 2011, p.39). O protestante denunciava a discrepância entre o aparente e o vivido. Para ele, a cruz, símbolo do cristianismo, era visível nas casas, nos templos e nos espaços públicos, todavia, as obras da cristandade encontravam-se distantes da genuína mensagem de Cristo.

Esse olhar escrupuloso, sobre a cultura religiosa católica, foi fundamental para a definição inicial do Ser evangélico. Este, preponderantemente, irá moldar seus costumes e doutrinações a partir de processos de diferenciação com a forma de vida dos indivíduos católicos. Algo que será esmerado ainda mais nas primeiras décadas do século XX, através do pentecostalismo. Movimento protestante que traz como essência, o avivamento estabelecido pelo Espírito Santo e seus dons: falar línguas estranhas (glossolalia), prevê acontecimentos no passado, presente ou futuro (profecia), mas também o poder de curar, o dom da fé, da sabedoria, entre outras dádivas.

Cabedal de bênçãos, que para ser alcançado, requisita ao fiel uma separação drástica do mundo e seus prazeres. Trata-se da doutrina pietista, sintetizada num provérbio bastante conhecido entre os evangélicos: “nós estamos no mundo, mas não pertencemos ao mundo”. Max Weber, denomina tal conduta de “ascese intramundana”. Pois, diferentemente dos monges católicos, que permanecem radicalmente isolados em seus mosteiros (ascese extramundana), o protestantismo opta por atuar infiltrado no próprio cotidiano laicizante (Weber, 2013).

Em decorrência dessa vertente espiritualista, os pentecostais, além de se disporem obstinadamente contra a religiosidade católica, julgada como idólatra, adotarão uma moral rígida, de negação dos impulsos e de distinção em relação aos demais setores da sociedade, refutando ao máximo a participação em qualquer manifestação cultural que venha a violar o jeito de ser cristão. Logo, todos os festejos profanos, serão tidos como antros de práticas pecaminosas e tentações, as quais os evangélicos autênticos deveriam se resguardar.

Assim, a adoção da fé protestante, significa, acima de tudo, abraçar novos modos, imbuídos de princípios reformadores e valores cotidianos, que devem não somente ser exercidos, mas também testificados por todos aqueles que estejam a sua volta. Sujeitos religiosos, que não titubeiam, quando questionados a respeito de sua fé, afirmam com altivez sua nova condição: “sou crente em nosso Senhor Jesus Cristo”, ou simplesmente respondem de forma abreviada, “sou crente”, como nos mostra Magali Cunha:

Este nome definia o processo de conversão, que era a pregação central da mensagem protestante: passava-se da incredulidade e desobediência a uma nova vida de crença e obediência. Os convertidos passavam assim a se autoidentificar como “crentes”. No entanto, os missionários estadunidenses também tinham sua identidade, sua própria forma de se autoidentificarem: eles eram evangelicals ou evangélicos, ou seja, os adeptos da corrente protestante, com raízes no movimento fundamentalista, que desejava afirmar a sua fidelidade ao Evangelho e não à Ciência ou à razão humana (Cunha, 2019, p.15).

Desenha-se com isso uma filosofia religiosa, que divide a realidade existente de maneira maniqueísta, entre crentes e incrédulos, salvos e não salvos, Deus e o Diabo, luz e trevas, céu e inferno, anjos e demônios, espírito e carne. Componentes minuciosamente representados numa iconografia protestante alemã de 1862, chamada de “Os dois caminhos”. A obra encontrou enorme aceitação entre o protestantismo europeu, sendo bastante utilizada nos lares religiosos, como expressão de escolha de fé, bem como pela seara missionária, que irá integrá-la na pregação da mensagem divina, tornando a doutrina mais acessível ao público leigo (Campos, 2014).

Ao chegar no Brasil, ainda na primeira metade do século XX, a gravura conseguiu atrair de igual maneira a apreciação dos crentes brasileiros, evidenciando a fácil assimilação das convicções trazidas pela imagem. De certo modo, para os cristãos evangélicos, as rápidas transformações técnicas vividas no limiar do século, pareciam estampar um palco ilusório, maquinado por infieis, que nada apresentava de proveito, a não ser o esfriamento da fé e o gradual afastamento do fiel para com Deus.

Não à toa, na iconografia citada, manifesta-se, “o caminho de perdição”: largo e chamativo, equipado por uma casa teatral, traduzida como um lugar de “profanação do domingo”. No mesmo percurso, ostenta-se ainda um salão de baile, exibindo uma bandeira com os dizeres “o mundo e a carne”. Logo em seguida, projeta-se a ilustração de um repertório de pecaminosidades (consumo de bebidas alcoólicas, furtos, assassinatos e jogatinas, etc.). Conjunto de desejos e vícios que culminam numa imensa fornalha, reservada para aqueles que negligenciaram a obediência das leis sagradas.

Interessante atentar que, em cada detalhe dos pecados representados, exhibe-se sempre uma referência bíblica. Proceder que dispõe a Bíblia como um livro que determina não apenas um dogma religioso, mas que também regulamenta e normatiza as demais áreas de convívio dos indivíduos.

Na mesma retratação descrita, vê-se do lado direito, uma porta estreita, assinalada o “caminho de salvação”. Nela desenha-se uma sequência de paisagens bucólicas. Próximo à entrada, tem-se o Cristo crucificado, dele emana uma fonte de águas, voltada a saciar a sede daqueles que adentram à porta; há também um centro de ensinamento bíblico dominical (escola dominical); ministrações ao ar livre. Em suma, configura-se todo um viver de renúncia e mansidão, que termina por direcionar o bom cristão à cidade celestial, seu lugar legítimo, sua pátria efetiva.

Esse saudosismo da pátria divina, reparado tão somente com a segunda vinda de Cristo, vai fazer com que o evangélico adote uma característica quietista e individualista, quanto à realidade que o permeia. O fiel, crendo numa estadia mundana temporária, abraça o conformismo diante dos infortúnios, fato que o impedirá de querer mudar a estrutura injusta e desigual que venha a presenciar. Posto que, tudo o que importa, encontra-se restrito à esfera espiritual (Schmidt, D., 2016).

Figura 3 - Iconografia, Os Dois Caminhos, século XIX.



Fonte: Mapas Bíblicos<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Imagem publicada no site Mapas Bíblicos. Disponível em: < <https://mapasbiblicos.blogspot.com/2011/10/quadro-os-dois-caminhos.html> >. Acesso em: 03 fev.2024.

Com esse entendimento sobre o ethos evangélico, resta-nos apreender como um credo com aspectos tão rígidos, conseguiu seduzir fração significativa da população brasileira, a ponto de colocar em risco o predomínio secular da igreja católica. Em razão disso, realizamos as seguintes alegações: por quais mudanças o pentecostalismo atravessou? Que fundamentos doutrinários permaneceram? Preocupa-nos perceber como tais alterações irão influenciar na formação identitária de suas lideranças, determinando posicionamentos e valores referentes à vida em comunidade.

### **3.1 ASCENSÃO DOS EVANGÉLICOS E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.**

Toda e qualquer criação humana é histórica, pois, modifica-se adquirindo cores e tonalidades do tempo a que pertence. A religião, portanto, segue essa mesma lógica. Ela não é estática, como muitos dos seus adeptos assim gostam de imaginá-la. Antes, tem suas doutrinas entrelaçadas por demandas e questões, que por sua vez, acham-se imersas às limitações próprias de cada época. Constata-se, então, que o mundo espiritual e o material não se acham isolados, como o senso comum ordinariamente costuma pensar. Mas se assentam em imbricações, alimentando-se um do outro, desdobrando-se, por conseguinte, em processos potencialmente dinâmicos de ações, práticas e sentimentos paradoxais. Componentes que, com perspicácia, não deixarão de sofrer articulações e transformações ao longo do exercício do credo religioso (Armstrong, 2008).

O evangelicalismo, deveras passou por variações que se mostraram cruciais à ocupação de um espaço de destaque na cultura nacional. Em busca de entender o alcance desse status, os estudiosos e pesquisadores da religião protestante, majoritariamente, apontarão suas observações para três ondas pentecostais<sup>18</sup> (Júnior, 2012).

A primeira onda se sucede no início do século XX, e tem como principal característica a ênfase nos dons do Espírito Santo, no apolitismo, no sectarismo e na separação quanto ao universo cultural societário, tal qual designamos anteriormente. São

---

<sup>18</sup> É importante pontuarmos que essa divisão cronológica entre “ondas” evangélicas, se dá pelo esforço de tentar estabelecer uma diferenciação lógica entre as diversas denominações existentes. Tendo em vista que, busca amparar-se na ênfase e intensidade de determinados aspectos, os quais, longe de serem exclusivos, muitas vezes já se encontravam presentes em denominações anteriores. Por exemplo, as mensagens de cura, de exorcismos e discursos de libertação, são intrínsecas ao nascimento do movimento pentecostal. Portanto, o destaque dado à segunda onda e até mesmo à terceira, vai ser mais no aprofundamento sistematizado dessas práticas, que serão organizadas e divulgadas massivamente nos diferentes meios de comunicação. Para mais informações ver: MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5ª edição, São Paulo. Editora Loyola, 2014.

representantes exponenciais desse movimento, as igrejas Assembleia de Deus (1911) e a Congregação Cristã do Brasil (1910).

Nos primórdios da cosmologia religiosa dessas denominações, a visão de pecado mostrava-se bastante abrangente, fazendo com que ocorresse um enorme controle dos líderes, sobre os hábitos mais rotineiros de seus membros: uso de vestimentas adequadas (homens de paletó e mulheres com trajes longos), o combate à vaidade feminina (não utilização de maquiagens e adornos pelas irmãs da congregação), mas também proibições de se frequentar cinemas e festas, de dançar, ouvir ou cantar músicas seculares, e, mais tarde, com a chegada da TV, a interdição de assistir/possuir televisão. Com o objetivo de estabelecer uma interiorização eficaz de todo esse regramento, muitas canções cristãs trarão em suas letras a descrição dessas pecaminosidades. Vejamos esta cantiga, entoada por Tônico e Toninho, denominada de O Crente e a Televisão<sup>19</sup>:

Há muito crentes de hoje, estão ficando moderno, não aceitam a sã doutrina preferindo ir pro inferno. Muitos crentes já compraram até mesmo a televisão, na igreja não vai mais, nem no culto de oração. O crente assiste novela na sua televisão, na igreja ele não vai, fica naquela ilusão. Até mesmo Satanás entrou em seu coração, o crente assiste novela vai perdendo a salvação. O crente que tem TV lá dentro da sua casa, já tem o mundo lá dentro, era o que o Diabo esperava. O irmão fica assistindo os programas imorais, desse jeito meu irmão lá no céu você não vai. Crente assiste futebol na sua televisão, ele fica iludido com uma grande emoção. Ele também assiste filme, que é uma grande ilusão, o crente que assiste isso lá no céu não entra não (Tônico e Toninho, 1983).

Para o evangelicalismo da primeira onda, a modernidade constituída pela televisão e os programas por ela exibidos (filmes, novelas e futebol) tornam-se um obstáculo à espiritualidade do cristão convertido, sendo fonte de entrada do mundanismo e ferramenta desviante do acesso ao paraíso<sup>20</sup>.

Por sua vez, a segunda onda, ocorre nos anos 50, do século XX. Nela a centralização doutrinária gira em torno da cura divina. Várias denominações simbolizam essa fase, tais como a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), Igreja Nova Vida (1960),

<sup>19</sup> Canção composta por Tônico e Toninho no LP Mensagem. Ano da gravação, 1983.

<sup>20</sup> No final do século XX, a maioria das igrejas passaria por um processo de liberalização dos costumes. Mesmo a Assembleia de Deus, conhecida por sua rígida tradição, concederia permissão aos fiéis para exercer algumas condutas, tais como a liberação da TV e do cinema, a realização de práticas esportivas por seus membros, maior liberdade para o público feminino, que passou a adotar o uso de maquiagens, adornos, procedimentos capilares, etc. Comportamentos que até então eram vistos como reprováveis, nos templos pentecostais. Para mais informações ver: CUNHA, Magali. “Vinho novo em odres velhos”: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. Tese de doutorado defendida em 2004, Universidade de São Paulo (USP).

Deus é Amor (1962), entre outras. No embalo desses núcleos religiosos, novas maneiras de evangelizar serão criadas. A Quadrangular, por exemplo, ficará marcada pela criação das Cruzadas itinerantes de evangelização: por meio de tendas, os evangelistas percorrerão as regiões mais longínquas, no intuito de levar a mensagem bíblica aos indivíduos que não desfrutavam de um acesso fácil aos templos.

Enquanto isso, a Nova Vida, fundada pelo canadense Wallter Robert McAlister, além de incorporar no processo proselitista de sua instituição, o uso do rádio, torna-se também um dos pioneiros a conceber a televisão como um instrumento de visibilidade e divulgação do evangelho. Entre os anos de 1965 e 1967, Robert irá liderar um programa evangelístico na TV Tupi, onde promoverá, por intermédio de suas pregações, a manifestação do poder de cura e um leque de bênçãos materiais aos seus espectadores, aconselhando-lhes detidamente como alcançar a prosperidade plena. Estava lançada a primeira semente da doutrina teológica, conhecida como Teologia da Prosperidade<sup>21</sup>.

Das fileiras da Nova Vida, emergem duas lideranças desejosas por constituir um reinado particular, referimo-nos a Edir Macêdo e R.R. Soares. As denominações fundadas por eles, serão símbolos da terceira onda pentecostal: Igreja Universal do Reino de Deus (1977), e Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

É nessa terceira onda que se realizam as rupturas mais significativas do pentecostalismo brasileiro. Rompe-se de vez com a demonização das mídias modernas. De inimigas e instrumentos diabólicos, estas passam a ser aceitas como componentes impreteríveis à pregação do evangelho. Com essa perspectiva em mente, R. R Soares e Edir Macêdo, não só farão uso do rádio e da televisão, constituindo inúmeras transmissões de cultos e mensagens ao longo de toda a década de 80, mas, eles mesmos, se tornarão eminentes empresários midiáticos, tomando posse de vultosos aglomerados de comunicação: jornais, gráficas, distribuidoras, rádios, gravadoras, editoras, livrarias, e redes de televisão, como a Rede Internacional de Televisão - RIT (1999), pertencente à R.R Soares e a Tv Record (1989), que tem por proprietário, o bispo Edir Macêdo (Refkalefsky, 2012).

Conectado a esse sistema midiático, tanto Edir Macêdo, quanto R.R Soares, apostarão todas as suas fichas, na difusão da chamada Teologia da Prosperidade. A

---

<sup>21</sup>SANTI, Alexandre de; BRUM, Maurício. Como os programas evangélicos ganharam as rádios e TVs do Brasil. Revista Super Interessante. Publicado em 16/03/2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-os-programas-evangelicos-ganharam-as-radios-e-tvs-do-brasil>> Acesso em: 07 abril. 2024.

essência dessa crença, encontra-se intimamente associada à posse de bens e riquezas, interpretada como bênção divina, (Silveira, 2007). Com esse preceito, se sucede uma mudança de mentalidade em parcela significativa dos adeptos do evangelicalismo: o crente em Jesus, ao invés de aguardar pacientemente a vinda do Filho de Deus, para só então, obter a felicidade plena e a bonança incessante, acredita agora poder receber todos os benefícios divinos no próprio plano terrestre.

Para além disso, a intervenção celeste não deve simplesmente suprir necessidades básicas, mas conceder prosperidade em abundância, como carros, apartamentos, empresas, etc. No intento de alimentar esses anseios, muitas igrejas irão estruturar cronogramas de atividades e celebrações tematizadas, como o Culto da Vitória, Culto da Prosperidade com Deus, etc.

Porque estamos em Cristo Jesus, fomos destinados para a vitória aqui nesta vida, não nos céus, ou no milênio ou no arrebatamento. Muitos estão pedindo o arrebatamento não porque amam a Jesus, mas porque vivem em derrotas, decepcionados, por isso desejam ir para o céu [...] Deus te vê próspero, com saúde, vitorioso. Esta é a imagem que Deus quer que você tenha (Barreto *apud* Mariano, 2014, p.147).

A partir dessa doutrina, o modelo de discurso efetivado, traduz de forma profícua a maneira de como a fé religiosa será ajustada à lógica do capital. Explicitando-se uma noção, onde a felicidade e a existência de Deus no viver humano, são traduzidas não somente pela sensação de bem-estar e paz interior, mas pelo poder de consumo que cada indivíduo consegue empregar. Portanto, a simbologia da presença da divindade, revela-se, proporcionalmente, ao patamar de destaque que os seguidores do credo ocupam no meio em que se encontram.

Se algumas denominações, inspiradas na Igreja Universal e na Internacional da Graça de Deus, terão o foco voltado para um público mais carente, atraindo-os com veementes promessas de milagres, fim de sofrimentos e obtenção de riquezas terrenas. Abraçando esse eco de modificações e maior aceitação da mensagem protestante, outras vertentes evangélicas, surgirão com uma proposta mais voltada para o público de classe média e para a camada juvenil.

Com isso, a cultura secular, antes rejeitada pelos sermões inflexíveis dos crentes, passa a ser ressignificada pelos movimentos neopentecostais, oriundos da terceira onda. Gradualmente, a doutrina que preconizava o isolamento do fiel em relação “as coisas mundanas”, transmuta-se, dando lugar a uma ocupação de Cristo em todas as esferas

culturais. Como consequência dessas apropriações, forja-se uma pujante mercantilização de produtos voltados especificamente ao consumidor evangélico: moda cristã<sup>22</sup>, casas noturnas evangélicas<sup>23</sup>, festivais de canções com estilos sonoros diversos<sup>24</sup>(música eletrônica, rock, samba, funk, forró, etc.). Até mesmo temáticas tabus como “o prazer sexual”<sup>25</sup>, passam a ser “cristianizadas”, proliferando-se cada vez mais no multifacetado mercado cristão.

É óbvio que todos esses ingredientes, contribuem fortemente para uma ampliação da atratividade do universo evangélico, mas o principal “milagre” da multiplicação religiosa protestante, se dá sobretudo a partir de outro fator: trata-se de uma religião que vai até o convívio das massas populares, disseminando-se justamente onde as camadas mais pobres fazem morada. Nesse sentido, ela cresce paralela ao desenvolvimento das grandes metrópoles, na concretização do espaço urbano brasileiro e no contínuo processo de formação de numerosas periferias, que serão ocupadas por indivíduos desfavorecidos de lazer, de segurança, saúde e assistência social (Costa, 2023).

Abandonados pela inexistência ou precariedade dos equipamentos públicos, os moradores das zonas periféricas encontram nas comunidades evangélicas uma rede de relacionamentos que adquire posição central em seu viver. Na igreja, o fiel destituído de atendimento psicológico, encontra nas orações espontâneas, o seu momento para externar suas dores e aflições. Ali, diante de seus “irmãos”, comunga lágrimas, apoio e auxílio mútuo. Juntos contemplam “a manifestação de Deus” na obtenção de curas. Nas leituras da palavra sagrada, recebem respostas divinas e consolo, de que tudo vai ficar bem, pois o Eterno está no controle de todas as coisas (Alvito, 2012).

Para além de promover tais experiências, muitas igrejas realizam entre seus membros, ações concretas de solidariedade, como concessão de empregos, cestas de alimentação, auxílio financeiro para a compra de remédios, etc. Entre as soluções

---

<sup>22</sup>MARÇAL, Gabriela. Moda evangélica conquista fiéis consumidores por todo o Brasil. Notícias Metrôpoles. Publicado em 10/10/2021. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/brasil/moda-evangelica-conquista-fieis-consumidores-por-todo-o-brasil> >. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>23</sup>HOLANDA, Tiago. Bíblia na balada: jovens evangélicos ganham a noite de BH com opções exclusivas de baladas. Jornal Estado de Minas Gerais. Publicado em 02/02/2014. Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/02/interna\\_gerais,494110/jovens-evangelicos-ganham-a-noite-de-bh-com-opcoes-exclusivas-de-balada.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/02/interna_gerais,494110/jovens-evangelicos-ganham-a-noite-de-bh-com-opcoes-exclusivas-de-balada.shtml) >. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>24</sup>Festival de Cultura Evangélica. Portal de notícias G1. Publicado em 09/09/2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/o-que-fazer-em-salvador/noticia/2023/09/09/festival-de-cultura-evangelica-sera-realizado-em-salvador-com-shows-de-aline-barros-thalles-roberto-e-isadora-pompeo-veja-programacao.ghtml> >. Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>25</sup>SOUPIN, Elisa. Sex shops dedicadas a evangélicos crescem no Rio. Portal G1. Publicado em 01/11/2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/01/sex-shops-evangelicos-rio.ghtml>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

espirituais e materiais, definidas dentro do credo religioso, solidificam-se alianças interpessoais bastante íntimas entre a membresia, gerando uma espécie de núcleo familiar congregacional, compromissado em acolher as demandas mais urgentes de seus integrantes.

A suposição de que os pentecostais crescem em tempos periféricos da mídia ignora um fato evidenciado por dezenas de trabalhos antropológicos e sociológicos realizados nos últimos cinquenta anos: os pentecostais crescem de boca em boca, por proximidade, por redes; os espaços de televisão apenas legitimam a posição do crente e resolvem disputas de predominância entre igrejas. Conversões e acessos ocorrem na vida cotidiana quando alguém tem um problema e uma pessoa perto de você recomenda ir a uma igreja, e então acontecem coisas que “fazem tudo funcionar”. O conceito de “igreja eletrônica” explica apenas uma pequena parte dos casos de conversões: muitas vezes, de idosos isolados, dependentes da televisão e angustiados em noites solitárias. Para todos os outros (jovens, casamentos em crise e pessoas de meia idade em meio a todos os tipos de problemas), há sempre uma igreja próxima e um amigo vizinho que recomenda ir até lá (Selmán *apud* Costa, 2023, p.35).

Somados aos elementos já citados, acrescenta-se ainda a maleabilidade dos espaços de culto e o não rigor formativo das lideranças pentecostais. Excetuando-se apenas algumas vertentes, a maioria das correntes evangélicas, não chega a exigir dos seus líderes uma formação teológica aprofundada. Pelo contrário, muitos alcançam o status de autoridade, basicamente por sua entrega ao credo e capacidade retórica, e, no caso de algumas denominações mais específicas, leva-se em conta, também, o poder de convencimento dos membros à realização de “generosas doações”.

De maneira semelhante, a fixação do lugar sagrado ou templos pentecostais, não segue um padrão arquitetônico, podendo ser instituído em lugares diversos: pequenos salões de periferias, rudes galpões desativados, ou até mesmo as calçadas das “casas dos irmãos”, territórios que de modo nenhum seriam confundidos ou vistos pelos transeuntes como unidades congregacionais.

Quando comparamos esse modelo de operação, com o efetivado pela igreja Católica, observamos que esta carrega consigo uma estrutura mais engessada, determinando percursos rigorosos para aqueles que desejam chegar à condição de sacerdócio, bem como, certa peculiaridade arquitetônica dos seus locais de culto, o que dificulta sua proliferação nos bairros mais pobres. Conforme essa percepção, entendemos

que os evangélicos passam a ter imensa vantagem na manutenção dos números de seu crescimento<sup>26</sup>.

É sob esses “modos” e “maneiras de fazer”, que os evangélicos foram se proliferando silenciosamente. Sem alardes, se desenvolveram, organizaram-se, criaram corpo, até o instante em que se deslocaram para os espaços públicos, ocupando importantes pontos de decisão de nossa era, como a esfera política. Se esse nicho já vinha sendo explorado razoavelmente pelos chamados protestantes históricos, como metodistas, presbiterianos, batistas, luteranos e congregacionais. Entre os pentecostais, predominava-se ainda um jargão, bastante difundido pelos seus filiados: “política não é lugar de cristão” (Almeida, 2020).

Todavia, o processo de retorno da democracia e a conseqüente elaboração de uma Assembleia Constituinte, gerou forte preocupação na comunidade pentecostal. Esta, temia a influência que o catolicismo poderia exercer junto à nova legislação de liberdade religiosa, que seria formulada. Por outro lado, assombrava-se também com o retorno do Partido Comunista à legalidade (1985) e as novas bandeiras erguidas pelos movimentos sociais emergentes. Toda essa conjuntura, fez com que os evangélicos pentecostais revessem melhor as estratégias de defesa dos seus valores e de suas crenças. Em prol dessa condição, rapidamente, doutrinas religiosas que já fervilhavam em seus cultos, foram acionadas, com vistas a legitimar em suas bases o novo lema: “irmão vota em irmão”.

Dessa maneira, a formação do Congresso Nacional Constituinte de 1986, proporcionou aos pentecostais um considerável feito: de 02 deputados federais eleitos em 1982, obtiveram, em 1986, 18 congressistas. Destes, 13 deputados eram pertencentes ao credo da Assembleia de Deus. Somada às demais denominações históricas, o grupo totalizou 32 parlamentares eleitos. Números que, com o passar dos anos, só se ampliaria cada vez mais (Mariano, 2012).

A incorporação da política pela esfera cristã pentecostal, segue o objetivo de se tornar voz influente nas diretrizes da nação, pautando interesses do próprio credo, garantindo existência e solidificando visibilidade, tal qual nos afirma Magali Cunha (2019):

---

<sup>26</sup>Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019) Pesquisa Centro de Estudos da Metrópole, 17 de maio de 2023, NT20. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/igrejas-evangelicas-apresentaram-crescimento-vertiginoso-no-brasil-nas-ultimas-decadas/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

A entrada dos evangélicos na política, em especial os pentecostais, é um ato de defesa cultural; uma reação a mudanças no ambiente social que ameaçavam a cultura religiosa evangélica. Mas é também um ato de afirmação de um grupo que se vê em crescimento numérico e geográfico, em franca conquista no campo econômico-financeiro, vivenciador de um momentum no contexto da redemocratização do país. Significa a capacidade de evangélicos reivindicarem acesso à esfera pública institucional, assim como outros segmentos sociais emergentes a saírem da invisibilidade, recriando sua identidade de minoria política e de subcultura religiosa para a de um grupo-alvo influente (Cunha, 2019, p.38).

Com esse propósito, cada vez mais os evangélicos passam a obter resultados expressivos nas variadas esferas legislativas: municipal, estadual e federal. No Congresso Nacional, progressivamente, foram ganhando força, destacando-se o pleito de 1998, quando chegaram à marca de 51 deputados federais. Já na virada do século, os evangélicos dão mais um passo rumo a ratificação de seu poderio no legislativo federal, originando, em 2003, a chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE), comissão suprapartidária de defesa dos princípios cristãos. Enquanto isso, em 2005, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) funda o Partido Republicano Brasileiro (PRB), instituindo-o como braço principal de sua atuação política (Freston, 1997).

Nas disputas eleitorais posteriores, evidenciam-se os anos de 2014 (74 deputados federais / 3 senadores) e 2018 (84 deputados federais / 7 senadores), quando há um forte engajamento dos evangélicos junto à extrema direita, conduzindo-os ao maior índice de congressistas de sua história. Nas eleições de 2022, apesar do declínio quantitativo (75 deputados federais), os pentecostais elegem o deputado federal mais votado no país. Nikolas Ferreira, que recebeu quase 1,5 milhão de votos<sup>27</sup>.

Ao longo de décadas de imersão no processo político brasileiro, os evangélicos não apenas se envolveram em diversos escândalos de corrupção e tramoias, em troca de benefícios e regalias governamentais<sup>28</sup>. Mas nos últimos anos, majoritariamente, também

---

<sup>27</sup> BIMBATI, Ana Paula. Mais ideológica, bancada evangélica tem 20% da Câmara, mas não atinge meta. Portal de notícias Uol. Publicado em 09/10/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm>>. Acesso em: 14 março. 2024.

<sup>28</sup> Com sua amplificação na Constituinte de 1986, em pouco tempo, os pentecostais conseguiram chamar atenção da imprensa para o seu “jeito” de fazer política. Assim, desde 1988, o Jornal do Brasil já denunciava suas práticas: “Como se fosse uma bancada partidária, boa parte do grupo dos constituintes evangélicos, fez da tarefa de preparar a nova Constituição, um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens para suas igrejas e muitas vezes para eles próprios”. Evangélicos trocam voto por vantagens. Jornal do Brasil. Publicado em 07 de agosto de 1988, Nº 121. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015\\_1988\\_00121.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1988_00121.pdf)>. Acesso em: 14 março. 2024.

se mostraram inclinados a apoiar propostas e medidas contra a ordem democrática, orquestradas por grupos autoritários.

Entretanto, no mesmo corpo de evangélicos, outros atores cristãos emergem, invocando identidades díspares e interpretações bíblicas divergentes dos protestantes conservadores/fundamentalistas. Os evangélicos ecumênicos<sup>29</sup>, definitivamente, promoverão rupturas ao apregoar uma alternativa teológica distinta de se viver e pensar o cristianismo. Teologia que os rege hoje, mas que também se mostrara fundamental no impulsionamento de atitudes e ações tomadas perante o regime ditatorial de 1964.

O tabuleiro evangélico firma-se, assim, em um eixo de perspectivas variáveis, onde memórias e representações, diversas e antagônicas, se movimentam, se confrontam, e coexistem, culminando num credo dinâmico e vivo. Em nosso próximo tópico, iremos conhecer um pouco mais os evangélicos, mas dessa vez, sob o contexto do golpe militar.

### **3.2 SOBRE LEMBRANÇAS EVANGELICAIS, AUTORITARISMOS E IDENTIDADES EM DISPUTA.**

Sob um dia de sol implacável, uma dezena de vozes irrompem o ar de Niterói/RJ. Pelo som e tonalidade proferidos, mesmo o mais desatento dos transeuntes, teria a clara percepção de tratar-se desses instantes de arrebatamento religioso coletivo, onde indivíduos em êxtase, articulam gestos, palavras e símbolos, criando um cenário propositadamente ritualístico em torno de si.

Os vocábulos, frases e performances executadas, não deixam dúvidas para os espectadores que os assistem. Os sujeitos, ali presentes, são membros de denominações evangélicas. Com vestes de cores variantes entre verde e amarelo, os devotos se agrupam. Alguns, envoltos da bandeira nacional em seus corpos, ajoelham-se sobre o chão de terra batida, resistindo os possíveis incômodos. As dores do sacrifício. Juntos, de modo uníssono, suplicam pungentemente pela divindade. Mãos trêmulas erguidas, agregam-se a uma confusão doída dos murmúrios emitidos. Nesse ínterim, uma voz, dentre as outras, eleva-se e passa a exercer uma função de liderança entre as demais. Com entonação forte,

---

<sup>29</sup> Para este trabalho aderimos a conceituação de Magali Cunha, que afirma: “O movimento ecumênico emerge a partir do princípio da unidade visível dos cristãos. Deste princípio, surgiram práticas em torno de acordos teológicos e de ações de piedade cristã comuns; de ação sociopolítica na promoção da paz, da superação de divisão entre os seres humanos e de desigualdades e injustiças; de diálogo com cristãos que não abraçaram integralmente estes princípios, como os católicos-romanos, e com fiéis e grupos de outras religiões”. Para mais informações, ver: CUNHA, Magali do Nascimento. Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital. 1º Edição. Curitiba. Editora Appris, 2019.

a voz guia traz à lembrança uma certa passagem bíblica: “Meu Deus, como Ezequias que virou para a parede e começou a chorar e começou a te pedir misericórdia. Pai, nós te pedimos misericórdia”<sup>30</sup>.

Em reação ao enredo bíblico enunciado, fiéis contritos exercem pequenos movimentos e impulsos sobre a muralha localizada à frente. Ação mística, que parece nutrir entre os presentes uma esperança mágica, capaz de ocasionar um impacto modificador sobre a realidade vivida. Instante miraculoso, em que o sagrado interviria sobre o “mundano”, alterando de forma súbita a lógica dos acontecimentos sucedidos.

O muro em questão, não pertence a nenhum templo ou crença sagrada. Ao contrário, traz em si características bastante distintas dos espaços habituais de culto. Coberto por uma cor acinzentada e tendo a parte superior revestida de cerca concertina, o centro da muralha apresenta uma estreita faixa branca, dando destaque ao símbolo da instituição, um escudo contendo três imagens: uma caveira de cabeça humana perfurada de cima para baixo por uma espada, uma estrela vermelha posicionada ao centro, e, no canto superior, uma mão empunhando uma faca, sobreposta a um desenho de paraquedas aberto. Diante de tais emblemas, palavras como “Senhor”, “misericórdia”, “salvação” “Deus” e “Pai”, foram naturalmente emitidas.

A descrição acima espelha o vídeo divulgado nos principais portais de notícias do Brasil. Por ele é possível observar evangélicos realizando uma corrente de oração no estado do Rio de Janeiro<sup>31</sup>. Ato que tinha por objetivo, sensibilizar as Forças Armadas a instituir uma intervenção e tomada de poder do Executivo Nacional. Uma vez que seus partícipes, se recusavam a aceitar o resultado do pleito eleitoral, ocorrido em outubro do mesmo ano, e que decretara como novo Presidente da República, o candidato Luís Inácio da Silva.

Indiscutivelmente, fração importante dos evangélicos, não apenas fizeram parte, mas formam, hoje, uma das principais bases de apoio da extrema-direita brasileira. Se no plano físico, estão dispostos a cooperar com o voto nas urnas e com uma volumosa ocupação das ruas. No território das redes virtuais, colaboram com uma massiva

---

<sup>30</sup> O discurso refere-se ao livro de Segundo Reis, capítulo 20, o qual relata a visita do profeta Isaiás ao rei israelita, Ezequias, que se encontrava enfermo. O profeta então determina ao monarca que “ordene a sua casa”, pois aquela doença o levaria a morte. O relato bíblico descreve que Ezequias se virou para a parede e chorou amargamente, comovendo o coração de Deus, que modificou a sua situação fazendo com que o profeta retornasse e lhe prolongasse os dias sobre a terra.

<sup>31</sup> Bolsonaristas ajoelham e oram em frente ao muro do exército no Rio de Janeiro. Portal de notícias Uol. Publicado em 08/11/2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/08/bolsonaristas-ajoelham-e-oram-em-frente-ao-muro-do-exercito-no-rj-video.htm>>. Acesso em: 29 jan.2024.

reprodução de postagens, transmissoras de sensações de medo, ameaças e desconfianças, como também anuências antidemocráticas<sup>32</sup>.

Acompanhando esse processo de participação e financiamento de ataques à democracia<sup>33</sup>, determinadas lideranças evangélicas, passaram a replicar em suas narrativas, representações favoráveis à ditadura militar. Como consequência imediata desse ato, uma parcela do senso comum, mecanicamente, integrou os evangélicos ao regime de repressão, não concedendo espaços possíveis para a existência de diferenças ou pluralidades nesse campo religioso. Do outro lado, alguns estudos pouco aprofundados no tema, detiveram-se em argumentos rasos, afirmando que os evangélicos, por seu quantitativo ínfimo e seus rígidos dogmas, se mantiveram alheios aos acontecimentos políticos de 1964.

Entretanto, não podemos dar margem para generalizações. Estas, em nada contribuem, para o real entendimento da coletividade religiosa. Cabendo ao historiador vasculhar bem os vestígios deixados, seguindo detidamente os fios e sutilezas que atravessam as artérias mais densas dos sujeitos religiosos e dos fatos invocados. Aportando, por fim, em contornos mais complexificados, capazes de desvelar realidades variáveis, que permeiam estágios de acomodações, colaborações, mas também resistências e engajamentos políticos. Zona cinzenta, que desnuda o emaranhado das identidades existentes no mundo sagrado.

Nas próximas linhas, a partir das memórias de determinados segmentos de suas lideranças, situaremos os evangélicos na década de 60. Por meio destas lembranças, buscaremos obter respostas para as seguintes perguntas: os evangélicos eram de fato isolados das questões sócio-políticas do período sessentista? Que reações esses religiosos tiveram, ante o golpe de 1964? Mas ainda, que doutrinas legitimaram suas posturas? São essas questões que irão pautar nossas análises, a seguir.

A década de 60, revelou-se um período de extrema efervescência política. A Guerra Fria estabelecida entre a União Soviética e os Estados Unidos da América, dividiu o mundo sob a influência de duas ideologias antagônicas: Capitalismo e Comunismo. Seguindo efeito impactante desse embate de forças, os acontecimentos sucedidos com a

---

<sup>32</sup>Evangélicos dominam posts de extrema-direita, revela estudo. Carta Capital. Publicado em 22/04/2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/evangelicos-dominam-posts-de-extrema-direita-revela-estudo/>>. Acesso em: 28 abril. 2024.

<sup>33</sup> Atos golpistas: Evangélicos presos no 8/1 dizem à PF que foram mobilizados por igrejas. Canal Uol. Publicado em 15/03/2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V8k7h0sgJZk>>. Acesso em: 28 abril. 2024.

chamada Revolução Cubana, imergiram os países da América do Sul, em um estado de alerta constante.

No Brasil, as mobilizações e lutas populares por melhores salários e reforma agrária, aprisionaram os possuidores do poder num vulto de desassossego e terror psíquico colossal. A região do Nordeste, em especial, se manteve sob permanente vigilância das autoridades e do aparelhamento midiático nacional e estrangeiro, sendo compreendida como uma área de risco frequente, onde as agitações impulsionadas, sobretudo, pela resistência das Ligas Camponesas, ecoavam como um roteiro repetido daquilo que acontecera em Cuba (Oliveira, 2018).

Para convulsionar ainda mais essa atmosfera, um grupo de jovens evangélicos, em 1962, escolheu justamente a cidade de Recife para sediar uma Conferência, a qual trazia consigo, o sugestivo título de: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Almir dos Santos, presidente do Setor de Responsabilidade Social (SRS), órgão responsável pelo evento, confidenciaria no “diário” formulado pelo movimento, os pontos que o levaram a escolher a região nordestina<sup>34</sup>:

O local para realização da Conferência também foi escolhido intencionalmente. E o local deu o nome: ‘Conferência do Nordeste’. Mas por que o Nordeste? Em primeiro lugar, porque o Nordeste se tornou centro das preocupações da política nacional e internacional. O próprio presidente Kennedy enviou o seu irmão para estudar os problemas daquela região. Outros grupos, inclusive bispos católicos, lá estiveram reunidos e fizeram pronunciamentos públicos sobre a situação nordestina dentro da situação brasileira. Em segundo lugar, porque o Nordeste apresenta o ponto mais crítico da crise brasileira. Podemos citar, para lembrar aos diletos irmãos que Recife, capital do nordeste e local eleito para a realização da Conferência, é chamada a ‘Moscousinha brasileira’; o nordeste tem sido chamado ‘a Cuba brasileira’ ou ‘estopim da revolução’; e um irmão presbiteriano do Recife me disse textualmente: ‘Reverendo, estamos fazendo pic-nic em cima de um vulcão’. Em terceiro lugar, pelo desejo de integração das igrejas do nordeste à Confederação Evangélica do Brasil (Santos, 1962, p.24).

A frase “estamos fazendo um pic-nic em cima de um vulcão” é significativa, no sentido de designar a tensão que tomava conta do cenário social vigente. Assim, a Conferência Nordeste, foi apenas a materialização de um pensamento, que já estava fervilhando na cabeça de parte da juventude evangélica, desde a década anterior. Jovens

---

<sup>34</sup> SANTOS, Almir. Cristo e o processo revolucionário brasileiro. In: Conferência do nordeste IV. Reunião de Estudos/ Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Confederação Evangélica do Brasil. Editora Loqui Ltda, 1962. Disponível em: <<https://archive.org/details/conferenciadonor02conf/page/n9/mode/2up>>. Acesso em: 08 abril. 2024.

que ao se matricularem nos seminários teológicos, passaram a ser grandemente influenciados por teólogos expoentes do ecumenismo protestante, como o estadunidense, Richard Shaull.

Pastor pela igreja presbiteriana dos EUA, Shaull foi direcionado para fazer missões na Colômbia, em 1942. Por lá, além de presenciar a extrema pobreza vivenciada pela população colombiana, teve também seu primeiro contato com as ideias marxistas. Impactado pelas leituras e estudos efetivados, Richard, passou a se dedicar minuciosamente às possíveis relações entre Marx e a fé cristã (Júnior, 2009). Para o teólogo estadunidense, se não cabia ao cristão ser comunista, competia-lhe ao menos absorver as preocupações que permeavam esta ideologia, abandonando o comodismo religioso e oferecendo soluções reais ao sofrimento gerado pelas desigualdades e a eminente concentração de renda que marcava a vida moderna.

Esta preocupação, esteve presente em sua obra, *Cristianismo e a Revolução Social*, escrita em 1953:

Milhares e milhares de pessoas têm deixado a tranquilidade da vida rural para superlotarem as cidades, passando a viver em grandes aglomerações nos bairros operários, em condições de vida verdadeiramente primitiva. Apesar do progresso já alcançado na legislação de alguns países, os operários ainda não gozam de grande segurança econômica. Os seus salários são incrivelmente baixos, enquanto que os lucros capitalistas são muitas vezes, extremamente altos. Se acrescentarmos a tudo isto a constante preocupação de uma crise econômica, com o desemprego que a acompanhará, ser-nos-á mais fácil entender a seriedade do problema que Marx previu, e que ainda nos aflige, em muitas partes do mundo (Shaull, 1953, p. 13).

O pensamento de Shaull, influenciado pelo ideário marxista, configura-se assim numa teologia social, que desperta sua atenção para problemas que se encontravam invisíveis ou demasiadamente naturalizados, aos olhos da cristandade como um todo. Com isso em mente, Richard, irá formular um corpo doutrinário, que assume a necessidade de um compromisso concreto de todos os cristãos nas crises societárias. Para o teólogo, é papel da igreja, firmar obras humanitárias que ultrapassem as muralhas dos templos, e que, de igual modo, cruzem a fronteira da vida espiritual de sua membresia, acolhendo a coletividade como um todo.

Trata-se, portanto, de um autêntico deslocamento da preocupação cristã, em prol dos problemas dos mais fracos, da concessão de um bem-estar aos empobrecidos, anulando suas carências materiais e trazendo para os injustiçados, o gozo da justiça divina. É o próprio Shaull que nos fala:

A igreja protestante dos nossos dias tem evidenciado tão insignificante preocupação com as massas e tem feito tão pouco para ajudá-las a alcançar um mais alto grau de justiça, que nós precisamos começar o nosso estudo com uma pergunta muito simples: Deve tal preocupação ocupar a mente e o coração do crente em Jesus Cristo? (...) Deus é conhecido como o Deus da Justiça. Ele exige que os homens tratem os seus semelhantes com justiça; Ele manda que todos aqueles que dele se aproximam para adoração, tenham ouvidos para o grito do pobre e indefeso e os sirvam, e ameaça despedaçar os sonhos queridos daqueles que exploram o pobre, ou que não se afligem com o seu sofrimento. ‘Portanto, visto que pisais o pobre e dele exigis um tributo de trigo, edificareis casas de pedras lavradas, mas nelas não habitareis; vinhas desejáveis plantareis, mas não bebereis do seu vinho. Porque sei que são muitas as vossas transgressões e enormes os vossos pecados: afligis o justo, tomais resgate e rejeitais os necessitados na porta’ Amós 5: 11 e 12 (Shaull, 1953, p.65).

Interessante percebermos a relevância que a Bíblia possui, ante o processo de formação identitária do cristão, pois, apesar dos demais pressupostos ideológicos, existentes em cada época, é no livro sagrado que o fiel acaba por encontrar suas respostas, referenciando, assim, suas práticas e seu proceder. Dessa maneira, os adeptos da teologia social, logo cuidarão em selecionar passagens referentes a um Deus condizente com suas lutas e propostas, mas ainda, forjarão aos servos dessa divindade, contornos apropriados de agir. Logo, o Deus do verdadeiro cristão, será definido como um Deus dos oprimidos, misericordioso e que se importa em pôr fim ao estado de miséria de seus filhos. Em conformidade com tal propósito, seus servos deverão reproduzir sua vontade no plano terreno, disponibilizando-se enquanto agentes de transformação.

Todo esse conjunto de ideias religiosas ativas, será apresentado por Richard Shaull a alguns jovens seminaristas de igrejas protestantes, no ano de 1952. Dentre os quais, se destacam nomes que serão bastante conhecidos nacionalmente e até internacionalmente, como o escritor Rubem Alves, os sociólogos Waldo César e Anivaldo Padilha e os teólogos João Dias Araújo e Zwinglio Dias Mota.

A ligação de Richard Shaull com o movimento ecumênico protestante internacional, propiciou a criação do Setor de Responsabilidade Social (SRS) na Confederação Evangélica do Brasil (CEB)<sup>35</sup>. A partir de então, foram formados grupos de estudos voltados essencialmente para pensar e promover ações que auxiliassem as

---

<sup>35</sup> A Confederação Evangélica do Brasil, foi criada em 1934, com o desígnio de agrupar as principais denominações cristãs protestantes do país. A ideia básica que movia seus integrantes, era estabelecer uma cooperação mútua na construção de “serventias” ao povo brasileiro. Para mais informações ver: ROSA, Wanderley Pereira. Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2015.

igrejas cristãs a desenvolverem serviços sociais, articulados às necessidades do meio em que se encontravam.

Do Setor de Responsabilidade Social, nasce então uma série de eventos, sendo o da região Nordeste, a quarta conferência promovida. Recordando esse período, Waldo César, secretário executivo do SRS, mencionou o processo de concretização da Conferência:

O programa nasceu, em parte, da presença de brasileiros na 2ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, em Evanston, Estados Unidos, em agosto de 1954, na qual se enfatizava uma relação mais responsável das igrejas com a sociedade e a secularidade. O tema da assembleia nos tocou de maneira especial[...] de volta ao Brasil, e então com o apoio teológico de Richard Shaull, foi criada, em 1955, a Comissão de Igreja e Sociedade, constituída por líderes de várias igrejas. Inicialmente autônoma, um ano depois foi incorporada à CEB, transformando-se no Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Não foi fácil conciliar ideias novas, até certo ponto revolucionárias, para as igrejas membros da CEB[...] e em 1962, ano de muitos tumultos sociais e preparação do golpe militar, realizamos a quarta e última consulta, em Recife, PE, área de grandes conflitos, sob o tema 'Cristo e o processo revolucionário brasileiro'. Esta ficou conhecida como a Conferência do Nordeste. Fomos manchetes diárias nos três jornais da cidade, destacando-se o Última Hora: 'Cristo presente na crise brasileira' (Portal Luterano, 2007) <sup>36</sup>.

A IV Conferência do Nordeste, firmada em 1962, entre os dias 22 e 29 de julho, nas dependências do colégio Agnes Erskine, teve a participação de 17 Estados, totalizando 167 delegados, 14 denominações protestantes e 5 delegados oriundos de igrejas dos Estados Unidos, México e Uruguai. Entre os palestrantes, encontravam-se eminentes intelectuais, como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Paul Singer, entre outros.

O cartaz que anunciava o movimento, por si só, já trazia o tom das temáticas. A imagem fora produzida pelo artista gráfico e designer Claudius Ceccon, e possuía a seguinte ilustração: a ilustração trazia uma cruz meio inclinada, que tinha como pano de fundo, uma variedade de ferramentas agrícolas (foice, pá, rastelo ancinho, etc.). Para agravar ainda mais a simbologia constituída, o cartaz, apresentava cor vermelha. Era óbvio que, esse detalhe, não passaria despercebido pelos olhares dos membros conservadores da Confederação Evangélica do Brasil. Sobre isso, Waldo César, assim rememora<sup>37</sup>:

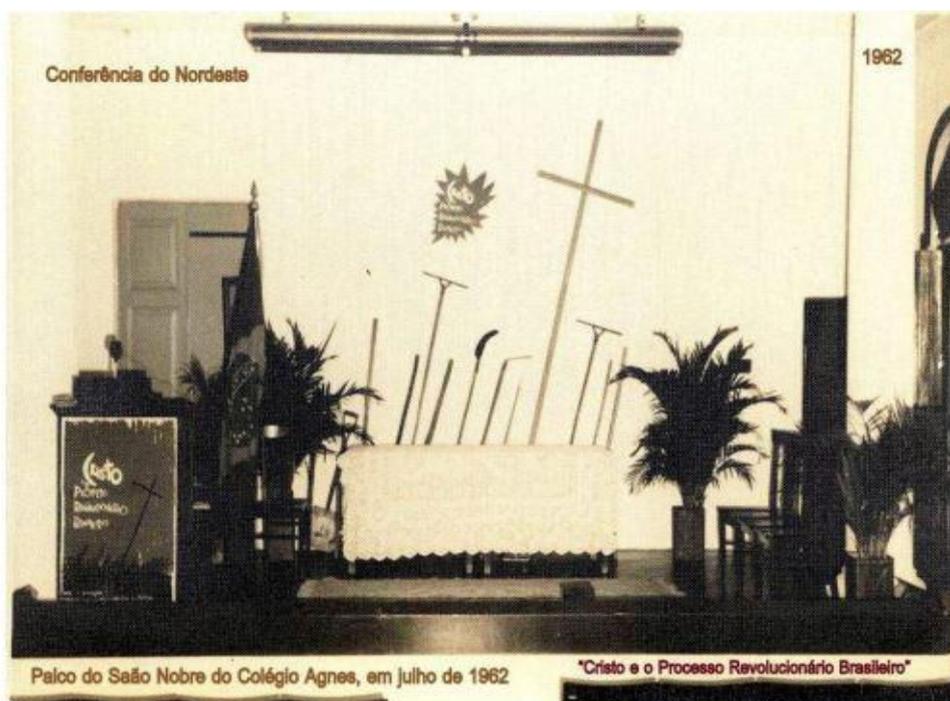
<sup>36</sup> Sociólogo relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileira nos anos 60. Portal Luterano. Publicado em 06/06/2007. Disponível em: < <https://www.luteranos.com.br/conteudo/sociologo-relembra-a-abertura-dos-evangelicos-para-a-realidade-social-brasileira-nos-anos-60> >. Acesso em: 20 março. 2024.

<sup>37</sup> CÉSAR, Waldo. Waldo César: vida e compromisso com a responsabilidade social da igreja. Guiame. Entrevista publicada em 31 de maio de 2014. Disponível em: <<https://guiame.com.br/gospel/mundo->

Estávamos em 1962, já era João Goulart, havia uma efervescência nacionalista, as reformas de base, aquela coisa pegando fogo. O [Francisco] Julião fazendo uma onda medonha, os estudantes, havia toda uma ebulição social e cultural no Brasil extremamente forte e de um nacionalismo mesmo. Então, nós vimos que a palavra revolução era capaz de expressar um compromisso maior, mais definitivo, definido, sobre a relação da igreja com essa questão, e o tema foi uma bomba. O cartaz que o Claudius Ceccon, metodista, fez para isso também foi um problema: a cruz e umas ferramentas agrícolas, entre as quais a foice, e era vermelho o negócio. Aí o pessoal da confederação reuniu esse pessoal. O secretário geral da confederação disse: Mas com essa cor? O Claudius disse: Mas essa cor é uma cor litúrgica! (risos). Eles não sabiam o que dizer, não tinha resposta e ficou a cor (Guiame, 2014).

Uma das poucas fotografias preservadas do palco onde ocorreram os principais discursos, encontra-se em preto e branco, o que nos impede de constatar a cor vermelha na retratação, restando-nos apenas a lembrança já explanada anteriormente:

Figura 4 – Palco de conferência do Nordeste 1962



Fonte: Márcio Ananias Ferreira Vilela<sup>38</sup>.

cristao/waldo-cesarvida-e-compromisso-com-a-responsabilidade-social-da-igreja.html>. Acesso em: 20 março. 2024.

<sup>38</sup> VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Cristo e o processo revolucionário brasileiro: a conferência do nordeste e a responsabilidade social da Igreja Presbiteriana do Brasil. Disponível em: <[https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1338502095\\_ARQUIVO\\_CristoeProcesoRevolucionarioBrasileiro-aConferenciadoNordesteearesponsabilidadedesocialdaIPB.pdf](https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1338502095_ARQUIVO_CristoeProcesoRevolucionarioBrasileiro-aConferenciadoNordesteearesponsabilidadedesocialdaIPB.pdf)>. Acesso em: 06 abril. 2024.

A elaboração dos componentes figurativos do cartaz, dão margens para interpretações que fixam Cristo à frente das pejejas e causas camponesas. A cruz, símbolo do sofrimento e sacrifício do Messias, abandona o luxo dos altares das igrejas, colocando-se à disposição do homem simples e dos seus anseios. Cristo aqui, é o próprio agente revolucionário e transformador da realidade, sendo também aquele que rompe os grilhões dos cativos. A representação instituída, quando articulada ao discurso inaugural de Almir dos Santos, desvela bem os intentos da doutrina que inflamava os corações daqueles jovens. Sobre esse momento, assim enuncia o relator da Conferência<sup>39</sup>:

O Rev. Almir dos Santos, orador da tarde, falou sobre o tema geral, 'Cristo e o processo revolucionário brasileiro'. Começou dizendo que Jesus, ao iniciar o seu ministério, apresentou o que tem sido chamado 'O Manifesto de Nazaré'. [...] que significa a afirmação de Jesus, que veio para evangelizar os pobres? Os pobres são os economicamente deserdados. Que seriam as boas-novas para os pobres? Torná-los contentes com a sua pobreza? Se assim fosse, valeria a acusação de que a religião é um ópio. Que seria, então? Oferecer-lhes recompensa no outro mundo? Nesse caso, a religião não seria operante nas relações humanas neste mundo. As únicas boas-novas eficazes seriam as de que não haveria mais pobres. A pobreza pode e deve ser abolida. Proclamar a libertação aos cativos, isto é, aos deserdados social e politicamente. Há muitos cativos hoje — disse o preletor. O homem explora o homem e usa-o para os seus próprios fins. O manifesto de Jesus anuncia o fim a toda exploração e põe o homem no seu verdadeiro lugar, considerando-o filho de Deus (Santos, 1962, p. 42).

Nesse ínterim, estava claro que os evangélicos adeptos da teologia social/ecumênica estavam indo longe demais, ultrapassando os limites do “aceitável”. Não à toa, desde a terceira Conferência, cujo título era “A presença da Igreja na evolução da nacionalidade”, Waldo César, já recebera a “ilustre” visita dos servidores do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado de São Paulo<sup>40</sup>:

Estou lá com minha equipe e dizem: tem um senhor querendo falar com você. Um senhor muito bem vestido, o mandam entrar, entrou e disse que queria falar comigo particularmente. Mandei o pessoal embora, fechei a porta, ele puxou a carteirinha do DOPS e disse: Eu estou aqui porque nós estamos querendo saber que negócio é esse de nacionalidade brasileira? Já era a época do Juscelino, já havia aquela onda toda de reformas, [que] depois o Jango aprofundou. Já havia

<sup>39</sup> SANTOS, Almir. Cristo e o processo revolucionário brasileiro. In: Conferência do nordeste IV. Reunião de Estudos/ Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Confederação Evangélica do Brasil. Editora Loqui Ltda, 1962. Disponível em: <<https://archive.org/details/conferenciador02conf/page/n9/mode/2up>>. Acesso em: 10 abril. 2024.

<sup>40</sup> CÉSAR, Waldo. Waldo César: vida e compromisso com a responsabilidade social da igreja. Guiame. Entrevista publicada em 31 de maio de 2014. Disponível em: <<https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/waldo-cesarvida-e-compromisso-com-a-responsabilidade-social-da-igreja.html>>. Acesso em: 20 março. 2024.

uma tendência a nacionalizar, tinha o ISEB (Instituto de Estudos Brasileiros), que já era uma tendência considerada perigosa, nacionalista demais...Então, eu virei pra ele e disse: O senhor tem tempo? Como assim? Tenho tempo. Por quê? Porque eu tenho que começar pelo profeta Amós, no século oitavo antes de Cristo, pra explicar o que estamos fazendo aqui. Ele me olhou muito espantado e eu comecei a falar do profeta Amós, que lutava contra a injustiça e a pobreza. Tudo bem, eu estou satisfeito, mas os senhores tomem cuidado com esses temas. Eu vou assistir a reunião hoje à tarde e o senhor não me apresente e não diga que eu estive aqui, porque eu vou lhe desmentir. Ele foi lá, assistiu a reunião, e, ficou lá um tempo e saiu. Não deve ter entendido nada porque era uma palestra teológica. Já era um sinal de alguma coisa, já estávamos sendo visados pela repressão (Guiame, 2014).

As lembranças colhidas, demonstram que mesmo antes do golpe militar, já havia um sistema de monitoramento das mobilizações civis. Ao mesmo tempo, tais lembranças, revelam uma faceta do evangelicalismo ainda bastante desconhecida. Tendo em vista que confirmam o envolvimento político do movimento evangélico ecumênico, ao fundar uma organização cristã voltada a promover processos de entendimento sobre a sociedade brasileira, como também, introduzir no imaginário protestante da época, uma identidade participativa e atuante sobre o mundo em que se vivia.

Como detalhe a ser mencionado, verificamos que a mesma passagem bíblica, enunciada pela teologia de Richard Shaull, fora reconstituída também por Waldo César. Ao defender a atividade do Setor de Responsabilidade Social, junto ao agente do DOPS, Waldo constrói sua justificativa a partir do Antigo Testamento, e, de forma específica, faz também menção ao profeta Amós. Corroborando a estreita relação entre política, ação e determinada linha teológica escolhida.

De fato, os profetas do Antigo Testamento serão uma referência contínua para os seguidores da teologia social. Tanto para aqueles que se encontravam nos grandes centros urbanos, mas também, para os religiosos que se situavam nas zonas rurais. Quanto a isso, o líder camponês, Francisco Julião, rememora<sup>41</sup>:

Às vezes, a gente tomava um caminhão, e vinham os pastores protestantes, com outros protestantes. Eu, no meio deles, e eles, cantando os seus hinos. Lá, eles pregavam a Sagrada Escritura, em geral o Velho Testamento, que é muito bom para isso. Para o problema camponês, os profetas são melhores do que os apóstolos, estão muito mais ligados à terra, são mais radicais, mais consequentes na luta pela terra. Então, eles pregavam essas coisas, e eu falava de outras. Muitos presidentes de ligas foram realmente pastores protestantes, em Jabotão, em Sapé, em vários outros lugares. Não bebiam, não fumavam,

---

<sup>41</sup> Depoimento de Francisco Julião concedido em 1977 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Publicação feita em 1982. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral/entrevistas-para-download> >. Acesso em: 21 abril. 2024.

tinham somente uma família, impunham grande respeito, e isso os tornava, naturalmente, líderes, com esse sentido de honestidade em conduzir o movimento e se radicalizavam (CPDOC, 1982).

Efetivamente, nos anos anteriores ao golpe, segmentos evangélicos, abraçaram reivindicações e passaram a dar ouvidos aos clamores das camadas populares, engrossando ainda mais o caldo de tensões que atormentavam as autoridades do período. Resta-nos saber como o golpe militar afetou a trajetória desse movimento, e que tipo de identidade evangélica passou a ter espaço de atuação, durante a vigência do regime de repressão.

O golpe de 1964, envolveu uma gama de agentes políticos e variados setores institucionais, que instrumentalizaram massivamente o ódio e o medo do comunismo. A história dos golpes políticos do Brasil do século XX, nos mostra que a exploração do sentimento anticomunista tem sido uma das principais armas para se gerar pânico e temor na população brasileira, bem como para fundamentar perseguições ferrenhas aos opositoristas. O pavor do comunismo, mobilizado em 1937 para a efetivação da ditadura varguista, o “Estado Novo”. Também fora mobilizado para a derrocada do governo de João Goulart e o consequente estabelecimento do regime autoritário de 1964 (Motta, 2021).

Contudo, o Anticomunismo não ficará restrito à esfera política, sendo explorado amplamente no universo cultural da religião protestante. Em fevereiro de 1964, dias antes do ataque à democracia brasileira, o jornal evangélico, O Estandarte, pertencente à Igreja Presbiteriana Independente<sup>42</sup> (IPI), já alardeava<sup>43</sup>:

A nossa maior luta dos dias atuais deve ser a vigilância contra os que sutilmente procuram envolver a Igreja e tentam atirá-la ao carro suspeito do comunismo sob o manto brilhante, mas falso, do que se chama esquerdismo, como se o cristianismo, para justificar sua existência necessitasse perfilar ideias marxistas, filhas do materialismo histórico. Hoje, quando muito se fala em Revolução, devemos lembrar ao mundo, que Cristo não quis liderar a revolução que os homens desejaram em seus dias, e que a mensagem cristã que ainda cremos ser a única esperança da humanidade é a do amor e da reforma do indivíduo pelo novo nascimento no Espírito Santo (O Estandarte, 1964, p.4).

---

<sup>42</sup> Em 1903 surge uma cisão na Igreja Presbiteriana do Brasil. A partir daí o ministério presbiteriano passa a ter duas denominações: Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e Igreja Presbiteriana Independente (IPI). Esta é liderada por Eduardo Carlos Pereira, fundador do Estandarte (1893), que logo transforma o periódico em órgão oficial da IPI. Mais informações ver: <<https://ipib.org/index.php/o-estandarte-de-1893-a-2023/>>. Acesso em: 21 abril. 2024.

<sup>43</sup> ALVARENGA, Laudelino de Abreu. Relatório pastoral descortina a hora presente. O Estandarte, Ano 72. N°4. São Paulo. 29 de fevereiro de 1964. p.4.

O artigo é escrito por Laudelino de Abreu Alvarenga, membro da IPI. Nele, Alvarenga posiciona o esquerdismo como uma estratégia de atuação do comunismo nas igrejas. O que nos leva a interpretar que na Igreja Presbiteriana Independente, estaria havendo um certo litígio interno com os cristãos ecumênicos. Afinal, estes, predominantemente, já demonstravam apoiar as teses reformistas de João Goulart. Para além disso, conclamavam a igreja a aderir a luta pelas mudanças sociais necessárias (Schmidt, D., 2016).

Com efeito, a disputa interna desencadeou o texto descrito acima, expondo o racha doutrinário eclesial vigente na IPI. Em resposta ao ecumenismo, Laudelino Alvarenga propôs uma ideologia que esvaziava a figura de Cristo de qualquer justiça terrena, restringindo-o, portanto, unicamente ao mover do plano espiritual. Ideia que já havia sido propagada em 1963, pelo mesmo autor. Na ocasião, Alvarenga defendeu uma concepção de justiça divina vinculada a uma época vindoura: “Não devemos olvidar que a verdadeira justiça a teremos na terra, quando Cristo aqui reinar” (O Estandarte, 1963) <sup>44</sup>.

Ou seja, para os fundamentalistas cristãos, a alteração da realidade deveria ocorrer apenas num futuro místico, quando a terra estivesse sob o “domínio de Cristo”, não cabendo, porquanto, nenhuma modificação drástica sob a tutela dos homens.

De maneira indiscutível, a esperança por mudanças dos evangélicos da teologia social, logo fora interrompida pela ruptura política de 1964. O Estandarte, como outros periódicos evangélicos, não deixou de manifestar sua euforia ao ver o golpe militar consumado<sup>45</sup>:

O presidente João Goulart foi deposto e a justificativa é que, pela sua omissão, comunistas aboletavam-se no poder e preparavam-se para através de um golpe dominar o país. Governa agora Marechal Humberto Castelo Branco e, a nossa posição de evangélicos, que respeitamos a autoridade constituída, não pode ser referência aos perdedores, a do ódio, a da vindita(...) O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo (O Estandarte, 1964).

Dessa vez, o autor não é revelado. O que nos faz questionar o motivo da ausência de sua identificação. Todavia, o misterioso escritor, não ocultou a satisfação de ver-se

<sup>44</sup> ALVARENGA, Laudelino de Abreu. O imperialismo matou Jesus. O Estandarte, Ano 71. N°15. São Paulo. 15 de agosto de 1963. p.6.

<sup>45</sup> Caiu o Jango. O Estandarte, Ano 72. N°7 e 8. São Paulo. 15 e 30 de abril de 1964. p.4.

livre de um presidente que, na sua visão, estava inerte à ascensão comunista no país. O articulista, fez ainda questão de dispor sobre o comportamento respeitoso dos evangélicos à autoridade constituída, apregoando, por fim, o amor dos cristãos aos inimigos. O jornal, manteve-se silente sobre as arbitrariedades que estavam se sucedendo sob o Ato Institucional nº 1, publicado em 9 de abril daquele mesmo ano. Quanto ao amor concedido aos adversários, na realidade, as igrejas protestantes exercerão justamente o oposto.

Os evangélicos fundamentalistas<sup>46</sup>, ocupando maior número nos templos, de forma perspicaz, empregarão a pecha de comunista não somente aos “companheiros de crença”, adeptos da ideologia marxista, mas também, a qualquer “irmão” que proferisse oratórias tidas como “subversivas” ou que fizesse referência às problemáticas sociais. Aproveitando-se do ensejo, as lideranças evangélicas se ocuparão em “separar o joio do trigo”, implantando uma gama de práticas persecutórias, expulsões de fiéis e delações diretas dos membros ecumênicos aos órgãos de repressão da ditadura. Vide a publicação do noticiário Brasil Presbiteriano, porta-voz oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB)<sup>47</sup>:

Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão se regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo de comunistas e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil [...] pastores, seminaristas, presbíteros, crentes, não podem abraçar a ideologia vermelha e permanecer na igreja. Se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem a jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho. Uma ou outra coisa. Ou Cristo ou Belial [...] é preciso o expurgo! (Brasil Presbiteriano, 1964, p.7).

Na matéria jornalística, o autor presbiteriano, faz questão de desenhar a “verdadeira” identidade cristã. Para ele, o legítimo crente deveria encontrar-se em regozijo pleno pela tomada de poder dos militares. Logo, aquele que entrasse em discordância sobre os rumos tomados pela “revolução”, estaria circunscrito como um falso cristão. Verdadeiramente, estes, eram tempos em que se caminhava em beira de

---

<sup>46</sup> O movimento fundamentalista foi forjado em 1910, nos EUA. Inicialmente, surge como defensor das doutrinas básicas do Cristianismo (Divindade de Cristo, Inspiração Divina da Bíblia, Ressurreição Corpórea de Cristo, et.). Entretanto, após a Segunda Guerra, deturpa seus objetivos, dispondo-se principalmente a combater o ecumenismo da igreja cristã, o liberalismo teológico, o darwinismo, além de ser dotado de um histórico anticomunismo. O principal nome de destaque do fundamentalismo é o pastor presbiteriano, Carl MacIntire (1906-2002). Além de fundar o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (1948) contrapondo-se ao ecumênico Conselho Mundial de Igrejas (1948), Carl, fez dezenas de visitas aos Brasil, adquirindo uma quantidade significativa de adeptos. Ver: SCHMIDT, Daniel Augusto. Entre Púlpitos e Porões: metodistas e presbiterianos no período da Ditadura Militar. Ed. Reflexão.2016.

<sup>47</sup> Jornal Brasil Presbiteriano, maio de 1964, p.7.

abismos. Qualquer deslize, poderia resultar em consequências desagradáveis. Assim, tratar de problemas palpáveis ou personagens revolucionários, tornara-se um risco eminente, já que os apoiadores da ditadura estavam sempre em alerta e viam o fantasma do comunismo nas mínimas condutas. Como bem nos fala o presbiteriano Waldo César, ao relembrar o episódio de sua prisão<sup>48</sup>:

E eu atribuo a minha prisão a um colega da faculdade que era declaradamente do DOPS, e andava até armado, um cara inteligente. E ele discutia com a professora. Eu tinha ido à Colômbia para um desses encontros do ISAL e eu fiz lá uma reportagem sobre o Camilo Torres (Padre adepto da Teologia da Libertação). Fiz uma matéria grande que saiu na Paz e Terra, que saiu no primeiro ou no segundo número. Quando voltei da Colômbia, a professora de Sociologia disse: Olha, o seu trabalho do mês vai ser falar da sua viagem. E eu peguei um pequeno esboço e contei. E tudo o que eu contei sobre a Colômbia era o Brasil: perseguição, guerrilha etc. Parecia que eu estava falando sobre o Brasil, mas era sobre a Colômbia. Quando acabou, o Paulo Cesar levantou a mão: Primeiro, eu quero protestar contra essa palestra porque isto é um absurdo. E segundo, eu quero dizer a ele que eu tomei nota aqui de tudo o que ele disse e vou apresentar aos órgãos competentes. Aí eu perdi a paciência e falei: Olha aqui rapaz, não precisa ter esse trabalho não, toma aqui o meu rascunho e leva. Então a turma deu uma vaia nele e ele saiu batendo os pés. Evidentemente que o cara não ia suportar isso porque depois eu estava em cana (Guiame, 2014).

Se fora dos templos corria-se o perigo de se esbarrar com agentes repressores, dentro das igrejas não acontecia diferente. Leigos, bispos e pastores candidatavam-se espontaneamente para serem informantes dos órgãos de repressão, não titubeando em denunciar seus próprios membros para serem presos e torturados. O metodista Anivaldo Padilha, foi uma das vítimas dessa engrenagem de vigilância pastoral, como bem nos recorda:

Minha prisão se dá nesse contexto, quando então se percebe claramente uma aliança de alguns setores conservadores da Igreja com o serviço de repressão da Ditadura. Foi quando começaram a denunciar pessoas da Igreja aos órgãos de repressão. Há documentação nos arquivos do DOPS-SP, sobre isso. Há um documento assinado pelo bispo Isaías Sucasas e seu irmão, José Sucasas Júnior, que mostra que eles vão ao DOPS em 1969 e se oferecem para atuarem como informantes. É um termo de declaração registrado no qual denunciam a infiltração comunista na Igreja Metodista e mencionam uma dezena de nomes de pastores e leigos que seriam responsáveis pela infiltração. E meu nome é um dos citados (Padilha *apud* Dias, 2014, p. 67).

---

<sup>48</sup> CÉSAR, Waldo. Waldo César: vida e compromisso com a responsabilidade social da igreja. Guiame. Entrevista publicada em 31 de maio de 2014. Disponível em: <<https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/waldo-cesarvida-e-compromisso-com-a-responsabilidade-social-da-igreja.html>>. Acesso em: 20 março. 2024.

Anivaldo Padilha, exercia militância no movimento revolucionário Ação Popular (AP). Em 1970, fora denunciado pela alta hierarquia da igreja e conduzido ao presídio Tiradentes, no centro de São Paulo. Chegando ao cárcere, fora despido e atado a uma cadeira elétrica. Nesse ambiente inóspito, Anivaldo sofreu torturas por vários dias consecutivos. Em seu triste testemunho, ele nos fala como a Bíblia se tornou uma fonte de resistência ao suplício vivenciado<sup>49</sup>:

A Bíblia era o único livro acessível no período em que estive no DOI-CODI e DEOPS - eles esqueceram que, de acordo com a forma como você a lê, a Bíblia pode ser um livro extremamente subversivo. Não somente subversivo, a Bíblia nos dava força, eu diria, para resistir às torturas e enfrentar a situação em que estávamos e que era de muita tensão: a gente via um companheiro ser levado para o interrogatório e depois não ouvia falar mais nele. Só depois de alguns dias a gente ficava sabendo que ele estava morto. Todas as vezes que se ouvia o barulho das dobradiças da porta de ferro que se abria para as celas da Operação Bandeirante do DOI-CODI, todos nos sentíamos ameaçados, porque sabíamos que um de nós ia ser levado. Então a meditação, a oração, tudo isso nos ajudou bastante a superar esses momentos de angústia (Padilha, 2013).

O mesmo livro que era utilizado por conservadores e fundamentalistas, para delatar seus “irmãos de fé”, apoiar seus encarceramentos e condená-los a morte. Ante a mentalidade de um evangélico ecumênico, como Anivaldo Padilha, dispunha de uma outra função e significado, representando fonte de força, esperança e inspiração para suportar mais um dia, e, quem sabe, sobreviver para expor ao mundo o sistema desumano, que fazia da violência um exercício rotineiro.

Verdadeiramente, as atrocidades efetivadas pelo regime eram inúmeras. Em certas ocasiões, quando as forças repressoras não podiam capturar o alvo desejado, a violência logo passava a ser direcionada aos próprios familiares dos investigados. Foi exatamente o que aconteceu com o presbiteriano, Zwinglio Mota Dias<sup>50</sup>:

Alguém, uma colega do Ivan, colega de faculdade, resolveu depois de apanhar muito, sofrer muito, ser barbaramente torturada, resolveu (...) ela tinha que dar um nome qualquer, tinha que dar um nome factível, então ela deu meu nome, que ela me conhecia, que eu era irmão do Ivan, quem sabe eu tinha notícia dele. E nós não tínhamos notícias nenhuma dele, não sabíamos por onde ele andava.

<sup>49</sup>MAGALHÃES, José Geraldo de. Anivaldo Padilha e a participação política da juventude metodista. Igreja Metodista Portal Nacional. Entrevista publicada em 20/09/2013. Disponível em: < <https://www.metodista.org.br/anivaldo-padilha-depoimento> >. Acesso em: 29 abril. 2024.

<sup>50</sup>DIAS, Zwinglio Mota. Memórias protestantes. Entrevista concedida ao Canal Faculdade Unida, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=eyTybKBfyrE&t=5116s> >. Acesso em: 09 março. 2024.

Então foram me buscar em casa e eu fiquei, já nem sei mais quanto tempo por volta de um mês ou 40 dias. Fiquei preso, não fui diretamente torturado, mas só de estar naquele ambiente e ver o que se fazia com os outros era uma tortura, um horror. Eu fiquei ali um tempo. Durante esse tempo um movimento, acho que era Aliança Libertadora... não sei o nome, tinha sequestrado o embaixador suíço, e aí o pessoal do DOI-CODI que eu estava nessa seção do exército, se ocupou com essa questão, o tempo todo, e vários de nós que estávamos sendo presos para averiguações, fomos simplesmente esquecidos ali (Dias, 2020).

O irmão de Zwinglio, Ivan Mota Dias, participara da luta armada através da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Capturado, desapareceu como muitos outros. Seus restos mortais nunca foram encontrados. Zwinglio não deixou de relatar em suas lembranças o processo de dor e agonia sentido pela a família, e que acabou com uma lancinante tristeza e partida de seu pai<sup>51</sup>.

Meu irmão foi preso em maio de 1971 e desapareceu. Eu ainda tive tempo de organizar com meus pais visitas a vários quartéis. Tentamos encontrá-lo, mas não foi possível. Não havia notícia, nenhum registro, em lugar nenhum que a gente procurou. Em consequência disso, meu pai entrou numa crise de saúde violenta. Ele que não tinha nada, quer dizer. Acabou morrendo com 66 anos, oficialmente, enfisema pulmonar, na verdade ele morreu de paixão, na minha opinião. Porque a cabeça dele ficou branquinha em um ano. Porque ele não entendia direito o que estava acontecendo, meu pai era muito simples (Dias, 2014).

A ditadura militar, direta e indiretamente, pusera fim à vida de dois membros familiares de Zwinglio. A partir desse episódio, o presbiteriano deixaria o país, passando a se dedicar ao ecumenismo e a denunciar no exterior o regime militar brasileiro.

Uma inquietante reminiscência, que atraiu nossa atenção, emana de um pastor da Assembleia de Deus, Cláudio Guerra. Devemos esclarecer que, na década de sessenta, Guerra não tinha nenhum vínculo com a religiosidade pentecostal. Todavia, a religião será crucial para termos acesso às lembranças trazidas por ele. Pois foi através de sua conversão ao evangelicalismo, que Guerra, arrependido de seus feitos, passou a externar suas horripilantes lembranças sobre o período autoritário.

Como membro da Operação Radar, o pastor, confessou ter assassinado 19 militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já na função de delegado, foi responsável pela

---

<sup>51</sup> Declaração concedida ao documentário Muros e Pontes: memória protestante na ditadura, lançado em 2014 pelo projeto "Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil", realizado por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no âmbito do projeto Marcas da Memória. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4&t=1756s>>. Acesso em: 03 fev. 2024.

incineração de dez corpos, vítimas de torturas, na Usina de Cambahyba, no município de Campos, estado do Rio de Janeiro. Naquele período, a usina pertencia ao então deputado federal, Heli Ribeiro Gomes (Rubert, 2013).

Para o encontro com Alberto Dines, jornalista e apresentador do programa Observatório da Imprensa, o qual concedera entrevista. O ex-delegado apareceu com trajés simples e uma Bíblia, sobre a qual coloca suas mãos. Com esse gesto, Guerra apega-se à representação de um crente, que acredita firmemente ter encontrado sua absolvição. Uma vez que, a simbologia da condução do livro sagrado, dentro da cultura cristã, explicita, aos olhos religiosos, o alcance da redenção e da mudança. Uma comunicação profunda, que se realiza em silêncio. Guerra parece saber disso, e joga bem com esses sentidos. Em determinado momento diz “eu sou atirador, quer dizer, era atirador, hoje eu sou servo de Deus” (Guerra, 2012). Ao referir-se sobre o seu envolvimento com a repressão, Guerra, emite sua justificativa<sup>52</sup>:

Naquela época eu entendia como um cumprimento do dever. Eu tinha uma ideologia que era totalmente contrária ao Comunismo. Eu aprendi isso desde criança né. Que o Comunismo era o inimigo(...) inclusive o nosso comandante dizia o seguinte: vocês hoje passam a pertencer, tem que escolher um lado, existe os que morre e os que mata, vocês têm que escolher. Nessa época já se faziam uma propaganda medonha(...) ali o que nós tínhamos, era querer acabar mesmo com a esquerda, porque era o que nós sabia, que era o nosso inimigo, que o país ia ser derrotado, que aqui ia ser igual Cuba (Guerra, 2012).

A explanação feita, demonstra a acentuada impregnação do anticomunismo na sociedade sessentista. Quanto a esse sentimento, Guerra é contundente: “aprendi isso desde criança”. Na mesma fala, revela ainda o alto grau de radicalismo, expressando uma ótica política estrita, que atendia exclusivamente o campo da direita, e que negava a existência das demais. Nesse contexto de extremismos, qualquer posicionamento distinto, podia fazer com que o indivíduo fosse levado ao status de inimigo. E o destino dos opositores, como Guerra bem afirma, era a aniquilação: “ali o que nós tínhamos, era querer acabar mesmo com a esquerda” (Guerra, 2012).

Ao vermos um personagem histórico, com atuação direta na destruição de vidas humanas, realizar com imensa franqueza e detalhes, a confissão de seus crimes, ficamos

---

<sup>52</sup> Entrevista Pastor Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, autor do livro 'Memórias de uma guerra suja'. Canal TV Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTWbMUzA7Es&t=2007s>. Acesso em: 04 abril. 2024.

a nos perguntar, como a nova identidade evangélica conseguiu modificar tal conduta?

Quanto a esta questão, Guerra esclarece<sup>53</sup>:

Por que, se está sabendo a verdade, porque hoje eu sirvo a um Deus, e passei a ter uma mentalidade, renasci de novo. Aquela mentalidade tacanha que eu levaria pro túmulo, o que eu sei, eu deixei de lado. E eu não tenho isso na minha vida (...) hoje, eu tenho isso como um dever, de esclarecer a verdade, em respeito às famílias (...). Eu já tive muito medo da verdade, que eu escondia fatos, hoje não. Eu encaro de frente, porque eu tenho um compromisso com o Deus que eu sirvo (Guerra, 2014).

Para Cláudio Guerra, a aceitação do ethos evangélico foi fundamental para determinar uma ressignificação do passado autoritário, do qual fora partícipe. Temporalidade que, sob a identidade religiosa, recebe um novo sentido. Se antes o passado era algo a ser ocultado e lançado ao mar do esquecimento mnésico, agora, o mesmo passado, devia ser trazido à luz, para ser enfrentado e anunciado como crimes pessoais, coletivos e sistêmico.

Segundo Guerra, foi o encontro com o Sagrado que lhe transformou, fez-lhe “renascer”, concedeu-lhe “nova mentalidade”, ligando-o a um compromisso com a verdade. Comprometimento que demonstra ser indissociável do próprio divino. Já que para a mentalidade religiosa adotada, falar da verdade, significa anunciar Deus e fazer a sua vontade.

Entrelaçado a esse propósito com a religião, o ex-delegado, em tom profético, admoesta sobre a irmandade entre os militares: “me preocupa muito até hoje porque não acabou, está aí, é ativa. Eu tenho falado isso sempre para as autoridades, não acabou, está adormecida, mas está aí” (Guerra, 2012). Cláudio proferiu essas palavras no ano de 2012, seis anos mais tarde, os militares, sob o aval da extrema direita, não só voltariam a determinar as diretrizes do Poder Executivo Nacional<sup>54</sup>, mas também entraram em grande conluio para efetivar uma nova intervenção à democracia brasileira<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> GUERRA, Cláudio. Cláudio Guerra, um matador arrependido – Entrevista ao Observatório da Imprensa, 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=xOwI7Lc\\_LKI&t=665s](https://www.youtube.com/watch?v=xOwI7Lc_LKI&t=665s)>. Acesso em: 04 abril. 2024.

<sup>54</sup> MOTTA, Cláudia. Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro. Rede Brasil Atual. Publicado em 18/05/2021. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/> >. Acesso em: 24 abril. 2024.

<sup>55</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Por trás do golpe: todos os generais da República. Brasil de Fato. Publicado em 05/05/2023. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/05/por-tras-do-golpe-todos-os-generais-da-republica> >. Acesso em: 21 abril. 2024.

Diante dos ataques recentes à ordem democrática, mais uma vez a divisão existente no corpo evangélico tornou-se aparente. Fazendo oposição às memórias ecumênicas de contestação e denúncia ao passado ditatorial. Influentes pastores e lideranças fundamentalistas, têm ocupado lugar de destaque na construção de representações diretas ou indiretamente favoráveis ao contexto autoritário. Em participação no programa Pânico, pertencente ao grupo Jovem Pan, o pastor Marcos Feliciano não se eximiu de pontuar sua visão sobre 1964<sup>56</sup>:

Que repressão você tá falando? Que ditadura? (...) No Brasil nós tivemos uma intervenção militar com apoio do Congresso Nacional que nunca foi fechado, com votos das pessoas, tudo mais e governaram nosso país (...) eu fiquei sabendo na Comissão da Verdade, criada pela Luiza Erundina, que 436 pessoas morreram e mais umas 500, 600 desapareceram. Isso em 22 anos de regime militar. Ditadura eu te falo que a União Soviética, 30 milhões assassinados; China, mais 65 milhões assassinados por Mao e por aí vai. Isso é ditadura (...). Aqui, no Brasil, esses que foram assassinados são esses comunistas que soltavam bomba, são esses comunistas que mataram pessoas, que sequestravam pessoas (Feliciano, 2018).

A representação da ditadura militar trazida por Feliciano é fruto do continuísmo de uma linhagem de evangélicos, que lá atrás, definiram estreitos laços com os governos militares. Posto isto, Marcos Feliciano, fincado em raízes assembleianas, apenas reproduz, consciente ou inconscientemente, aquilo que já era propagado por um dos principais meios de comunicação da Assembleia de Deus no período sessentista, o jornal Mensageiro da Paz<sup>57</sup>:

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam sob inspiração divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E o testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associada de manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando e o governo da Nação (Mensageiro da paz, 1969).

Tanto Feliciano, quanto o periódico Mensageiro da Paz, optam por encobrir o estado de exceção legitimado pelos Atos Institucionais do regime ditatorial. Instrumentos de leis, responsáveis por conceder a base de sustentação arbitrária, sobre a qual os militares firmaram: cassação dos direitos políticos, exonerações e demissões de

<sup>56</sup> Feliciano, Marcos. Entrevista concedida ao Programa Pânico Jovem Pan, em 26 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tSqZ3w5i5mc>>. Acesso em: 09 jun.2023.

<sup>57</sup> Independência ou morte. Mensageiro da Paz, ano 39, n°17. Rio de Janeiro. Setembro de 1969, p.1 e 8.

opositores dos cargos públicos, interdição do voto popular, censura, assassinatos, atentados terroristas, mas ainda, a sistematização de práticas desumanas, como a tortura. Elementos que, sob o imaginário dos evangélicos fundamentalistas, adquirem feições de um paraíso revestido de liberdade, onde os males só seriam aplicados aos “terríveis comunistas”.

Outro líder pentecostal que vem exercendo um posicionamento cada vez mais radical em nossa contemporaneidade, é Silas Malafaia. O pastor alcançou a posição de ser uma das principais vozes a intermediar o apoio dos evangélicos ao extremista Jair Bolsonaro, chegando a obter a alcunha de “conselheiro do presidente”<sup>58</sup>.

Enquanto Bolsonaro se encontrava na presidência, ao menos por três vezes, Malafaia usou as redes sociais para bradar em favor da tomada de poder pelo militarismo. Em março de 2021, ao contestar as medidas de isolamento social, definidas por prefeituras e estados, durante a pandemia, Silas esbravejou: “Presidente Bolsonaro, convoque as Forças Armadas. O povo vai te aplaudir”<sup>59</sup>. Clamor que fora reiterado em agosto do mesmo ano.

Desta vez, a indignação ocorreu por conta da abertura do Inquérito das Fake News, comandada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aos berros, Silas, se manifesta: “Chega!!!Forças armadas para acabar com essa bagunça, essa safadeza contra a Constituição e o direito do povo brasileiro (...) Presidente convoque as Forças Armadas!!!”<sup>60</sup>. Em um terceiro momento, novamente o pastor pentecostal se direciona à figura do Presidente da República, irritadiço, vocifera<sup>61</sup>:

Presidente Jair Messias Bolsonaro, o senhor é o presidente legal em exercício, o senhor tem poder de convocar as Forças Armadas, pra botar ordem na bagunça que esse ditador fez (...) Presidente Bolsonaro? Como é que o senhor vai passar para a história, omissos? Covarde? Ou alguém que usa o seu poder legal, garantido pela constituição? Deus tem misericórdia, Deus tem misericórdia do Brasil, abre os olhos dessas autoridades (Malafaia, 2022).

---

<sup>58</sup> Filho de Jair Messias Bolsonaro, senador Flávio Bolsonaro afirma que pastor Silas Malafaia fala diariamente e exerce influência sobre o presidente Bolsonaro. Canal Uol. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=n\\_2SC7D17V8](https://www.youtube.com/watch?v=n_2SC7D17V8) >. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>59</sup> Pastor Silas Malafaia clama por Bolsonaro para convocar as Forças Armadas e estabelecer a lei e a ordem. Publicado em 18/03/2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3W8iA0OEKoE> > Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>60</sup> Silas Malafaia pede intervenção militar contra o STF. Catraca Livre. Publicado em 06/08/2021. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/cidadania/silas-malafaia-pede-intervencao-militar-contr-o-stf/> >. Acesso em: 26 jun. 2023.

<sup>61</sup> Malafaia pede que Bolsonaro convoque Forças Armadas. Portal Uai. Publicado em 30/11/2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3lwYiHRX1JE> >. Acesso em: 26 jun.2023.

O impulso do religioso de recorrer à instituição das armas, não acontece de modo solitário, mas aglutina-se a uma conjuntura de movimentos memorialísticos, voltados a reavivar as eventualidades que antecederam o golpe de 1964<sup>62</sup>. Quando manifestações civis, ante “o perigo comunista que assolava a nação”, sinalizaram aos militares sobre a urgência de tomada de poder. O jornal evangélico Batista, expressou bem esse sentimento, ao anunciar em seu noticiário o “alívio nacional” trazido pelo “acontecimento político militar” de 1964<sup>63</sup>:

Os acontecimentos político militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República, vieram, inegavelmente, desafogar a nação. Porque estávamos vivendo um clima pesado de provocações, de ameaças, de agitações, que nos roubavam o mínimo de tranquilidade necessária para poder trabalhar e progredir. Necessária inclusive para a pregação do Evangelho. Agora as coisas mudaram. Era tempo (O Jornal Batista, 1964, p.3).

O jornal, no passado, tal qual Silas, no presente, encontra nas forças militares o remédio para conter a “bagunça” e as “agitações” sociais vivenciadas em suas respectivas épocas. Em nossos dias, Malafaia, por diversas vezes tentou dar um tom “legalista” às suas falas, afirmando que seus pedidos teriam embasamento na Constituição Federal de 1988, mais especificamente, no artigo 142<sup>64</sup>. Silas, na verdade, demonstra ter pouco apreço pelos valores democráticos. O religioso não apenas tem afrontado radicalmente os poderes da República<sup>65</sup>, mas também, vem se utilizando de sua liderança religiosa para aglomerar fiéis em manifestações recheadas de políticos extremistas, conhecidos por apoiar o regime ditatorial e invocá-lo como um passado glorioso, digno de ser revivido.

<sup>62</sup> Marcha da Família com Deus: 11 cidades realizam atos. Poder360. Publicado em 19 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/marcha-da-familia-com-deus-11-cidades-realizam-atos/>>. Acesso em: 27 abril. 2024.

<sup>63</sup> PEREIRA, José Reis. Responsabilidade dos crentes nesta hora. O Jornal Batista. Ano LXVIV, N° 15, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964,p,3.

<sup>64</sup> Assim expressa o Art. 142 da CF de 1988: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

<sup>65</sup> Malafaia critica Moraes, STF e TSE em ato na Paulista. Poder360. Publicado em 24/02/2024. Disponível em:<<https://www.poder360.com.br/poder-gente/malafaia-critica-moraes-stf-e-tse-em-ato-na-paulista/>>. Acesso em: 27 abril. 2024.

O acervo mnemônico e as representações sobre a ditadura militar, explicitados em diálogo com as fontes jornalísticas, desvelam, ontem e hoje, o evangelicalismo como um território em conflito, litigioso e heterogêneo.

A disputa empreendida no período sessentista, concentrada essencialmente em dois polos de forças: ecumênicos e fundamentalistas. Apresentou pontos distintos de se conceber e viver a religião. Para os primeiros, a religião evangélica deveria ir além da questão espiritual, necessitando alterar a realidade a qual fazia parte. Dessa perspectiva, surgiram interpretações bíblicas, doutrinas e posicionamentos interventivos, que visavam combater as mazelas societárias, como a miséria, a exploração, a desigualdade e a violência estatal.

O segundo polo, fundamentalista, preocupava-se em manter o status quo, apregoando uma felicidade e uma justiça divina que somente se concretizaria no céu, cabendo ao fiel, resignado, resistir e esperar pacientemente a vinda de Cristo. Doutrina conformista, que ocultava todo tipo de interesses tacanhos e individualistas, dentre estes, a sede por poder e alcance de regalias e benefícios governamentais (Araújo, 2010).

Nesse sentido, o golpe militar de 1964, abalou o movimento ecumênico crescente nas igrejas evangélicas: o Setor de Responsabilidade Social da CEB foi extinto; nos seminários teológicos, professores foram demitidos e estudantes expulsos; nas igrejas, pastores, utilizando-se da função de informantes do DOPS, saíram à caça dos irmãos que erguiam bandeiras sociais. Os “vermelhos”, “comunistas” ou “inocentes úteis”, como eram chamados, acabaram sendo vítimas de múltiplas violências (Almeida, 2020). Decerto, o aparato de opressão estruturado pela ditadura, acabou ratificando os fundamentalistas e sua doutrina arcaica no poder eclesial.

Contudo, os ecumênicos não desapareceram, resistiram, sobreviveram e se renovaram, formando em nossa contemporaneidade um contraponto importante ao fundamentalismo prevalecente nas igrejas evangélicas. Uma vez que possibilitam ao universo do evangelicalismo, alternativas identitárias, oferecendo percepção singular do que é ser um cristão, e de como este deve posicionar-se frente a história que se apresenta aos seus olhos. Já os fundamentalistas do presente, continuam firmes, tendo ao seu lado o suporte da tradição, do conservadorismo e grupos extremistas avassaladores. Alianças que os alimentam e os consolidam cada vez mais como força influente, quer seja nos púlpitos dos templos, quer seja nos espaços públicos.

E aqui devemos destacar, se os ecumênicos de hoje não são os mesmos, trazendo consigo novas bandeiras, novos problemas e doutrinas, delineadas pelas novas

mobilizações e demandas sociais de nossos tempos (movimento negro, indígena, feminista, LGBTQIA+, etc.), os fundamentalistas, de maneira semelhante, terão sua lógica, suas doutrinas e sua divindades alteradas. Nesse novo arcabouço doutrinário (Teologia da Prosperidade, Guerra Espiritual, Reconstrucionismo e Teologia do Domínio) o Cristo, amoroso, misericordioso e pacífico, dá lugar a um Cristo bélico, guerreiro, vingativo, que mata sem piedade seus oponentes, pois, desprovido de compaixão (Du Mez, 2022). De igual modo, não se espera mais o Filho de Deus voltar para principiar a instalação de seu Reino na terra. Esta tarefa, cabe agora, aos próprios cristãos (soldados/guerreiros). Fiéis predestinados a ocupar as instituições de poder, “tomadas por demônios” e impor a sua reconstrução/domínio baseado nos valores e preceitos do cristianismo. O que significa, que as nações devem ser dominadas estritamente por governantes cristãos, tendo, por conseguinte, suas leis firmadas em concordância com princípios bíblicos (Pereira, 2023).

Uma síntese demonstrativa dessas teorias fundamentalistas foi explanada no discurso da ex-primeira-dama Michele Bolsonaro<sup>66</sup> e integrante da Igreja Batista Atitude/RJ:

Nós somos gratos a Deus por esse dia tão lindo. Pela sua misericórdia, pelo seu amor e pelo seu cuidado. Deus é maravilhoso em tudo que ele faz. E não tem como não se emocionar vendo o exército de Deus nas ruas. Vendo o exército de homens e mulheres patriotas que não desistem da sua nação(...) Nós estamos sofrendo porque exaltamos o nome de Deus no Brasil. Porque meu marido foi escolhido e declarou que era ‘Deus acima de todos’ (...)Aprove o senhor nos colocar a frente desta nação(...) E hoje o povo brasileiro sabe a diferença de um governo justo de um governo ímpio... Sim, por um bom tempo formos negligentes ao ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal tomou e o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação. ‘Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’ foi o versículo que ele [Bolsonaro] usou em toda campanha e eu creio que isso foi gerado no mundo espiritual, porque eu acredito em um Deus vivo. Um Deus todo poderoso que é capaz de restaurar e curar a nossa nação. (Michele, 2024)

Em sua fala, Michele, manifesta de pronto o teor bélico do instante, chamando os presentes de “exército de Deus”. Com isso, impele aos ouvintes, a ideia de estarem diante de uma batalha espiritual. Ao invocar tais simbolismos, traz à tona o tradicional maniqueísmo da cosmologia pentecostal, que divide o mundo entre anjos e demônios, justos e ímpios. Fato proposital, já que na sequência de sua narrativa, Michele, não apenas

---

<sup>66</sup> Leia a íntegra do discurso de Michele na avenida Paulista. Poder360. Publicado em 25/02/2024. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/>>. Acesso em: 17 abril. 2024.

designa Bolsonaro como escolhido por Deus, mas afirma que a ausência dos cristãos da esfera política, fez com que este campo fosse tomado pelo mal, logo, chegara o momento da “libertação”.

Em meio a esse turbilhão de protestantismos plurais, resta-nos perguntar: como os estudantes evangélicos, introduzidos nos ambientes de ensino, estão sendo impactados por essas disputas fomentadoras de lembranças e reconstituições, que envolvem tanto questões do tempo presente, quanto problemas referentes ao passado ditatorial? Quais lideranças têm referenciado o ethos cristão dos discentes, e de que modo isso interfere na aceitação da temática da ditadura militar, em sala de aula? Estas serão as problemáticas tratadas no capítulo a seguir.

#### **4. SEGUINDO OS RASTROS DOS ESTUDANTES EVANGÉLICOS: LEMBRANÇAS DE UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA.**

Há uma belíssima canção popular que abriga uma frase, a qual tenho extremada afeição. De certo modo, ela simboliza bem os fatos aqui narrados: “Na parede da memória, esta lembrança é o quadro que dói mais”. Ela pertence a Belchior e se encontra na faixa “como os nossos pais”, do extraordinário disco *Alucinação*, gravado em 1976. A citação, ao mesmo tempo em que emite uma máxima ajustável aos variados momentos de dor e desapontamentos que se possa ter, ela possibilita também uma reflexão sobre o elemento mnemônico. Componente que tem por essência o filtrar de lembranças. Segue, portanto, uma lógica peculiar que determina consciente/ inconscientemente os instantes que devem ser por ela descartados e os fatos a serem metamorfoseados permanentemente na parede mnésica (Halbwachs, 1990).

Depois de uma década de docência na educação básica e de permear um bom número de instituições educacionais, pode-se afirmar que todo professor adquire alguns “quadros” das “cenas de salas de aula” que, ao longo dos anos, acabam por ganhar espaço no cômodo das lembranças contínuas. Estes, muitas vezes, chegam a gerar incômodos, traumas, mas quando problematizados, podem impulsionar percursos possíveis de saber, reflexões e mudanças (Seffner, 2011).

Os quadros de memória que irei apresentar, logo mais, trazem consigo esse intento. Trata-se de uma dura experiência vivida por mim em uma escola pública e que teve como protagonistas estudantes de igrejas evangélicas. Desde já, esclareço que estes relatos, não têm nenhum objetivo de fomentar intolerâncias, preconceitos religiosos ou generalizações, mas simplesmente delinear pontes de entendimento com um segmento religioso, que cada vez mais vem ampliando o seu quantitativo nas salas de aula.

Ademais, naquilo que se refere ao conhecimento histórico, a experiência relatada, nos propicia refletir como certa fração dos evangélicos, tomando como base sua identidade cristã, passa a se relacionar nas tramas educacionais, expressando suas religiosidades, propagando visões de mundo e determinando conquistas espirituais, tais como as conversões de novos membros (Simeão; Lopes; Ferreira, 2018). Contudo, não podemos esquecer que essas identidades, serão também responsáveis por delinear o tipo de relação que será mantido com os saberes escolarizados, demarcando aproximações, apatias ou resistências com os conteúdos abordados (Maia, 2021).

Processo que pode ser plenamente observado nas lembranças destacadas por nós, a seguir. Para melhor entendimento, esclarecemos que a divisão foi feita em três etapas, no 3.1- faço um resumo dos aspectos do centro educacional e procuro explicitar alguns elementos de sua cultura escolar. No 3.2- descrevo o encontro com os evangélicos, o uso do espaço escolar como lugar de culto e a visita à igreja, a qual os jovens eram membros. Já no 3.3- relato as intervenções internas e externas efetivadas, a partir da explanação da temática ditatorial em sala de aula.

#### **4.1. A CHEGADA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.**

Até onde a memória não me turva os sentidos, lembro que era uma segunda-feira. O que me traz certa segurança na afirmação, é que se tratava de um primeiro dia e um novo ambiente de trabalho. E, verdadeiramente, toda mudança de escola ocasionava em mim ansiedades absurdas: ter que observar o horário do ônibus, aprender a parada a qual deveria descer, puxar-papo com colegas desconhecidos, mas, principalmente, entrar numa sala com 45 estudantes, que sequer sabiam o meu nome. Confesso, nunca me acostumei. Logo, a noção de “primeira vez” parecia inevitável, por mais que já estivesse na quarta ou quinta remoção profissional.

Era de manhãzinha, quando embarquei no transporte público. Passada a angústia do itinerário matutino, enfim, havia chegado à escola. Me identifiquei e me direcionei, então, à sala dos professores, um local bem agradável. Tratava-se de uma escola profissional, padrão MEC, portanto, era revestida de uma ótima estrutura: havia auditório, biblioteca com uma quantidade expressiva de livros, quadra esportiva e uma ampla extensão territorial, que proporcionava um bom entretenimento aos estudantes.

Os demais educadores, um a um, foram chegando e acomodando-se no sofá confortável, que ocupava o recinto. Ali, fui apresentado amistosamente como o novo professor de História<sup>67</sup>. Ainda me encontrava em conversas iniciais com os professores da casa, quando avistei os estudantes descendo a escada em fila indiana.

Creio que devo ter feito uma expressão facial de profundo estranhamento, pois a explicação do colega, ao meu lado, foi imediata, justificando que o diretor tinha apreço pela disciplina militar. Então fomos chamados para o “alinhamento”. Não tinha ideia do que seria, mas, obedecendo ao chamado, fomos até o local.

---

<sup>67</sup> Lecionei na referida escola por 3 anos, durante a segunda década do século XXI. No tempo que lá estive, fui professor exclusivo da disciplina de História, concedendo aula para as três séries do ensino médio.

Lá chegando, me deparo com todas as turmas escolares, 1º ano, 2º ano e 3ºano, enfileiradas, como se fossem autênticos pelotões. Logo à frente, estava o diretor da escola, falando ao microfone.

Eu ainda estava tentando entender o que se sucedia, quando uma caixa de som estridente, situada no canto do estabelecimento, começou a emitir o hino nacional. Ante a execução sonora, os discentes postaram-se disciplinadamente. Alguns alunos chamaram minha atenção, pois, exibiam um fervor demasiado: cantavam com intensidade, a mão direita no peito e um semblante fechado.

Mário Carretero (2010) nos define a escola do século XXI, como uma estrutura estatal contraditória, ainda revestida de uma funcionalidade pátria, na qual se deve forjar seres emotivos e dimensões identitárias nacionalistas.

Decerto, a sessão de reunião escolar, presenciada, exemplifica bem a crítica do autor. O alinhamento era um instante onde informações gerais eram repassadas à comunidade educacional, como um todo. Atividade que sempre era precedida pelo canto coletivo do hino pátrio. Encerrado os informes, do mesmo modo que os estudantes haviam chegado, em fila indiana, retornavam às salas<sup>68</sup>.

Estava quase no horário da minha primeira aula. Um pouco antes, organizei os apetrechos do ofício: pincéis, apagador, caneta, diário, etc. Coloquei-os na mochila e me direcionei até os alunos. O tremor das mãos foi inevitável, entrei e todos se ergueram, unânimes, deram bom dia e mantiveram-se de pé, com os olhos fixos em mim, como se esperassem algo. Pedi para sentarem-se, só então, se aconchegaram em suas respectivas cadeiras.

Me apresentei à turma do 3º ano, e, de praxe, concedi minha aula inaugural, cujo título era “Qual a serventia da História?”. Obviamente, tratava-se de uma referência ao eminente historiador Marc Bloch e sua obra *Apologia da História*. Era hábito de minha prática, realizar essa explanação, como estratégia de sondagem, visando captar entre os alunos, seus interesses ou desinteresses para com a disciplina. Para isso, me utilizava de uma metodologia de perguntas diretas aos presentes, um a um. Perguntava o nome do/da

---

<sup>68</sup> No tempo em que estive na unidade educacional, todas as reuniões com a comunidade escolar, seguiram o mesmo rito. Interessante, trabalharmos aqui, o conceito de cultura de escola, que compreende a existência da unidade de ensino, enquanto recinto produtor de culturas, de vida autônoma, capaz de dotá-lo de uma identidade própria: “remete para a existência em cada escola de um conjunto de fatores organizacionais e processos sociais específicos que relativizam a “cultura escolar” (enquanto expressão *sui generis* dos valores, hábitos, comportamentos, transmitidos pela forma escolar de educação a partir de determinações exteriores)”. Para mais informações ver: BARROSO, João. *Cultura, cultura escolar, cultura de escola* - volume 1 - D26 - Unesp/UNIVESP - 1ª edição. 2012.

estudante e de imediato lançava a indagação: Para que serve a História? A partir daí, concedia uma inteira atenção às mínimas palavras e expressões que eram ditas. Esse momento era fundamental. Foi ali, naquele instante, que tive o contato inicial com um grupo de jovens evangélicos.

Mesmo antes de saber suas religiosidades. Dois, especialmente, tinham chamado minha atenção, com suas performances apaixonadas, ante o hino nacional. Era um garoto e uma menina, ambos pareciam ter a mesma idade. Então, ao realizar com eles a atividade em sala, já estava curioso quanto as suas personalidades. Foi quando indaguei a garota. Para que serve a História? Ela, com expressão séria, me respondeu que serviria para passar no ENEM. Agradei a resposta e me direcionei, então, ao rapaz, que estava ao seu lado. O garoto fez uma performance de dúvida e desinteresse, acabando por repetir o que dissera a menina, “passar no Enem”. A sirene tocou, fomos ao intervalo.

Podemos pensar o porquê da resposta sucinta e decisiva dos estudantes. Existe a perspectiva de simplesmente não gostarem da matéria de História, por verem nela, talvez, um conteúdo memorizador ou uma narrativa desprovida de um método. Por outro lado, não podemos esquecer que estamos inseridos em um sistema educacional, o qual impulsiona nossos jovens cada vez mais para uma perspectiva utilitarista do viver.

Em decorrência disso, o jovem no 3º ano, pressionado por resultados, não se interessa por obter um conhecimento, mas apenas, se o assunto tratado “vai cair no Enem”. Observando as características das Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) no Ceará, Simplício e Ramos, ratificam esse pensamento:

Embora possamos identificar que a criação das EEEPs partia do pressuposto de que a formação dos jovens passaria, necessariamente, por “uma concepção integral do ser humano, que agregue suas diferentes dimensões constituintes, com vistas à formação omnilateral dos sujeitos”(CEARÁ,2014).Referindo-se, portando, à junção entre ciência, cultura e trabalho no processo de formação, o que se tem percebido é a submissão ao mercado de trabalho e à lógica do Sistema Capitalista, que se encontra imbricado no cerne dessa proposta Educacional.(Simplício; Ramos, 2020)

Os autores situam com clarividência a ideologia que predomina sobre os institutos de educação. Estes exercem função precípua de difusores dos preceitos e normatizações do capital, perpetuando suas concepções e considerando a existência humana estritamente sobre o seu domínio.

## 4.2. A ESCOLA COMO UM CAMPO DE BATALHA ESPIRITUAL.

O intervalo teve início, os estudantes foram saindo. Sempre apreciei os recreios escolares, fico deslumbrado, ao ver o modo como os discentes aproveitam ao máximo os trinta minutos disponíveis. E naquela escola não foi diferente. Faziam tudo com agilidade e com extremada pressa, comiam o mais rápido possível para jogar bola, outros queriam ir para o grupo de dança, e tinha também aqueles que optavam simplesmente por se isolar de todos e todas.

Percorri um corredor estreito, quando ouvi um cântico religioso bastante conhecido entre os protestantes. Olhei pelo vidro da porta, tinha uma certa quantidade de estudantes reunidos em círculo, não me recordo a quantidade exata, doze ou quinze, talvez. Foi então que me deparei com os jovens, há pouco mencionados na atividade em sala, ali percebi que também eram evangélicos. A postura do garoto, evocava a de uma liderança pastoral. Estava com um violão e uma bíblia aberta sobre a mesa e os demais ao seu redor. Acenaram para que eu entrasse. Não fiquei surpreso com o chamado, uma vez que, é próprio da religiosidade protestante a prática do proselitismo<sup>69</sup>(Oliveira, 2000). Pedi licença e adentrei. Não cheguei a me assentar em nenhuma cadeira, apesar das súplicas para que assim o fizesse. Somente fiquei em pé, no canto.

A melodia ecoava na sala “Porque ele vive, posso crer no amanhã, porque ele vive, temor não há...”. A letra da canção, designa o que a identidade religiosa proporciona para uma fração desses jovens. Muitos, vivendo em bairros vulneráveis, com escassos recursos e reduzida margem de escolha, encontram na fé a sustentação de dias melhores (Novaes, 2018). O garoto se ergueu com a bíblia aberta e trouxe uma passagem bíblica. Não tenho lembrança da fala, pois ele ainda estava a folhear o livro sagrado, quando, já próximo à porta, discretamente saí.

A partir daquele instante, sempre que o tempo me permitia, acompanhava suas reuniões à distância: os via na sala de aula, em outras ocasiões, no auditório, ou num local,

---

<sup>69</sup> Oliveira relata processo semelhante: “desde que passei a trabalhar na EMIM, ouvia, com frequência, depoimentos tanto de professoras como de alunos não-evangélicos atestando que haviam sido convidados pelos jovens pentecostais para assistirem aos seus cultos e celebrações religiosas(...) observava, diariamente, alguns alunos cantando, orando e pregando, durante o recreio, as suas crenças religiosas. Nesses encontros, eles se apresentavam, via de regra, como mensageiros do Evangelho de Cristo, tendo como missão principal ganhar almas para o Reino de Deus”. Para mais informações ver: OLIVEIRA, Heli Sabino de. Jovens pentecostais e escolas noturnas: significados atribuídos às experiências escolares. 2000. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-966HHA>. Acesso em: 12 maio. 2024.

embaixo da rampa, onde faziam orações em voz alta e entoavam seus louvores, abençoando a escola, mas também determinando a “libertação do mal”. Cosmovisão dualista, alicerçada pela identidade conservadora/fundamentalista, que os coloca em estado constante de guerra, seja na rua, seja no trabalho, o diabo está sempre disposto a atingir a fé do crente (MAIA, 2021).

Certa vez, o garoto veio em minha direção e me indagou se podia visitar a sua igreja. Respondi que sim. Então me entregou um papel, contendo a data da celebração religiosa. Finalizando a conversa e se despedindo.

No dia determinado, fui até o templo, como havia prometido. Era uma igreja pentecostal tradicional: tinha o conjunto de crianças, mocidade e o de senhoras. No púlpito, pude ver o estudante que havia me convidado. Ele fazia parte do ministério de música. Assim como na escola, encontrava-se com o seu violão.

O rito religioso, se deu de forma costumeira: cantou-se os três hinos da harpa cristã, posteriormente as crianças apresentaram o seu canto. Na sequência, foi a vez da mocidade, e, por fim, o conjunto das senhoras. Daí, após a leitura bíblica, houve o que os evangélicos chamam de pregação da noite. Nada daquilo me era estranho, pois conhecia bem a liturgia pentecostal. Mas, naquela noite, o discurso enunciado pela liderança pastoral, me fez ligar o sinal de alerta. De repente, o extremismo invocado pelos pastores políticos, membros do legislativo federal, se disseminara com avidez, alcançando os púlpitos dos médios e pequenos templos citadinos<sup>70</sup>(SILVA, 2019).

Até hoje tento lembrar qual foi o trecho lido e a temática da mensagem. A memória me apagou todos esses vestígios e detalhes, com exceção de uma pequena parte, que me deixou atônito. Em determinada altura do culto, o pastor da igreja sugeriu que os irmãos orassem pelos jovens, pois estes, infelizmente, tinham que ir à escola, “lugar de ideologias malignas”, “contrárias aos princípios e valores cristãos”. Enquanto o líder religioso proferia seu discurso, os demais confirmavam suas palavras, com acenos e gestos exaltados.

Deixei o evento religioso reflexivo com o que ouvira. Se antes já havia escutado alegações intransigentes nos templos locais, de certo modo, estas, possuíam um caráter

---

<sup>70</sup> Desde 2014 a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), na Câmara dos Deputados, vem atuando fortemente na tentativa de instaurar a lei Escola Sem Partido. Em virtude disso, os ataques dos religiosos fundamentalistas aos espaços de ensino e aos professores adquiriram proporções alarmantes. Para mais informações ver: SILVA, Welinton Pereira da. Escola Sem Partido: um estudo a partir da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional do período de 2004-2017.

mais abstrato, era “o mundo”, “as potestades”, era “o maligno”. Agora, o mal ganhara feição e estava demarcado, territorializado, estava nas escolas.

Com discurso similar, o pastor Marcos Feliciano, proclamara no Congresso nacional: “os pais estão na rua, as mães estão na rua, estão indo para as escolas, estão questionando os professores, estão colocando os professores dentro do seu pequeno quadrado, que extrapolaram”<sup>71</sup>. Definitivamente, com tais afirmações os fundamentalistas circunscreviam o campo educacional enquanto zona de batalha e o professor o inimigo a ser combatido.

### **4.3. DITADURA MILITAR: BASTA, QUEREMOS A HISTÓRIA VERDADEIRA.**

Depois daquele culto, passei a ficar mais atento ao comportamento dos dois jovens. De acordo com o que era debatido, bastava-lhes olhar a expressão que faziam em suas faces, para perceber o grau de discordância que tinham em cada tema. Certa feita, o garoto ergueu a mão para questionar o porquê de falarmos tanto sobre o racismo estrutural. Em outro momento, foi a vez da menina, contestando as ações afirmativas.

Quando manifestavam tais posicionamentos, eu lhes pedia para explicarem melhor suas perspectivas. Pois queria compreender os meandros de seus pontos de vista, as origens e fontes de suas falas. Mas sempre se esquivavam. Entretanto, quando o conteúdo da ditadura militar foi explanado, a reação de ambos tomou outra proporção.

Sobre a aula de ditadura militar, recordo bem dos fatos e também dos meus “deslizes” de ofício. Começo então pelos meus “equivocos”. Utilizo os termos deslizes e equivocos entre aspas, pois, na verdade são entaves da profissão. Muitas vezes, a quantidade de aulas semanais que possuímos acabam atrapalhando na formulação de um planejamento mais qualificado. Esgotado, após 10 ou 11 aulas ao dia, frequentemente o educador se limita ao conteúdo existente no livro didático, o que, por conseguinte, muitas vezes resulta em uma metodologia mais expositiva e com recursos pedagógicos mais limitados.

E assim aconteceu, adentrei na sala de aula, fiz um esquema explicativo no quadro e iniciei minha explanação. Foi quando abordei a participação civil no golpe. Prontamente, o jovem e a garota evangélica mobilizaram argumentos comuns da extrema

---

<sup>71</sup> Feliciano faz presidente da UNE passar vergonha na Comissão do Escola Sem Partido. Publicado pelo Canal MBL em 14/03/ 2017. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=p9GjZBQS6js>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

direita. Expressando comentários incessantes como: “Está vendo, não foi golpe, foi uma revolução, o povo participou!”. “Tem que falar a verdade professor, o Brasil estava sob ataque dos comunistas”. “Não vai falar das lutas armadas promovidas pela esquerda? E o terrorismo dos esquerdistas?” “O senhor é comunista?”.

Relatos idênticos são descritos por Edmilson Alves (2022). Em artigo denominado Escutas da Docência, o historiador, nos mostra narrativas de docentes que passaram por intervenções recorrentes de estudantes negacionistas, ao abordarem a temática da ditadura militar em sala de aula. Destaco a fala do professor Aristóteles:

Em 2009, eu falava de ditadura militar e a gente fazia discussão e tudo mais e hoje a discussão é completamente diferente, porque já existe um discurso aí de fazer uma revisão histórica, né? E esse discurso tá chegando pros nossos alunos da educação básica, pros alunos do ensino médio que é o público com o qual eu lido. Então, a gente sempre tem dois, três, quatro, cinco alunos em sala de aula que relativizam, por exemplo, quando a gente faz essa discussão sobre ditadura. ‘Ah professor, isso existiu mesmo? Mas, era uma ditadura mesmo? Ah, mas porque eu já li, porque eu já vi que na verdade...’ Então, assim, esse discurso de relativizar, ele tem sido cada vez mais frequente. Eu tenho visto isso nas minhas aulas de Língua Portuguesa, discutindo sobre ditadura militar, muito, muito. Hoje eu poderia dizer que não tem como mais a gente dar uma aula sobre ditadura militar, tratar esse assunto sem ouvir algum aluno em sala de aula relativizar e dizer que na verdade não foi ditadura (Júnior, 2022, p.180).

Conseguí acalmar minimamente os ânimos e mostrar que a sala de aula era um espaço de debates de ideias plurais, e que estas podiam ser expostas e questionadas livremente, mas que era importante manter o respeito e a civilidade do discurso. Porém, psicologicamente, já estava afetado. Conduzi o restante da aula com profundo desânimo.

No dia seguinte, logo na chegada, vi uma movimentação diferente no portão da escola, alguns pais estavam discutindo com o gestor escolar. Um deles, gesticulava de forma exaltada, requerendo da unidade de ensino uma providência. Ao presenciar a cena, direcionei-me até a sala dos professores.

Em poucos minutos, o diretor apareceu, pedindo para conversarmos em particular. Mal sentei e ele já foi afirmando que a situação era preocupante, pois estavam alegando que eu era comunista, doutrinador e que estava sendo parcial em minhas colocações. Saí daquela conversa exausto e decidido a procurar novos rumos. Estava nítido que a direção educacional não estava disposta a me ajudar. Desse modo, solicitei o meu desligamento e remoção.

De fato, a segunda década do século XXI, foi marcada por uma estrutura complexa e sofisticada que se dispôs a investir fortemente contra os professores e os centros de

educação, determinando uma teia persecutória que se espalhou em várias frentes: legislativa, religiosa, midiática, empresarial, partidária, entre outros (Araújo, 2023).

#### **4.4. PROBLEMATIZANDO UM POUCO MAIS A EXPERIÊNCIA.**

O Evangelicalismo desde as primeiras décadas do século XXI, tem mostrado um extraordinário poder de penetração social. Seu crescimento, sua ampliação de força, e as mudanças doutrinárias sofridas, robusteceram a ideia de que os espaços públicos deveriam se tornar objeto de ocupação e prolongamentos dos templos sagrados (Camurça, 2019).

Os ambientes de ensino vêm seguindo essa lógica expansionista do movimento evangélico. Em seu lócus, jovens preenchem os intervalos escolares com cultos, orações, louvores e conversões (Mesquita, 2007). Para além disso, tecem relações múltiplas com os sujeitos da comunidade escolar, mas também com os conhecimentos que acessam. Tendo isso em vista, interessa-nos entender que tipo de identidade cristã os jovens estudantes têm aderido, quais lideranças tem se estabelecido como referência do seu modo de ser, mas ainda, como esse ethos irá impactar no recebimento de tipologias de memórias/representações e suas consecutivas relações com os conteúdos históricos, especificamente, a ditadura militar.

A resultante produzida por nossa vivência descrita acima, nos remete a acreditar que o ethos cristão mais adotado pelos jovens, tem sido o conservador/fundamentalista. O que nos deixa profundamente apreensivos, já que, essencialmente, essas correntes identitárias são caracterizadas como disruptivas, possuindo dificuldades em aceitar direitos das minorias; revelando-se avessa a tolerância e ao respeito às demais religiosidades; bem como dispondo-se como um coletivo religioso pouco comprometido com os valores democráticos.

É evidente que o recorte feito por nossa rememoração, por si só, não se mostra suficiente para tal afirmação. Visto que não devemos cair na sedução oriunda da lembrança, sempre sujeita a deformações e defasagens, enlaçada por artifícios da linguagem e sensibilidades que idealizam ou destoam os fatos. Por isso, a necessidade de problematizá-la (Quadrat; Rollemberg, 2015). Cientes disso, tivemos o cuidado de dialogarmos com outras pesquisas, estudos e fontes, as quais, oferecendo dados expressivos, poderão nos munir de evidências mais abrangentes e assim validar qualitativamente nossa hipótese.

De forma imediata, trouxemos a pesquisa Atlas/Intel, elaborada em 2023. Esse estudo realiza pontuações extremamente valorosas que marcham em consonância com nossa averiguação. Pois localiza o evangelicalismo como a comunidade religiosa mais favorável à intervenção militar no Brasil. Detalhando um pouco os dados colhidos, o exame mostra que, a cada 10 evangélicos abordados, 6 são condizentes com uma tomada de poder pelos militares, totalizando 64,3%. Quando comparado ao catolicismo, a mesma pergunta, alcança a margem de 34,5% <sup>72</sup>.

É nítido que há uma relação estreita entre identidade religiosa adotada, predileções sobre determinadas memórias e representações sobre o passado e formatos comportamentais. No caso evangélico, a influência conservadora/fundamentalista mostrar-se-á decisiva para a participação direta/indireta em ações e medidas antidemocráticas. Fato que tem preocupado vários pesquisadores desse segmento, como o sociólogo Rafael Costa (2023), que ao falar sobre os evangélicos, menciona: “O grande desafio de nosso momento histórico, portanto, consiste em encontrar caminhos para que valores democráticos tenham espaço em um campo tão influenciado pelo extremismo político e pelo fundamentalismo religioso”<sup>73</sup>. Alinhado a esse pensamento, o cientista político, Vinícius Valle (2024), firma percepção semelhante: “os evangélicos estão crescendo no país e, caso mantenham a orientação ideológica que majoritariamente manifestaram nos últimos anos, poderão comprometer o poder eleitoral do campo progressista e gerar impactos autoritários em nossa cultura e sociedade”<sup>74</sup>.

Não só os argumentos, como a estatística apontada, podem ser tranquilamente deslocados para uma compreensão do universo estudantil evangélico nas escolas. Ao fazermos isso, descortinamos a incômoda relação do aluno conservador/fundamentalista com o conteúdo da ditadura militar. Em uma definição direta, trata-se de discentes, que, sobretudo, partilham abertamente representações e memórias negacionistas/extremistas, tais como: a ditadura não existiu, foi apenas um desdobramento revolucionário contra o comunismo; as práticas de torturas, censuras e assassinatos, são concebidas como

---

<sup>72</sup> Pesquisa Atlas. Invasão do Congresso do STF e do Planalto / 08 e 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <[https://static.poder360.com.br/2023/01/Pesquisa\\_Atlas\\_Invasao\\_do\\_Congresso\\_do\\_STF\\_e\\_do\\_Planalto\\_08\\_09.pdf](https://static.poder360.com.br/2023/01/Pesquisa_Atlas_Invasao_do_Congresso_do_STF_e_do_Planalto_08_09.pdf)>. Acesso em: 03 maio. 2024.

<sup>73</sup> COSTA, Rafael Rodrigues da. Pesquisa mostra radicalismo evangélico e perigo à democracia. Observatório Evangélico. Publicado em 12/01/2023. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/pesquisa-mostra-radicalismo-evangelico-e-perigo-a-democracia/>>. Acesso em: 03 maio. 2024.

<sup>74</sup> VALLE, Vinicius. Eventos recentes devem dificultar ainda mais a relação da esquerda com evangélicos. Observatório Evangélico. Publicado em 27/02/2024. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/eventos-recentes-devem-dificultar-ainda-mais-a-relacao-da-esquerda-com-evangelicos/>>. Acesso em: 03 maio. 2024.

justificáveis porque infligidas aos opositores, ou no limite, como um mal necessário. E aqui desnudamos a grande questão da ideologia fundamentalista. Para esta linhagem religiosa, os posicionamentos extremistas que defendem, não contrariam, violam ou se quer rompem com princípios cristãos. Uma vez que a arbitrariedade, a beligerância, o uso descomedido da força e a eliminação do inimigo não estão, mas sim, são componentes primais do modelo de cristianismo que adotam (Du Mez, 2022).

Para nos ajudar a termos uma ótica mais apurada do que estamos tratando, trouxemos um trecho do teólogo protestante João Dias Araújo, que em seu livro de memórias, escrito em 1975, já denunciava a volumosa aceitação do fundamentalismo nos púlpitos e condutas das igrejas evangélicas brasileiras, mas ainda, mostra como esta doutrina instituída nos EUA, se coadunou levemente com as mais variadas práticas de violação da vida e dignidade humana. Assim nos fala, João Dias:

A cristandade do século XX foi infelicitada, pelo surgimento dos fariseus peripatéticos (aristotélicos) e turistas que atravessam os “sete mares”, espalhando por toda parte da Terra as sementes da divisão, da cizânia (desarmonia, rixa, discórdia) e do ódio no meio das comunidades protestantes. Esses novos fariseus são chamados fundamentalistas (...) esses fariseus peripatéticos se ligaram indiretamente a todos os movimentos radicais da extrema direita político social e a todos os fascismos nos Estados Unidos da América. Houve ligações obscuras com a John Birch Society e com os movimentos contrários à integração racial. A imprensa norte-americana denunciou que os fundamentalistas apoiam a Ku Klux Klan. Combateram ostensivamente o pastor Martin Luther King. Foram fervorosos defensores da guerra do Vietnã, e até foram considerados suspeitos no complô para assassinar John F. Kennedy. Na América Latina os fundamentalistas se apresentaram gratuitamente a governos militares da direita para serem espiões de seus irmãos e se prontificaram a denunciar todos os inimigos do capitalismo (Araújo, 2010, p. 41).

As devidas considerações de João Dias Araújo, são significativas para entendermos o nível de enraizamento do fundamentalismo no protestantismo brasileiro e seu respectivo alinhamento com governos ditatoriais de nossa história, o que propositadamente irá desaguar numa classe de memórias e representações favoráveis ao regime. De modo concomitante, o autor se pronuncia também sobre o papel dos fundamentalistas estadunidenses na instauração desse ideário em território nacional.

Decerto, é importante refletirmos não apenas a influência estrangeira no passado, mas tentarmos visualizar o continuísmo desse fenômeno relacional entre evangélicos brasileiros e norte-americanos. Contudo, antes de falarmos sobre tal assunto, precisamos situar a categoria continuidade dentro do processo histórico. Para isso, contamos com o auxílio de Cristina Meneguello (2019), que nos dispõe: “A continuidade em história,

grosso modo, indica a permanência de estruturas e de relações, e a manutenção de um quadro de referências e ações históricas que garantem a sobrevivência e perpetuação dos tempos anteriores dentro do tempo presente” (Meneguello, 2019, p.59).

A partir dessa concepção, podemos considerar que o elo entre conservadores/fundamentalistas brasileiros e fundamentalistas estadunidenses se manteve firme mesmo após o término da ditadura militar. Ao longo dos anos, os norte-americanos, passaram a ter prestígio cada vez maior dentro das comunidades evangélicas, sendo chamados para conferências e congressos, tendo seus livros e obras lançadas e distribuídas pelas editoras das denominações cristãs; como também, garantindo a propagação de suas ideias nos seminários e cursos teológicos das igrejas evangélicas (Mariano, 2014).

Portanto, se há uma importação de dogmas e teologias fundamentalistas americanas, pelos púlpitos brasileiros do nosso tempo presente. Devemos de igual maneira, ficarmos a par das características elementares desse movimento no território de origem. Afinal, permanecem as noções explicitadas por João Dias Araújo, na década 70? Como tem se posicionado tal grupo nas questões sociopolíticas da contemporaneidade? É a historiadora Du Mez (2022), que nos preenche essa lacuna:

Dados de uma pesquisa realizada revelam os acentuados contornos da cosmovisão evangélica contemporânea. Mais do que qualquer outro grupo demográfico religioso dos Estados Unidos, os protestantes evangélicos brancos apoiam a guerra preventiva, toleram o uso de tortura e são favoráveis à pena de morte. São mais propensos do que os membros de outros grupos religiosos a possuir uma arma, a acreditar que os cidadãos devem ter permissão para o porte de armas na maioria dos lugares e a se sentir seguros com uma arma de fogo nas mãos. Os evangélicos brancos são mais avessos à reforma migratória e mais propensos a ter uma perspectiva negativa sobre os imigrantes do que qualquer outro grupo demográfico religioso(...) os evangélicos brancos são significativamente mais autoritários do que outros grupos religiosos, expressando confiança em seus líderes religiosos em níveis muito maiores do que os membros de outras crenças (Du Mez, 2022, p.27).

A historiadora Du Mez explicita em minúcias a essência do evangelicalismo que tem dominado parte da cristandade americana. E quando nos deparamos com os discursos das lideranças protestantes brasileiras conservadoras, atentamos que, em muitos casos, estes são réplicas plenas das narrativas extremistas produzidas nos EUA. Ideologias que, nas últimas décadas, vêm adquirindo robustez entre o público juvenil, e por que não dizer, nos jovens de nossas escolas (Severo; Weller; Araújo, 2021).

Com efeito, o Brasil tem se mostrado um imenso celeiro de concepções evangélicas radicalizadas. E nessa cruzada religiosa, a tática dos conservadores tem sido clara, o foco deve ser a juventude (Cunha, 2019). O que não significa romper com os valores tradicionais e reacionários, mas encobri-los com roupagens modernas: mergulhá-los nas novas mídias (Facebook, Youtube, Instagram, WhatsApp, etc.); utilizar palavras americanizadas nos slogans das igrejas, tornando-os mais joviais, com inserção de novas cores e iluminação (canhões de led, cortinas de fumaça, etc.), mas também estilos musicais diversos. De maneira que o culto como um todo, passa a adquirir uma atmosfera de baladas juvenis. Sobre isso, vejamos a reportagem feita pelo jornal, O Globo<sup>75</sup>:

O salão escuro, de paredes pretas, está tomado de jovens, que cantam e vibram com o som alto de uma banda formada por músicos cabeludos. Quando a cantoria acaba, a turma com pinta roqueira cede o lugar a um rapaz de calça jeans skinny, botas, camiseta podrinha e jaqueta de couro. Imediatamente, o silêncio reina no ambiente, e todos os olhos se voltam para o jovem, que segue para um púlpito e abre a Bíblia. Em inglês, ele prega: “crie oportunidade para ser mudado hoje à noite”. Era uma das mensagens do californiano Joshua Adams, de 29 anos, designer, fotógrafo e agora pastor, num culto de quinta-feira na Igreja United da Tijuca, que faz parte de uma nova safra de templos que arrebatam fiéis no Rio. À frente de Joshua, alguns choram copiosamente (...) ‘Bússola para os jovens’ Os dois chegaram ao Rio há três anos, quando fundaram a United, considerada uma das novas igrejas diferentes que vêm atraindo a atenção de uma parcela da juventude evangélica. A diferença está, sobretudo, na forma, no jeito de se comunicar e por não se enquadrarem em nenhuma denominação (como pentecostal ou neopentecostal). Enquanto isso, a essência não difere muito dos templos convencionais: sexo antes do casamento continua pecado, assim como homossexualidade. Consumo de álcool também não faz parte da realidade ali (O Globo, 2017).

De fato, há uma aposta alta das novas denominações em disputar os agrupamentos juvenis para si. Entretanto, quais os resultados obtidos dessa estratégia? Ou, de que forma os jovens em idade escolar, tem sido impactado pelas mudanças desse credo?

O antropólogo Juliano Spyer é conciso e direto na resposta: “Considerando-se a faixa etária dos fiéis, enquanto o catolicismo é mais popular entre pessoas com 40 anos ou mais, os evangélicos pentecostais atraem mais crianças e adolescentes”<sup>76</sup>. Em harmonia com a fala do pesquisador, o Datafolha de 2020, aponta que a faixa etária entre

---

<sup>75</sup>LIMA, Ludmilla. Igrejas diferentes atraem jovens evangélicos. O Globo. Publicado em 25 de junho de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/igrejas-diferentes-atraem-jovens-evangelicos-21516757>>. Acesso em: 04 maio.2024.

<sup>76</sup>CAPLER, Rodolfo. Por que a juventude brasileira está se tornando cada vez mais evangélica. Revista Veja. Publicado em 31/01/2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/por-que-a-juventude-brasileira-esta-se-tornando-cada-vez-mais-evangelica>>. Acesso em: 04 maio.2024.

jovens de 16 a 24 anos já é predominantemente evangélica, com 19%. Enquanto a religião católica comporta 13%<sup>77</sup>.

A pesquisa nos mostra que a campanha religiosa em prol de ampliar o quantitativo de jovens nos templos evangélicos, tem tido efetividade. Inclusive atingindo em cheio a faixa etária de 16 e 17 anos, público pertencente à Educação Básica. Entretanto, não basta, simplesmente, sabermos que certa fração dos jovens está aderindo à religiosidade protestante, mas sobretudo qual o tipo de identidade está sendo admitida por este segmento?

Para respondermos a essa inquietação, dialogamos com o envolvente trabalho da historiadora Alline de Assis Xavier Maia (2021), que elaborou uma pesquisa específica sobre os estudantes evangélicos de determinada unidade educacional. A partir das falas obtidas, acreditamos ser possível constituirmos um perfil sobre a identidade evangélica abraçada.

Alline ao sondar um jovem da 1ª série, sobre a relevância cognitiva que o livro didático tinha em seus estudos, o garoto oferece a seguinte resposta: “Na pregação o pastor já falou isso... que os médicos cada hora dizem uma coisa sobre o ovo. Um mês faz mal outro não faz... Quer dizer, não têm certeza de nada. Já a Bíblia, ela é aquilo ali e não muda, pode passar o tempo que passar (Maia, 2021, p. 170).

O estudante é sucinto, mas bastante elucidativo. Citando sua liderança pastoral, prontamente formula dois polos distintos: de um lado a ciência, representada pela medicina e na outra extremidade a Bíblia. Se a primeira é firmada em experimentos humanos, gerando equívocos, mudanças e incertezas. O polo bíblico emana atemporalidade, sendo capaz de fornecer estabilidade e orientação, num mundo contornado de indefinições e inseguranças. Trata-se do biblicismo, doutrina fundamentalista que delinea o livro bíblico como fruto de inspiração divina, logo, atemporal, mas também inerrante, ou seja, não é possuidor de defeitos ou erros (Rafael, 2020). O desenrolar deste dogma impulsiona o indivíduo religioso, a ter o relato sagrado como fonte de toda a sua conduta e visão de mundo, sobrepondo-se, portanto, ao próprio saber científico, e no caso tratado pela pesquisadora Alline, o saber histórico.

---

<sup>77</sup>50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. G1. Publicado em 13 de janeiro de 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> >. Acesso em: 04 maio.2024.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conservadorismo/fundamentalismo forja uma identidade de fé onde a relação com o passado, dá pouca ou nenhuma importância a concretude do acontecimento, uma vez que o seu universo é movido essencialmente pelo sobrenatural. O passado torna-se, assim, um produto singularmente delineado por memórias místicas. Com isso, não só o método aparelhado pela História, deixa de ser relevante, mas a própria autoridade do professor, que se encontra em patamar de inferioridade, ante a competência sagrada exercida pelos pastores da igreja (Oliveira, 2000).

Outro depoimento importante para a nossa reflexão identitária evangélica é emitido por uma aluna de 16 anos - 1º ano, que nos enuncia:

Minha mãe é do grupo de oração. Toda quarta-feira ela ora com as irmãs. A patroa dela sabe que nesse dia ela só pode chegar 10 horas, porque ela lidera o grupo(...) até indica ela para fazer faxina aos sábados nas casas das amigas dela. Mas minha mãe conforme vai limpando, vai se ligando em Deus, em oração, ouvindo o louvor no fone e pedindo para Deus ir abençoando a casa, trazendo paz, e nisso vai ficando melhor o ambiente para trabalhar. Porque Deus vai agindo nessas casas. Vai fazendo a obra. As madames nem sabem, mas minha mãe tá ali firme, intercedendo por elas. E aí que Deus faz a obra (Maia, 2023, p.47).

A narrativa da discente, invoca uma religiosidade que ultrapassa os muros dos templos, entrelaçando-se nos seguidores, preparando os seus passos, determinando posturas e se fazendo presente também em seu espaço de trabalho. Aqui, inicia-se uma batalha espiritual, de súplicas por bênçãos, de transformação do ambiente e intercessões pela vida das patroas, introduzindo todo o campo de vivência num invólucro espiritual contínuo.

Nessa lógica de luta, a ideologia fundamentalista emerge como uma perspectiva, onde a totalidade da vida humana é perpassada por um dinâmico conflito entre Deus e o Diabo. Dualismo imensamente radicalizado no imaginário conservador/fundamentalista. Para este, tudo aquilo que está fora da circunferência de sua religiosidade, deve ser compelido para a esfera do maligno.

Um registro conflituoso, captado pela historiadora Aline, caracteriza bem esse pensamento. O fato se sucedeu quando o professor, optou por utilizar o filme *Besouro*, como fonte de um debate escolar sobre a cultura afro-brasileira. De repente, uma aluna, denominada aqui M, teve um ato inesperado:

**M:** Professor, eu respeito, mas não quero ver macumba. Não sou obrigada. Na Bíblia diz que: "Quando a gente entra na presença do senhor, na terra que o Senhor Deus, a gente não deve imitar as coisas repugnantes que as nações de lá praticam. (...) A Bíblia condena o sacrifício, a adivinhação, a feitiçaria, as pessoas que recebem os espíritos diabólicos. E Deus castiga os que fazem isso. A gente tem que estar purificado na presença do senhor. E esse filme só mostrou um monte de coisa que a Bíblia condena, e por sua causa, tive que ficar vendo isso. Tudo isso tá nas escrituras sagradas, no livro de Deuteronômio (...). Eu conversei com o meu pai sobre esse filme. Ele disse que eu tô certa. Que o crente de verdade não pode deixar se contaminar por essas armadilhas do diabo. Meu pai é pastor. Ele me mostrou que a Bíblia condena isso, e eu não vou para o inferno por causa da escola.

*Na semana seguinte, a direção fez uma reunião com a turma, durante o horário da aula do professor buscando amenizar a situação e mostrar que a atitude didática do professor estava correta, uma vez que na escola, segundo as palavras da diretora, "deveríamos tratar e compreender as diversas culturas, principalmente, aquelas que formam o Brasil. Em meio ao discurso, M pediu a palavra:*

**M:** Diretora, a senhora também é evangélica. Conhece a verdade, na Bíblia, Deus condena todas essas atitudes. A Bíblia condena a idolatria e a feitiçaria, as adivinhações, a embriaguez. Todos que fizerem isso, ou que concordarem não herdarão o reino dos céus (...). Quando disserem pra gente procurar alguém que consulte os espíritos, a gente, como crente tem que falar dos mandamentos do Senhor, senão não veremos a luz de Deus na terra. Isso tá na Bíblia. A senhora como cristã sabe muito bem disso. Já deve ter lido os dez mandamentos, que condena ao inferno essas coisas de candomblé, que mata os animais e bebe o sangue do diabo.

**Diretora:** M, eu sou evangélica como todo mundo aqui sabe. Mas como cristã, eu respeito todo mundo. E você, como cristã, deveria respeitar também porque a Bíblia ensina o respeito e diz também: Amai o próximo como a ti mesmo. E você não está fazendo isso (Maia, 2020, p. 65-67).

Apesar de extenso, optamos por inserir o diálogo de forma integral, pois não queríamos estabelecer interrupções, quebrando o ritmo e a atmosfera da discussão, mas também, por entendê-lo como uma boa síntese das crenças e diferenças evangélicas.

O comportamento da estudante, exemplifica bem, como a identidade fundamentalista é marcadamente conflitiva. Já que se trata de dogmas que dispõem o fiel como um potencial guerreiro. Este, tendo a bíblia nas mãos, deve combater as potestades e denunciar com o vigor dos salvos, a presença diabólica. A garota segue à risca esses preceitos. Para ela, a religião do outro, por não seguir os seus valores suas divindades e seus ritos, é empurrada para o campo oposto, do "pecado", do "repugnante", da "feitiçaria", tornando-se crença de indivíduos que "recebem espíritos maléficos". Todo esse argumento é retirado de interpretações radicais das Escrituras. Portanto, a Bíblia é a orientação maior desses grupos. Todavia, o problema não se encontra no livro sagrado, mas na leitura e interpretação que se faz dele. Proceder que passa a determinar o jeito de ser de cada cristão.

Para melhor entendimento do que estamos debatendo, o mesmo litígio explicitado, também apresenta uma outra identidade evangélica, personificada na diretora escolar. Esta é dotada de uma cosmovisão religiosa totalmente distinta, daquela ilustrada pela discente. A gestora delineia um evangelicalismo aberto a compreender e legitimar a pluralidade cultural dos vários grupos societários. Revelando ser adepta de uma identidade evangélica apaziguadora, que institui uma leitura peculiar do mesmo livro sagrado, encontrando nele, não diretrizes de batalhas ou guerras, mas frutos pacíficos, de respeito, entendimento e amor para com o próximo<sup>78</sup>(Moreira, 2024).

É evidente que todo o belicismo religioso fundamentalista não fica restrito ao conteúdo da história dos afro-brasileiros, mas também adentra em outros temas, como o da Ditadura Militar. Embora, nos diálogos com outros pesquisadores, não tenhamos obtido nenhum depoimento de docente identificando diretamente os estudantes evangélicos, tal qual Alline Maia, é pouco provável a ausência e inércia dessas identidades radicais nos conflitos existentes em sala de aula.

Como eixo de nosso argumento, além da pesquisa Atlas ter revelado que a comunidade evangélica contém o maior número de defensores de uma intervenção militar no país (64,3%). Simultaneamente, a pesquisa IPEC, feita também em 2023, mostra-nos que o anticomunismo, tão presente na sociedade brasileira para as legitimações de golpes, encontra-se demasiadamente ativo nas veias do evangelicalismo, configurando-o como o grupo que mais acredita na criação de um governo comunista durante o governo Lula, 57%<sup>79</sup>. Se quisermos robustecer um pouco mais os números, a mesma pesquisa Atlas<sup>80</sup>, explanou que 50.5% dos evangélicos acham justificável, completamente ou em parte, o ataque à democracia realizada em 8 de janeiro de 2023, quando ocorreram invasões e depredações dos Poderes da República.

Para além disso, a disputa da narrativa sobre o passado ditatorial é tão importante para os fundamentalistas, que fazem questão de se posicionar diretamente ou indiretamente sobre o assunto. A nível de lideranças evangélicas nacionais, citamos, no

---

<sup>78</sup> MOREIRA, Gilvander. Ler a Bíblia de forma fundamentalista é perigoso. Publicado em 24 de abril de 2024. Disponível em: < <https://www.brasildefatombg.com.br/2024/04/24/artigo-ler-a-biblia-de-forma-fundamentalista-e-perigoso> >. Acesso em: 03 maio.2024.

<sup>79</sup> PESQUISA IPEC. Evangélicos são os que mais acreditam na chance de o Brasil virar comunista. Jornal Estado de Minas. Publicado em 19 de março de 2023. Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/19/interna\\_politica,1470652/evangelicos-sao-os-que-mais-acreditam-na-chance-de-o-brasil- virar-comunista.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/19/interna_politica,1470652/evangelicos-sao-os-que-mais-acreditam-na-chance-de-o-brasil- virar-comunista.shtml#google_vignette) >. Acesso em: 05 maio.2024.

<sup>80</sup> Pesquisa Atlas. Invasão do Congresso do STF e do Planalto/08 e 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <[https://static.poder360.com.br/2023/01/Pesquisa\\_Atlas\\_Invasao\\_do\\_Congresso\\_do\\_STF\\_e\\_do\\_Planalto\\_08\\_09.pdf](https://static.poder360.com.br/2023/01/Pesquisa_Atlas_Invasao_do_Congresso_do_STF_e_do_Planalto_08_09.pdf)>. Acesso em: 05 maio.2024.

capítulo anterior, os posicionamentos pouco favoráveis à democracia, de Silas Malafaia e Marcos Feliciano. Mas, entre os jovens e adolescentes, é Nikolas Ferreira que tem tido imensa popularidade. Uma reportagem do portal Uol, assim evidencia:

O nome mais conhecido entre a juventude da Igreja Batista da Lagoinha, uma das principais agremiações evangélicas do Brasil, não é o Diante do Trono e muito menos André Valadão. Atualmente o grande popstar entre adolescentes e jovens da denominação é o deputado federal Nikolas Ferreira (PL), que além de membro ativo, virou até adjetivo entre a molecada nos retiros e em conversas do dia a dia. O NaTelinha fez um extenso levantamento entre centenas de jovens e adolescentes, inclusive filhos de líderes religiosos, e encontrou um mesmo padrão: todos são fãs de Nikolas e tratam o jovem deputado como uma espécie de deus da política<sup>81</sup>(Portal Uol, 2023).

Atento à audiência desse segmento, Nikolas Ferreira fez questão de explanar sua visão sobre os acontecimentos de 1964. Em 2020, produziu um vídeo na sua plataforma do Youtube, com o título “seu professor nunca te contou (regime militar)”. Com essa ação, Nikolas deixava patente que almejava se comunicar com o público estudantil, e queria entrar em cena para disputar as narrativas sobre a ditadura militar.

Na publicação de 4 minutos e 9 segundos, com mais de 100 mil visualizações, utiliza a estratégia de explicitar pontos em que os docentes de história estariam “omitindo” ou mesmo “negando” em suas narrativas feitas à comunidade escolar. Os tópicos a serem “desmascarados”, segundo a liderança juvenil evangélica, em síntese, são:

1-“Não houve golpe, uma vez que houve apoio popular”, 2-“Suaviza a quantidade de mortos no Brasil, comparando com o número de vítimas do regime cubano”, 3-“Apresenta recortes de partícipes da luta armada, os quais afirmam ter lutado pela ditadura do proletariado”, 4- “Tenta negar a existência de tortura, ao relatar o caso da jornalista Míriam Macedo, que confessou ter mentido a respeito de maus tratos na ditadura”, 5-“Mostra trechos de depoimento do ex-marido de Dilma Rousseff, em que confessa a prática de roubos a bancos e ataques aos quartéis para se obter armas”, 6- “Apresenta Dilma Rousseff como militante da VPR, revelando que o grupo fora responsável pelo atentado no QG do II Exército, em 1968, vitimando o soldado de 18 anos, Mário Kozel Filho”, 7- “Afirma que no período houve crescimento econômico com

---

<sup>81</sup>Como Nikolas Ferreira virou popstar e adjetivo na Igreja Batista da Lagoinha. Portal Uol. Publicado em 17/07/2023. Disponível em: < <https://natelinha.uol.com.br/politica/2023/07/15/como-nikolas-ferreira-virou-popstar-e-adjetivo-na-igreja-batista-da-lagoinha-199514.php> >. Acesso em: 05 maio.2024.

média de 12%, fazendo o Brasil sair da 46<sup>o</sup> para 8<sup>o</sup> posição no governo Médici” 8- “Criação de 13 milhões de empregos”, 9- “criação da Eletrobrás, FGTS, Infraero, Polícia Federal, entre outros”, 10- “Admite ter ocorrido o aumento da dívida externa no período”, 11- “alega que a narrativa do período da Ditadura Militar sempre foi da esquerda, deixando-se de lado obras como 1964 o Elo Perdido (Mauro "Abranches" Kraenski, Vladimír Petrilák) e a Verdade Sufocada (Carlos Brilhante Ustra), 12- “Nikolas, questiona, pôr fim, a existência de uma ditadura que permitiu a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e a boa vida de artistas que criticavam o governo, exibindo imagens destes divertindo-se na praia durante o período.

Tivemos o cuidado de enumerar os pontos abordados pelo conservador/fundamentalista, para exteriorizarmos o imenso desafio que é lançado aos docentes da disciplina de História. Em um curtíssimo tempo, a extrema direita mobiliza uma gama de questões e narrativas, as quais não importa a ela, solucioná-las, entendê-las ou aprofundá-las, mas simplesmente embaralhar, confundir e deturpar o passado a seu favor.

Nikolas apresenta essa ideia ao afirmar “A narrativa do período militar sempre foi da esquerda”. Ao fazer isso, delineia como pano de fundo uma convocatória à extrema direita, que passa a trazer para si, a missão de ocupar o espaço escolar com seus discursos, memórias e representações. Muitos desses argumentos, passaram a ser replicados pelos estudantes em todo o país, desvelando a organização e a força do radicalismo que tomaram conta dos centros de ensino.

Mas o que nós professores podemos fazer diante desse movimento que só se amplia? Que práticas educativas podem propiciar a mudança de identidades tão conflitivas? Buscaremos conceder respostas possíveis para tais indagações no próximo tópico, onde pensamos em como problematizar fontes evangélicas de ontem e hoje contra tais homogeneidades, descortinando o olhar dos discentes para a riqueza das substâncias arraigadas às temporalizações dos sujeitos religiosos, adornados de especificidades, diferenças e semelhanças, determinando formas complexificadas de posicionar e conceber o passado.

## 5. TRAÇANDO PERCURSOS DIDÁTICOS POSSÍVEIS.

Em algumas oportunidades, em que presenciei os teóricos do ensino discorrerem soluções e possibilidades de aprendizagens, nitidamente era possível ouvir os murmúrios dos colegas, retorquindo sobre a impossibilidade de tais ideias serem aplicadas em sala de aula. O sentido carregado por esses lamentos, é que muitas vezes há uma distância significativa entre a teoria e aquilo que é possível ser realizado nos ambientes de ensino. Na educação, não existe fórmulas infalíveis ou fechadas. Nesse sentido, a prática educativa, assemelha-se mais a um longo e permanente processo de erros e acertos, de acolhidas e rejeições, de avanços e retrocessos, de ajustes e revisitações, de tarefas que resultam em algumas vitórias e também algumas derrotas ou fracassos (Alberti, 2014).

Nessa engrenagem processual, o professor de história, realiza escolhas constantes, faz opções de conteúdos, metodologias, atividades, articula ainda saberes da disciplina e de ofício, orquestrando todo um conjunto de etapas possíveis para se alcançar o grande propósito de uma aula, conduzir os discentes em caminhos que os possibilitem pensar historicamente.

No primeiro instante, tudo parece ser bem ajustado, estável, seguro. Mas, de repente, surgem os imprevistos: circunstâncias cotidianas, inesperadas, que nos obrigam a reanalisar os métodos, reformular táticas, estratégias, e também, se a situação assim exigir, retroceder. Metaforicamente, a aula acha-se tal qual um texto, onde o professor autor, se situa como aquele que narra e escreve. Contudo, ele não é o único a produzir o texto, mas sofre intervenções de outros coautores, os estudantes. Estes, com comentários, dúvidas e críticas, alteram a lógica da narrativa, modificando os rumos da escrita e da linguagem inicial (Mattos, 2016).

Quando se trata de abordagens de temas sensíveis como a ditadura militar, a possibilidade de “imprevistos” aumenta consideravelmente. Até mesmo porque vivemos em um contexto em que personagens políticos do presente trouxeram para o centro do debate público, visões particulares do passado autoritário, entrelaçando memórias, representações, simbologias e identidades, forjando uma fusão de componentes extremamente propensa a reações intempestivas.

Em decorrência disso, as cenas das salas de aula, cada vez mais vêm se transformando numa verdadeira zona de guerra (Gasparotto; Bauer, 2021). Em grande parte, a motivação dos conflitos se dá, quando determinados saberes escolares vão de encontro às “bagagens” culturais trazidas pelos estudantes. Afinal, estes, chegam nos

espaços de ensino com suas “bibliotecas” do viver, revestidas de lembranças e traumas, crenças e valores, costumes, linguagens e afetividades dos seus bairros, das suas ruas, de suas famílias e amigos, mas ainda das igrejas as quais participam, etc. (Rocha, 2009).

Esse temor de quão o conhecimento escolar pode ser nocivo, é mais do que habitual em grupos cujo repertório cultural é fundamentado pelo universo religioso. Não à toa, muitas identidades de fé, como a fundamentalista, passam a determinar o território educacional como um perímetro dominado pelo mal. Com receio, seus filhos são encaminhados à zona do inimigo, admoestados a ficarem em estado de constante vigilância, atentos aos movimentos ou aos dardos do adversário de suas almas. Silva, dialogando com o pensamento de Costa (2011), nos explica:

esse conflito repousa no fato de que parte expressiva do grupo dos evangélicos pentecostais e neopentecostais acredita que é no interior do templo e nas discussões e interpretações da Bíblia que são constituídos os conhecimentos e as verdades. Nesse contexto, os conteúdos escolares que entram em confronto com sua cosmovisão são, automaticamente, deslegitimados e tidos como indesejáveis, devido ao seu potencial de desviar os sujeitos dos caminhos da fé. É nesse sentido que a autora ressalta que “as verdades da escola” se distanciam das “verdades do templo” e que a escola pode representar um espaço de tensão quanto às expectativas que essas famílias nutrem a propósito do papel da instrução na vida dos filhos (Costa apud Silva, 2023, p.95).

Em face desse vultoso imprevisto de antagonismos, entre verdades enraizadas em crenças sobrenaturais e o saber escolar interligado ao método científico, o que pode o professor fazer? É Fernando Seffner que nos orienta:

no território do ensino de história devem estar alojados não apenas os conteúdos, os conceitos, as teorias e as informações históricas, mas deve haver espaço para as perguntas imprevistas. Minha percepção é de que os docentes, em sua imensa maioria, lidam mal com estas interrupções, consideradas muitas vezes como agressões a fala do professor. Talvez em algumas situações elas sejam mesmo agressivas. Mas isso não tira seu valor como tentativas de aproximar o conteúdo exposto da vida dos alunos. Se não há uma regra de como lidar com isto, há um procedimento que me parece saudável: anotar as cenas, refletir sobre elas, converter algumas delas em tema de discussão nas reuniões de professores. Somente assim poderemos achar as saídas mais produtivas, e estar preparados para dar o encaminhamento pedagógico mais adequado a esta enxurrada de comentários que parecem sempre “fugir da matéria” e levar a aula para terrenos espinhosos (Seffner, 2011, p.15).

Seffner nos designa que o imprevisto não pode ser concebido como algo alheio ao educar, como se fosse uma substância estranha, mas é imanente à prática educativa. Por

mais que tal processo, invariavelmente, signifique passar por momentos de extremada dificuldade. Com essa noção, é preciso que o docente revise e volte o seu olhar para as problemáticas e adversidades sofridas, fazendo de sua ação em sala, objeto de indagações e análises, determinando-se, por conseguinte, como um professor pesquisador de si. Atento as etapas de averiguação e voltado para estágios primevos da atividade educativa, tais como a aprendizagem. Mas por que a aprendizagem? É Libâneo que nos responde: “o como se ensina depende de saber como os indivíduos aprendem (Libâneo apud Schmidt, 2021, p.34).

Ao tratarmos de aprendizagem, referimo-nos a uma categoria integrada à própria ciência de referência, qualificando-se como uma aprendizagem histórica, que por sua vez possui um genuíno campo de estudo, a Didática da História (Rüsen, 2016). Nesse sentido, Schmidt, nos enuncia:

Destaca-se assim, a questão da aprendizagem histórica como necessidade social e as relações entre as competências relacionadas com a disciplina especializada, problemática que põe em relevo a especificidade da racionalidade histórica, as bases do conhecimento e do pensamento histórico, bem como a especificidade do trabalho científico prático a serem desenvolvidos na reconstrução do passado (Schmidt, 2020, p.77).

Dessa maneira, o conhecimento histórico, passa a articular organicamente tanto vida prática quanto saber científico. Portanto, trata-se de um movimento inclusivo das vivências dos sujeitos, que vai além de uma apreensão simples e pura daquilo que se passou, possibilitando exercícios reflexivos e orientações em suas relações com o presente, passado e futuro. Tarefa que não intenciona executar a construção do tempo pretérito, mas sim reconstitui-lo e reconstruí-lo, impulsionando novas compreensões e narrativas.

O conhecimento histórico escolar, sob esse pressuposto, torna-se uma circunscrição cognitiva autêntica, para formular em sala de aula, atividades facilitadoras de reestruturação do tempo decorrido. Em vista disso, deve-se atentar as carências, interesses e pontos de vista dos discentes, perspectivas que regularmente chegam até as unidades de ensino, revestidas de senso comum, preconceitos e radicalismos, de modo que cabe aos educadores fornecer-lhes contribuições possíveis, para que o pensamento fragmentado e desorganizado, experiencie reformulações, alcançando estágios mais elaborados (Barca, 2012).

Dialogando com essa perspectiva, Paulo Freire, ao firmar os princípios de uma educação humanista e crítica, já configurava posicionamento semelhante, abordando trajetórias transformativas da curiosidade dos educandos, no processo de ensino-aprendizagem:

Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando 'curiosidade epistemológica' (Freire, 2011, p.31).

O acesso dos discentes à metodização e sistematização dos conteúdos escolares, mostra-se, portanto, como atividade elementar para se galgar outros níveis do pensamento histórico, destituindo por sua vez, a falsa noção de conhecimento pronto e acabado, como nos fala Prats:

Quando se incorporam conhecimentos de ciências sociais às aulas, estes são apresentados como conhecimentos prontos, acabados, e em consequência os alunos não os relacionam exatamente com aquilo que é próprio de uma ciência. Acabam por considerar como científicas apenas as disciplinas das ciências naturais ou físicas e matemáticas, enquanto as sociais são percebidas como elementos de cultura, de curiosidade ou de mera repetição de datas comemorativas e acidentes geográficos (Prats, 2006, p.194).

Prats desvela que é preciso apresentar os aspectos científicos das ciências que estudam a sociedade, rompendo com pechas comumente citadas pelos estudantes, que as enxergam como disciplinas memorizadoras, ou que pouco oportunizam tarefas, que implicam em resoluções de problemas. Com isso, é necessário que os planejamentos das respectivas áreas, como a História, desenvolvam trabalhos educativos que ofereçam aos alunos/as a experiência de imergir nos procedimentos racionais dos saberes.

Em consonância com essa pressuposição, Caimi (2015) especifica ainda mais a questão, apontando formas a ser aplicado nas aulas de História, dispondo o estudante não como um receptor de conteúdo, mas um sujeito que exerce protagonismo em seus processos de aprendizagens. A autora, além de firmar a defesa do contato dos alunos e alunas com o uso de fontes históricas, apregoa também a necessidade de se evocar assuntos condizentes aos novos sujeitos escolares:

As exigências de trabalhar com metodologias ativas do campo pedagógico, que assegurem maior protagonismo dos estudantes em seus percursos de aprendizagem, de modo a superar a perspectiva enciclopedista, verbalista e assentada apenas na memorização do passado que tem marcado esta disciplina; o uso de metodologias próprias do campo da investigação historiográfica, que aproximem os estudantes do ofício do historiador, como o trabalho com fontes históricas em sala de aula; a atenção a temas que dizem respeito aos novos sujeitos que adentram à escola, especialmente à diversidade de grupos étnicos e culturais e às questões de gênero (Caimi, 2015, p.6).

A partir dessas orientações teóricas, objetivamos desenvolver uma proposta de aula que pudesse efetivar a praticidade dessas ideias no espaço escolar, de modo a trabalhar com questões socialmente vivas, como a temática da ditadura militar, e oportunizar outras memórias e outras histórias, tais como a dos evangélicos, afinal:

A História se dá no conflito. Assim, as novas vozes, novas identidades, novas histórias aparecem no conflito e na disputa. Para esse autor, a História perdeu “seu próprio destino histórico”, ao menos no que tradicionalmente se esperava, portanto, seu ensino está desafiado a abandonar a dimensão da moral sustentada na máxima história *magister vitae*, a dimensão patriótica e a suposta neutralidade de sua narrativa. Para Carretero, é preciso mover alicerces e ouvir ‘outras histórias’ (Moraes; Barbosa; Freire, 2021, p.93).

É para esse campo conflituoso, que trouxemos um acervo de lembranças pouco conhecidas. As memórias evangélicas para além de revelar ideias, comportamentos e as variadas matizes que permeiam a existência e as práticas do ethos protestante brasileiro, demonstra-se também extremamente relevante para conhecermos a complexidade do regime instalado em 1964.

### **5.1. PROPOSTA DE AULA - Os Evangélicos Ontem e Hoje: entre memórias, identidades e ditadura militar.**

**Objetivo Geral:** Estabelecer uma proposta de ensino da ditadura militar, a partir de percursos problematizadores das lembranças evangélicas.

#### **Objetivos Específicos**

- Introduzir um saber a respeito da história dos sujeitos evangélicos no relato escolar, localizando sua participação em relação ao regime autoritário brasileiro instituído em 1964-1985.

- Formular atividades investigativas junto aos discentes, tendo por base a criação de uma aula histórica.
- Analisar as múltiplas identidades correspondentes às lideranças evangélicas do tempo presente e suas respectivas disputas em torno do regime ditatorial.
- Trabalhar conceitos históricos com vistas a promover e fortalecer nos discentes, valores democráticos e humanitários a partir da temática abordada.

## 5.2. METODOLOGIA

A metodologia adotada, propõe um diálogo com a Didática Reconstitutivista da História, referenciada na Matriz Didática de Rüsen (2016). Pressuposição que defende a intrínseca relação orgânica entre ciência e vida humana, sendo estudantes e docentes, o limiar e a finalidade do processo de ensino-aprendizagem.

O que significa afirmar que, a partir das variadas necessidades e demandas vividas por esses sujeitos, nexos com teorias de aprendizagens, vão se formulando em prol de soluções e respostas, proporcionando, por sua vez, contatos com conceitos históricos substantivados e epistemológicos. Dessa maneira, a aula de História, torna-se um lugar de percursos racionais, onde os métodos da ciência referencial são reconstruídos. Sob essa condição, o trabalho educativo com fontes, mostra-se fundamental para introduzir os estudantes em operações sistematizadas do saber histórico (Schmidt, 2020).

Em consonância com esse pensamento, uma explanação a respeito das memórias evangélicas, sobre o contexto ditatorial no Brasil, necessariamente, deve preocupar-se não apenas em obter dos estudantes o que eles/elas compreendem ser uma ditadura, mas também seus entendimentos prévios a respeito de outros conceitos interrelacionados com a temática estudada, tais como democracia, memória, história, identidade, fontes históricas, entre outros. Com essa estratégia, o docente passa a conhecer, ouvir e exercer o papel de um investigador social, onde o educando tem suas ideias, valores e conceitos, pensados e refletidos, ocupando um lugar de reconhecimento na construção do próprio saber (Barca, 2004).

Ademais, a introdução dos discentes em operações de trabalho junto a fontes e teorias, pode propiciar uma eficaz tática de combate aos efeitos das narrativas negacionistas, falseamentos e distorções do conhecimento histórico no tempo presente. Nesse caso, as lembranças dos atores evangélicos, revelam-se um material bastante

fecundo para ser analisado, sendo passível de fornecer, a partir de discursos problematizadores, interpretações inteligíveis do passado.

Em busca de alcançar a concretização dessa ação, desenvolvemos uma prática educativa sustentada na criação de uma Aula Histórica, estruturada em 5 etapas sequenciais. O tempo de duração de cada fase e a sua respectiva ordem, deve obedecer a individualidade de cada turma. Uma vez que, as dinâmicas das tarefas se alteram de acordo com as características e particularidades dos grupos estudantis.

### **5.3 “Explorando os saberes estudantis”**

Esse primeiro momento é fundamental, pois trata-se de um instante de escuta, onde o docente deve formular assimilações conceituais junto aos estudantes. No entanto, como ponto de partida, sugerimos ao educador uma conversa prévia para esclarecer com a turma os assuntos que serão discutidos, pois não podemos esquecer que são temas extremamente sensíveis, não somente pelo conteúdo do regime militar, o que por si, já seria motivo para precauções, mas também por trazer à reflexão, sujeitos religiosos, no caso, os evangélicos. Após esse direcionamento inicial, vamos ao segundo passo.

Na sequência do diálogo introdutório, solicitamos que o professor realize uma sondagem dos conceitos de Democracia, Ditadura, Memória, História, Evangélicos e Fonte Histórica. A captação pode ser feita através de diálogos ou textos curtos, onde o estudante deverá expor seu entendimento sobre as categorias enunciadas. Essa ação, encontra-se firmada nas palavras de Schmidt, que diz:

Tanto quem ensina, quanto quem aprende, interagem com formas diferenciadas de manifestação da consciência histórica, expressando aspectos interculturais do modo como dão sentido à sua experiência do tempo e no tempo. Assim, é fundamental que o ponto de partida do processo de aprendizagem seja o levantamento e categorização das carências e interesses dos sujeitos, sempre partindo do diálogo com a maneira como cada um deles está inserido na vida prática humana, lembrando que a forma pela qual os professores compreendem a sua inserção na vida prática explicita compreensões diferentes dos alunos. As carências e interesses podem ser investigados, por exemplo, a partir das suas relações com os discursos da memória e do patrimônio histórico material e imaterial (Schmidt, 2021, p.182).

Na narrativa ou escrita feita pelos discentes, deve-se captar carências e interesses relacionados ao tema estudado. Para além disso, nas entrelinhas das letras, ou nas palavras emitidas, emanam-se vivências, crenças, valores, elos sociais, religiosos, etc. Amálgama

de concepções suscitadas com base nas múltiplas interações sociais de sua realidade. Por isso, é passível que dentro de tais explanações, muitos dos posicionamentos apresentem também distorções e deslocamentos relativos aos saberes históricos, principalmente nas ideias a respeito da ditadura militar. Como bem nos adverte Raggio:

mais do que se costuma supor, são os intercâmbios linguísticos que se produzem na trama local os que incidem com força nos processos de transmissão das experiências passadas às novas gerações. É nesse território em que, por exemplo, em que resistem e circulam aqueles relatos que continuam evocando o passado ditatorial como um tempo onde tudo foi melhor (...) são memórias quase privadas, porque se transmitem de pessoa a pessoa e circulam nas famílias, inclusive nas aulas escolares (Raggio, 2015, p.336).

Com base nisso, é importantíssimo que o educador realize bem o registro dos pensamentos explicitados, observando a exigência de reordenamentos didáticos, como também, para posterior análise verificativa, onde atentará para as reformulações e avanços cognitivos existentes, ou mesmo inalterações e continuísmos do jeito de pensar. Afinal, invariavelmente, preconceitos, intolerâncias e sentimentos autoritários, estão fixados em dimensões vitais das identidades adotadas pelos agentes escolares, quer sejam professores, quer sejam estudantes.

#### **5.4 “Entre Memórias e História: Quais as diferenças?”.**

Nessa etapa, com o entendimento prévio, sobre o que os estudantes discorreram sobre História e Memória, logo na primeira sequência. Espera-se que o docente aprofunde o diálogo, procurando instituir pontes de entendimento sobre questões, tais como, o que pensam os jovens sobre a História? Como se relacionam com os saberes produzidos por ela? Consideram a História possuidora de um caráter científico? Como se faz História? Qual a importância da História para sua formação humana? Os acontecimentos do passado, suscitam impactos no presente? A História é capaz de ajudá-los, na orientação de decisões e na resolução de problemas?

Além de todas essas inquirições, o professor deve ainda inserir no debate a interligação entre História e Memória, apontando suas propriedades e distinções. Em vista de tais perspectivas, as definições de Nora são precisas:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do

esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta [...] porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna mais prosaica (Nora, 1993, p.9).

Para apresentar de forma mais exata os aspectos da memória e facilitar sua respectiva apreensão junto aos estudantes, o docente pode explorar fatos cotidianos e corriqueiros, relacionados ao universo social estudantil. Ao tratar do atributo emotivo da matéria mnésica, pode-se trazer, por exemplo, o saudosismo comum de pessoas mais velhas, que concebem a época em que viveram, infância e juventude, de maneira demasiadamente romantizada, daí ser comum, ouvirmos frases, como: “Foi-se o tempo em que as músicas eram boas” ou “No meu tempo as coisas eram diferentes, não tinha criminalidades...”. A memória sujeita a deformidades, esquece-se das dores, das tristezas, evocando simplesmente a fantasia do imaginário, que tende adornar o passado como algo majestoso (Halbwachs, 1990).

Decerto, cada dimensão tem sua atribuição societária a executar, por isso, tanto a Memória, a História, quanto o saber escolar, são indispensáveis à construção de uma sociedade e nação:

não pode haver coletividade sem recordação compartilhada, como não pode existir uma nação sem história comum (no duplo sentido de acontecimentos vividos no passado e de lembranças divididas deles). Por isso, acreditamos que parte do ensino da História deve dedicar-se a administrar essas recordações. Mas aqui há uma diferença entre ensino da História e transmissão da memória compartilhada. A História é crítica: nega-se a esquecer o doloroso, não nos deve esconder coisas de que agora podemos não gostar; deve-nos ensinar que, às vezes, fomos vítimas, mas, em outras, carrascos, e que o limite entre um e outro pode ser muito tênue. Mas, além disso, a História não é apenas relatos, não é somente algo que se recebe, mas é também e sobretudo um conjunto de recursos para nos ajudar a compreender (Carretero, 2007, p. 23).

Em tempos de turbulências extremistas e seus respectivos falseamentos mnemônicos dos fatos e acontecimentos do passado, é imperioso trazer essas discussões e debates para sala de aula, os estudantes precisam reconhecer as faculdades da memória, distinguindo-a do conhecimento escolarizado.

Referente a esse tópico, é razoável que alguns docentes optem pela inversão da sequência 2 para a sequência 1. Nossa opinião, é que, ao anteciparmos nossa fala sobre os conceitos e diferenciações, podemos intimidar os educandos, gerando bloqueios consideráveis em relação aquilo que pensam. O que acabaria por comprometer a

aproximação desejada. Todavia, a ideia desse esquema investigativo não é formar ações estáticas, pelo contrário, trata-se de formular estratégias educativas totalmente passíveis de adaptações às necessidades e características dos educadores e instituições de ensino.

### **5.5. Memórias Evangélicas, Identidades e Ditadura Militar: “Percorrendo trajetórias investigativas em sala de aula”**

Esta sequência, constitui-se numa fase articuladora de múltiplas tarefas. Tal qual Schmidt, nos admoesta:

Considerando os procedimentos adotados pelo historiador na produção do conhecimento histórico, o(a) professor(a) organiza metodologicamente a sua prática docente, indicando diálogos entre discursos provenientes de fontes históricas – primárias e secundárias, problematizando-os e interpelando-os, possibilitando interlocuções dos alunos entre si e deles com as vozes do passado, interpretando-as e problematizando-as à luz de sua vida prática no presente. A interpelação do passado a partir das fontes tem como ponto de partida as questões ou perguntas suscitadas pelos sujeitos no contexto de seu horizonte social (Schmidt, 2021, p.182).

Trata-se aqui de propiciar o contato direto dos estudantes com as fontes históricas. Entretanto, espera-se que nesse momento, os partícipes da ação didática, estejam seguros quanto a determinados conceitos de segunda ordem, como fontes. Caso o educador perceba lacunas e dúvidas existentes, deve aproveitar para saná-las. Mas, afinal, o que é Fonte Histórica?

Fonte Histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural<sup>82</sup> (Barros, 2019).

Da multidiversidade de fontes e evidências, as quais os historiadores devem analisar e indagar, concomitantemente, surgem metodologias e tratamentos diversificados

---

<sup>82</sup>Este texto é adaptação do capítulo inicial do livro Fontes Históricas – uma introdução ao seu uso historiográfico (2019). Utilizo-o como ponto de partida simbólico para este Simpósio Temático sobre Fontes Históricas, de cuja coordenação participo neste Encontro da ANPUH (História e Parcerias, 2019).

de como instrumentalizar tais fontes. No caso das memórias, elas se encontram circunscritas sob a esfera da história oral. Alberti é quem nos orienta, sobre o seu uso:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo do passado e do presente (Alberti, 2004 e 2013). Uma de suas especificidades consiste em privilegiar narrativas de experiência pessoal como forma de ampliação do conhecimento. Essas narrativas nos aproximam tanto “daquilo que ocorreu no passado” como das maneiras como as pessoas se lembram daquilo que ocorreu no passado (...)Entrevistas de história oral – assim como outros documentos retrospectivos, como relatórios, atas, autobiografias, etc. – são mais do que relatos do passado; são também ações no presente, pois, ao concordar com sua realização, seus autores e suas autoras têm em mente, com razão, incidir sobre a realidade. Assim, para analisar essa fonte, precisamos, como em todas as fontes, perguntar-nos sobre as intenções de quem a produziu e preservou (não só os/as entrevistados/as, como os/as entrevistadores/as e suas instituições) e precisamos perguntar-nos para quem, além de seu/sua interlocutor(a) direto(a), o(a) entrevistado(a) está falando (Alberti, 2021, p.204).

Após as considerações acima, direcionamos o professor que inicie a explanação desta sequência, a partir de uma perspectiva identitária dos evangélicos, explorando a diversidade desse coletivo religioso, a nível de costumes, doutrinas, crenças, posicionamentos, etc. Esse olhar inicial sobre a questão identitária, possibilita trabalhar com o aluno, conceitos de mudanças, mas também continuidades. Pois, apesar da liberalização dos costumes, muitas dessas igrejas são mantenedoras de visões bastante conservadoras. Em vista disso, disponibilizamos três fontes imagéticas, para serem analisadas com os jovens:

Figura 6 - Igreja Assembleia de Deus Florianópolis-1953



Fonte: imagem publicada no site oficial da Assembleia de Deus – Florianópolis- SC.  
Disponível em: @adfloripa.com.br/nossa-história. Acesso em: 17 março. 2024.

Figura 7- Culto na igreja Bola de Neve. Goiânia.



Fonte: imagem publicada no site oficial da igreja Bola de Neve Church. Disponível em: [@boladeneve.com/igrejas/goiania](https://boladeneve.com/igrejas/goiania). Acesso em: 17 março. 2024.

Figura- 8 - Igreja Crash Church- Veja SP, 2017.



Fonte: imagem publicado no site oficial da Veja. Disponível em: [@vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/igreja-heavy-metal-crash-church](https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/igreja-heavy-metal-crash-church). Acesso em: 03 março. 2024.

O conceito de evangélicos mostra-se assim, tal qual um corpo multifacetado, sendo um cabedal de inúmeras denominações. Categorização defendida pelo sociólogo Mariano:

O termo evangélico, na América Latina recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus,

Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa de Bênção, Universal do Reino de Deus, etc. (Mariano, 2014, p.10).

Nesse instante, o professor pode esquadrihar com a turma a categoria identidade, revelando-lhe como uma substância mutável, que se forja nas relações com o Outro. A partir desta referência relacional, firmam-se afinidades, estranhamentos, marcações simbólicas e sociais, tanto em relação ao presente, mas também aos fatos passados. Daí a intrínseca ligação entre identidades e memórias, enunciada por Pollak (1992):

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros, vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (Pollak, 1992, p.5).

Se a identidade evangelical é estabelecida em seus diálogos com o agora e com o passado, de que forma ela se conecta com os saberes da História, e mais especificamente, o conteúdo da ditadura militar? Quais as lembranças evangelicais sobre os acontecimentos de 1964? O professor ao lançar essa indagação, pode distribuir ou projetar, as seguintes memórias e fontes:

#### Memória 1-

Pastor Marcos Feliciano nega ter existido ditadura no Brasil.

Que repressão você tá falando? Que ditadura? [...] no Brasil nós tivemos uma intervenção militar com apoio do Congresso Nacional que nunca foi fechado, com votos das pessoas, tudo mais e governaram nosso país [...] eu fiquei sabendo na Comissão da Verdade, criada pela Luiza Erundina, que 436 pessoas morreram e mais umas 500, 600 desapareceram. Isso em 22 anos de regime militar. Ditadura eu te falo que a União Soviética, 30 milhões assassinados; China, mais 65 milhões assassinados por Mao e por aí vai. Isso é ditadura [...] aqui, no Brasil, esses que foram assassinados são esses comunistas que soltavam bomba, são esses comunistas que mataram pessoas,

que sequestravam pessoas (Pastor Marcos Feliciano, entrevista feita em 2018, a rádio Pânico)<sup>83</sup>.

#### Memória 2

Visita dos agentes da repressão na CEB em busca de atividades subversivas e expurgos dos membros contrários ao governo em 1964.

No dia 1º de abril de 1964, o movimento militar derrubou o Presidente João Goulart. A Junta de Diretores da CEB (Confederação Evangélica Brasileira) realizou uma reunião extraordinária, quando a exoneração de Jether, Waldo, Francisco e Domício foi proposta. Ao mesmo tempo, um oficial do governo que se dizia investido de tal autoridade visitou a CEB para examinar os seus arquivos e documentos e para descobrir possíveis atividades políticas subversivas da entidade. Tratava-se, sem dúvida, de um momento extremamente difícil. O Exército, agora no poder, tinha forçado a aprovação de um Ato Institucional no Congresso, legitimando o golpe militar e se baseava no mesmo expurgo de pessoas que tinham estado envolvidas em atividades políticas contrárias aos objetivos da revolução, cassando os seus direitos políticos por dez anos. Foi precisamente nesse momento que a Diretoria decidiu demitir tais pessoas, e estas receberam ordem de não irem mais à sede. [...] a Conferência do Nordeste tornou essa ruptura ainda mais aguda, e tudo culminou com a expulsão do grupo progressista [...] em quase todas as igrejas as medidas extremas tomadas pela Diretoria tiveram repercussões desfavoráveis [...] as agências ecumênicas e as juntas de missão em Nova York e Genebra interromperam a sua ajuda financeira aos programas e atividades da CEB. (Domício Mattos, pastor presbiteriano e funcionário do quadro da CEB-1965)<sup>84</sup>.

#### Memória 3

Vigilância do DOPS sobre o Setor de Responsabilidade Social da Igreja-Confederação Evangélica Brasileira, em 1960.

Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em, na reunião (da Confederação Evangélica do Brasil) e me avisaram: ‘Tem um senhor querendo falar com você’. Eu perguntei: ‘Quem é?’ Responderam: ‘Não sei; não quis dar o nome’. Fui lá. Um cavalheiro muito bem vestido, de paletó, gravata, que perguntou: ‘O senhor é Waldo César?’ Eu disse: ‘Sim’. Respondeu: ‘Eu queria conversar com o Sr. Particularmente’. Fui para outra sala. Ele apresentou a carteira do DOPS. Eu perguntei: ‘O que houve?’ Ele respondeu: ‘Nós estamos aqui preocupados com o que estão discutindo. Que negócio é esse de nacionalidade? Que é isso?’ Aí me deu um estalo e eu perguntei: ‘O senhor tem tempo?’ Ele disse: ‘Como assim?’ Respondi: ‘O senhor tem tempo? Porque eu tenho que começar com o Profeta Amós’. O cara me olhou e repetiu: ‘Como assim?’ Respondi: ‘É que essa história vem desde o século oito, antes de Cristo’. Ele me olhou espantado. Repeti: ‘Porque o Profeta Amós defendia uma sociedade nova, de justiça, e nós estamos tentando encontrar um caminho que nós queremos: um Brasil novo, uma nova nacionalidade de justiça’. O cara disse: ‘Tá, tá, chega, chega. Já entendi. Eu vou assistir a sua reunião hoje à tarde. O senhor não me apresente e não diga que eu estive aqui. Caso contrário, eu vou desmentir em público’. Sentou, ouviu, foi embora e nunca mais apareceu. O golpe foi em 1964 e eles em 60 já estavam se articulando. (Waldo

<sup>83</sup> FELICIANO, Marcos. Entrevista concedida ao Programa Pânico Jovem Pan em 26 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tSqZ3w5i5mc>>. Acesso em: 09 jun.2023.

<sup>84</sup> MATTOS, Domício Pereira. Posição social da Igreja. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Praia, 1965, p. 125-27. In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022.

César, leigo presbiteriano e Diretor do Setor de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil -2007)<sup>85</sup>.

#### Memória 4

O pastor da Igreja Batista de São Paulo, Enéas Tognini, em livro autobiográfico (2006), narra como articulou um movimento civil e religioso no combate ao comunismo. O evento, conhecido como 'O Dia Nacional de Jejum e Oração', foi agendado para 15 novembro de 1963.

[...] o Brasil inteiro naquele dia foi para os joelhos, jejum e oração. Houve pessoas que fizeram 48 horas de jejum e oração. O pessoal estava com medo, medo, medo da obra comunista. Eu chegava na tipografia e a pessoa fazia o impresso com preço de custo. Chegava em outro lugar e a porta estava aberta e [...] foi uma coisa tremenda o que Deus fez [...] aquela foi a hora de Deus, porque foi Deus que preparou. Eu não tinha capacidade para aquilo, nem dinheiro tinha para aquilo, agora o dinheiro ia aparecendo. Um senhor que trabalhava em banco, ele chegou e disse: "o senhor pode passar aqui?" Ele chegou e deu 100 mil, por que as despesas eram grandes, a gente mandava gente para todos os lugares [...] então eu passava por um canal lá perto de casa, um canal de televisão, aí a pessoa convidava, vamos falar do dia de jejum. Então eles mesmos propagaram<sup>86</sup> (Pastor Igreja Batista- Enéas Tognini- 2006).

#### Jornal 1- Brasil Presbiteriano -1964

Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão se regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo de comunistas e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil [...] pastores, Seminaristas, Presbíteros, crentes, não podem abraçar a ideologia vermelha e permanecer na igreja. Se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem a jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho. Uma ou outra coisa. Ou Cristo ou Belial [...] é preciso o expurgo (Jornal Brasil Presbiteriano, 1964, p.7)<sup>87</sup>.

#### Jornal 2- O Estandarte- 1964

O País foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas [...] o antigo presidente da República não estava se conduzindo com austeridade, mas ameaçava levar o País a rumos perigosos [...] os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudanças radicais [...] posteriormente o Alto Comando Revolucionário, assumindo a liderança definitiva da situação, deu a conhecer o Ato Institucional (AI-1) sendo certo que sua vigência será justificada até que se eliminem as causas que motivaram a revolução, isto é, o Comunismo e a corrupção. Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora [...] daí representar a cassação de mandatos e direitos políticos de comunistas e corruptos medida

<sup>85</sup> CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007. In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022, p. 129.

<sup>86</sup> TOGNINI, Enéas. Autobiografia. São Paulo: Hagnos, 2006. p. 153-154 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 147. In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022, p. 129.p.43.

<sup>87</sup> Jornal Brasil Presbiteriano. In: ALMEIDA, Adroaldo José Silva. "Pelo Senhor, marchamos": Os evangélicos e ditadura no Brasil (1964-1985). Tese defendida na UFF. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4605083](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4605083)>. Acesso em: 03 fev.2024.

saneadora de grande alcance [...] a luta contra o Comunismo e contra a corrupção é imperiosa e deve realizar-se implacavelmente [...] nesta altura podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus, guarde o Presidente. Deus, salve a pátria<sup>88</sup> (Jornal O Estandarte, 1964).

#### Memória 5

Carta escrita por Jether Ramalho e dirigida ao secretário de Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), Luiz Odell, em 1967.

Tem-nos preocupado seriamente a situação que poderemos ter com Isal no Brasil. O governo Castelo Branco, dois dias antes de deixar o poder, promulgou uma Lei de Segurança, de tal ordem que todas as atividades podem ser enquadradas nessa lei. O conceito de segurança está sujeito a um arbítrio dos Tribunais Militares, e basta uma denúncia para o cidadão ser suspenso do seu trabalho, mesmo em organização privada. Qualquer relacionamento com entidade internacional, a qualquer título, considerada prejudicial ou perigosa, é crime contra a segurança nacional [...] estamos em expectativa [...] há um clamor público contra a Lei de Segurança, mas parece que Costa e Silva não deseja vê-la revogada. Não se alimenta esperança de um futuro tranquilo. A ‘linha dura’ parece que está mais fortalecida. Enfim, teremos que esperar um pouco mais para termos uma visão mais limpa<sup>89</sup> (Ramalho, 1967).

#### Memória 6

Perseguição ao Líder do movimento de juventude ecumênica de Curitiba. Eber Ferrer (Ferrer, chegou a ser preso, em 1968, por delação de um padre católico)

Quando o Anivaldo (Padilha) caiu num arrastão em São Paulo, eu fui informado pela sua mãe e deixei o Brasil via Genebra (em junho de 1970), onde vim a ser o secretário-executivo do International Council for the International Christian Youth Exchange (ICICYE), instalado na sede do Conselho Mundial de Igrejas, porém entidade jurídica autônoma, independente de sua estrutura. Época em que convivi com o professor Paulo Freire, que já conhecia de uma reunião na UNE no Rio, em 1961, e cuja metodologia havia empregado num programa de alfabetização de adultos em 12 comunidades pesqueiras do litoral catarinense (juntamente com Paulo Stuart Wright) em janeiro e fevereiro de 1964 (com a participação de cerca de 150 estudantes voluntários da UCE, nas férias de verão), o que me custou mais uma vez a marca de comunista, quando toda a inspiração e motivação do nosso trabalho com e entre os pescadores era profundamente cristã (Ferrer, 2004)<sup>90</sup>.

A apresentação de fontes variadas (memórias, cartas, jornais, etc.) tem o intento de desenvolver sobre os alunos e alunas, perspectivas multifacetadas. A partir dessa

<sup>88</sup> O país tem um novo presidente. O Estandarte, 15 abr. 1964. In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022.

<sup>89</sup> Carta de Jether Pereira Ramalho a Luiz Odell remetida em 16 mar. 1967. Documentação de Isal- Brasil. Arquivo pessoal de Jether Pereira Ramalho. In: CUNHA, Magali do Nascimento. Crise, esquecimento e memória. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 163.

<sup>90</sup> FERRER, Eber. Depoimento enviado por e-mail em 26 de agosto de 2004. In: DIAS, Agemir de Carvalho. O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994). A serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 190 In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022, p. 129.p.132.

experiência com documentos, é preciso que o professor fique atento as reações e expressões, mas também estimule o exercício de cruzamentos dos dados e informações nelas contidas. Impulsionando o olhar para as similaridades, divergências e sobretudo fazer interpelações (Mattozzi, 2008).

Para auxiliar nesse processo, o educador pode direcionar os estudantes a fazerem em seus cadernos, um relatório de cada fonte (quem produziu, o assunto abordado, as doutrinas, as lacunas deixadas, os interesses envolvidos, o público alvo, o que ficou sem respostas, etc.). Em meio a esse trato documental, os estudantes necessitam ter a noção de que não encontrarão a verdade absoluta do passado nas evidências disponibilizadas, mas uma realidade complexificada, onde o acontecimento não se localiza na circunscrição da homogeneidade, mas acha-se atravessado por dimensões múltiplas.

Após esse momento, espera-se que os discentes estejam carregados de perguntas e dúvidas, entusiasmados com as novas descobertas, para assim podermos dar sequência ao próximo passo.

## 5.6. “Desfragmentando para reconstruir”

O documento 1 foi enunciado pelo pastor Marcos Feliciano<sup>91</sup>. Fundador da igreja Assembleia de Deus - Ministério Catedral do Avivamento e deputado federal. O líder religioso, nos últimos anos, tornou-se um obstinado apoiador de Jair Bolsonaro. Em 2018, Feliciano ao ser indagado a respeito da ditadura militar, em um programa de rádio popular, assim se manifestou<sup>92</sup>:

Memória 1-

Que repressão você tá falando? Que ditadura? Aqui no Brasil? Nunca teve ditadura no Brasil [...] No Brasil nós tivemos uma intervenção militar com apoio do Congresso Nacional que nunca foi fechado, com votos das pessoas, tudo mais e governaram nosso país [...] eu fiquei sabendo na Comissão da Verdade, criada pela Luiza Erundina, que 436 pessoas morreram e mais umas 500, 600 desapareceram. Isso em 22 anos de regime militar. Ditadura eu te falo que a União Soviética, 30 milhões assassinados; China, mais 65 milhões assassinados por Mao e por aí vai. Isso é ditadura [...] aqui no

<sup>91</sup> Consideramos a fala de Feliciano uma “memória herdada”. Aqui seguimos a concepção de memória definida por Pollak que define: “Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. POLLAK, Michael. Memória e Identidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 2

<sup>92</sup> FELICIANO, Marcos. Entrevista concedida ao Programa Pânico Jovem Pan em 26 de outubro de 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tSqZ3w5i5mc>>. Acesso em: 09 jun.2023.

Brasil, esses que foram assassinados são esses comunistas que soltavam bomba, são esses comunistas que mataram pessoas, que sequestravam pessoas [...] (Feliciano, 2018).

O limiar da resposta, acompanhado pelas interrogações “Que repressão você está falando?” “Que ditadura?”, são utilizados como forma de antecipar uma recusa ou negação ao interlocutor. Aqui, é imprescindível, que o professor esclareça bem aos estudantes: a negação de existência de um regime autoritário no Brasil, não se referindo simplesmente a uma opinião pessoal do pastor, ou mesmo, uma narrativa restrita ao atual quadro político, mas trata-se de uma representação de memória, construída e partilhada sobre uma base coletiva, suscitada com a intenção de efetivar uma imagem comum de determinado acontecimento (Silva; Colvero; Knack, 2020).

Isto posto, a concepção explicitada desvela uma narrativa bastante difundida entre agrupamentos conservadores do tempo presente, que em conversação com o passado, apregoam em seu núcleo ideológico, movimentos de memória, primordialmente, condizentes com suas necessidades.

Vejamos como essa negação de Feliciano, integra-se com as fontes jornalísticas evangélicas, O Estandarte e Brasil Presbiteriano: “Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora” (Jornal 2- O Estandarte/1964); “Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão se regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril” (Jornal 1- Brasil Presbiteriano/1964).

Estabelecendo essa conexão, os estudantes poderão observar que, o relato emitido pelo pastor, concerne a uma argumentação criada ainda sob a conjuntura de 1964, quando os operadores do regime, se autoproclamaram realizadores de uma Revolução, que correspondia a uma necessidade da nação<sup>93</sup>.

Em vista disso, o dispositivo mnemônico, executado por Feliciano, acomoda-se em um rememorar que se mostra profícuo em seu continuísmo, já que possibilita aos operadores e colaboradores dos governos militares, ocupar um outro espaço da lembrança coletiva, não o de sujeitos violadores dos direitos humanos, mas o de “garantidores da democracia”.

---

<sup>93</sup> O Ato Institucional nº01, estabelecido em 09 de abril de 1964, em trecho do seu preâmbulo, assim dispõe: “O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 09 jun.2023.

Sobre tal questão, em matéria jornalística realizada em 1984, assim proferiu José Sarney: “no Brasil a Revolução foi feita em nome dos valores democráticos e nunca as Forças Armadas se levantaram, por cesarismo ou caudilhismo, de modo a tomarem o poder e deles se apossarem”.<sup>94</sup>

Figura 9 - Revanchismo, não. É o pacto da Aliança.



Fonte: O Globo, 25 de novembro de 1984.

Percebe-se, através da semelhança das falas, a existência de um mecanismo de reprodução de memória. Este, apesar do distanciamento temporal, conseguiu mediante elos de pertencimentos, manter uma vida útil para além do governo autoritário, preservando em si, uma essência que os conecta, que os une e os identifica. Contrapondo-se a essa perspectiva, o documento Memória 2, expressado pelas palavras do pastor Domício Mattos, assim declara:

No dia 1º de abril de 1964, o movimento militar derrubou o Presidente João Goulart. A Junta de Diretores da CEB (Confederação Evangélica Brasileira) realizou uma reunião extraordinária, quando a exoneração de Jether, Waldo, Francisco e Domício foi proposta. Ao mesmo tempo, um oficial do governo que se dizia investido de tal autoridade visitou a CEB para examinar os seus arquivos e documentos e para descobrir possíveis atividades políticas subversivas da entidade. Tratava-se, sem dúvida, de um momento extremamente difícil. O Exército, agora no poder, tinha forçado a aprovação de um Ato Institucional no Congresso, legitimando o golpe militar e se baseava no mesmo expurgo de pessoas que tinham estado envolvidas em atividades políticas contrárias aos objetivos da revolução, cassando os seus direitos políticos por dez anos. Foi precisamente nesse momento que a Diretoria

<sup>94</sup> Revanchismo, não. É o pacto da Aliança. O Globo. 25 de novembro de 1984. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 11 maio.2024.

decidiu demitir tais pessoas, e estas receberam ordem de não irem mais à sede. [...] a Conferência do Nordeste tornou essa ruptura ainda mais aguda, e tudo culminou com a expulsão do grupo progressista [...] em quase todas as igrejas as medidas extremas tomadas pela Diretoria tiveram repercussões desfavoráveis [...] as agências ecumênicas e as juntas de missão em Nova York e Genebra interromperam a sua ajuda financeira aos programas e atividades da CEB (Mattos, 1965)<sup>95</sup>.

Se a memória 1, nega a ditadura e reduz a violência aos comunistas, o documento memória 2, desvela cassações, perda de direitos políticos aos opositores, mas também perseguição e demissões a uma fração de religiosos pertencentes à Confederação Evangélica Brasileira. Corroborando com essa narrativa, A fonte Memória 3, vai além, denunciando que a existência desse sistema de vigilância, encontrava-se atuante mesmo antes do golpe se suceder<sup>96</sup>:

#### Memória 3

Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em, na reunião (da Confederação Evangélica do Brasil) e me avisaram: “Tem um senhor querendo falar com você”. Eu perguntei: ‘Quem é?’ Responderam: ‘Não sei; não quis dar o nome’. Fui lá. Um cavalheiro muito bem vestido, de paletó, gravata, que perguntou: ‘O senhor é Waldo César?’ Eu disse: ‘Sim’. Respondeu: ‘Eu queria conversar com o Sr. Particularmente’. Fui para outra sala. Ele apresentou a carteira do DOPS[...] o golpe foi em 1964 e eles em 60 já estavam se articulando (César, 2007).

É desejável, que o educador exercite com os discentes a fragmentação das fontes, como se fossem quebra-cabeças, articulando as partes, verificando como a Memória 3 e 2 se encaixam, acrescentando elementos a serem investigados. E mesmo nos documentos aparentemente divergentes, pontos de encontro, também podem ser manifestados. Assim, observa-se que, em sua euforia pelo o golpe, o periódico Brasil Presbiteriano<sup>97</sup>, corrobora violências denunciadas pelo pastor Domício Mattos, tanto na área administrativa, quanto na esfera dos templos:

<sup>95</sup> MATTOS, Domício Pereira. Posição social da Igreja. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Praia, 1965, p. 125-27. In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022.

<sup>96</sup> CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007. In: As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022, p. 129.

<sup>97</sup> <sup>97</sup> Jornal Brasil Presbiteriano. In: ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “Pelo Senhor, marchamos”: Os evangélicos e ditadura no Brasil (1964-1985). Tese defendida na UFF. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4605083](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4605083)>. Acesso em: 03 fev.2024.

o expurgo de comunistas e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil.(...) Pastores, Seminaristas, Presbíteros, crentes, não podem abraçar a ideologia vermelha e permanecer na igreja. Se quiserem ser comunistas, que o sejam, mas renunciem a jurisdição da Igreja e não contaminem o rebanho (Jornal Brasil Presbiteriano,1964).

Esse processo será repetido também na fonte de Memória 1. Feliciano ao justificar a dureza do regime, confessa a prática sistematizada de assassinatos pelo Estado: “aqui no Brasil, esses que foram assassinados são esses comunistas que soltavam bomba, são esses comunistas que mataram pessoas, que sequestravam pessoas”.

O professor deve chamar a atenção dos estudantes para a linha tênue que une esses relatos, o anticomunismo. Sentimento que possui sua historicidade e que mantém sua presença na sociedade brasileira, sendo mobilizado na criação do Estado Novo, em 1937, no golpe militar de 1964 e nas disputas sociais de nossa contemporaneidade (Motta, 2021). Para melhor apreensão dos alunos, disponibilizamos as iconografias abaixo:

Figura 10 – A panela do Diabo.



Fonte: Revista Integralista, 1930<sup>98</sup>.

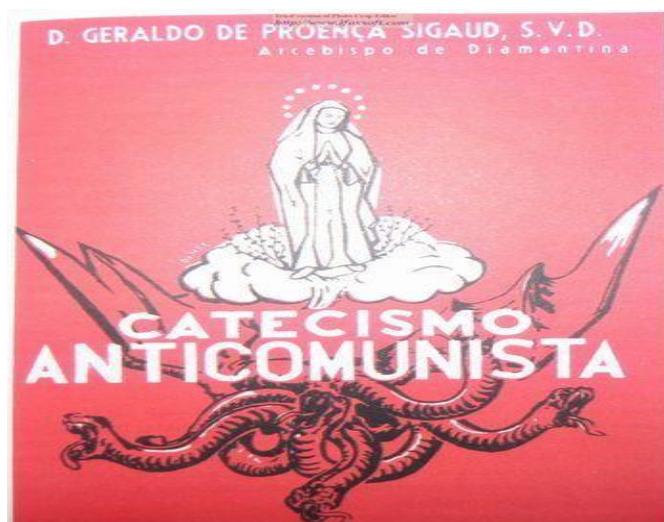
<sup>98</sup> Portal do Professor. O anticomunismo no Brasil entre 1935 e o Golpe Civil-Militar de 1964. Disponível em: <[http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar\\_aula&aula=51437&secao=espaco&request\\_locale=es](http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=51437&secao=espaco&request_locale=es)>. Acesso em: 02 jan. 2024.

Figura 11- Anticomunismo brasileiro – 1948.



Fonte: Revistas antigas<sup>99</sup>.

Figura 12 - Catecismo Anticomunista - 1960



Fonte: Portal do Professor<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> Capas de Revistas Antigas. Site redes sociais X. Disponível em: <<https://x.com/capasderevistas/status/1062698252758368256>>. Acesso em: 02 jan.2024.

<sup>100</sup> Portal do Professor. O anticomunismo no Brasil entre 1935 e o Golpe Civil-Militar de 1964. Disponível em: <[http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar\\_aula&aula=51437&secao=espaco&request\\_locale=es](http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=51437&secao=espaco&request_locale=es)>. Acesso em: 02 jan. 2024.

A figura 10, fora retratada em uma revista integralista de 1930. Em letras graúdas, ela apresenta o seu título, “Panela do Diabo”, abaixo dele, aparece: “Aliança Nacional Libertadora”. As nuvens de vapor que saem do recipiente, trazem palavras, tais como, “comunismo”, “liberal democracia” e “anarquismo”. Substâncias preparadas especialmente pelas mãos do próprio diabo, em sua caldeira infernal. Já a Figura 11, é de 1948, e teve sua divulgação elaborada pela revista Lei e Polícia, que tinha vínculos com a instituição de segurança pública do RJ. A imagem traz na parte superior a frase “O comunismo é assim”, abaixo, dois braços estendidos, quebram o crucifixo ao meio, com o dizer “O comunismo despreza a tua religião”. E, por fim, a Figura 12, publicada na obra Catecismo Anticomunista, escrita pelo bispo católico, Geraldo de Proença, em 1960. A ilustração designa uma santa em pé sobre uma nuvem, logo abaixo dela, apresenta-se um dragão vermelho de sete cabeças. Nitidamente, a iconografia faz referência do comunismo à besta demoníaca do Apocalipse<sup>101</sup>.

As retratações manifestas, têm a intenção de conceder uma noção aos estudantes, das diferentes épocas em que o anticomunismo será acionado, mas também, como as propagandas constituídas, vão buscar dialogar invariavelmente com signos religiosos, no intuito de gerar maior impacto e envolvimento na luta contra o comunismo, já que se trata de uma esfera sagrada e inviolável. Quando pensamos essas simbologias em um imaginário cristão fundamentalista, onde a figura de Satanás é permanente, podemos entender o efeito reativo de tais propagandas. É o que veremos na memória 4:

#### Memória 4

O pastor da Igreja Batista de São Paulo Enéas Tognini narra em seu livro autobiográfico (2006) como articulou um movimento civil e religioso no combate ao comunismo. O evento, conhecido como ‘O Dia Nacional de Jejum e Oração’, foi agendado para 15 de novembro de 1963.

[...] o Brasil inteiro naquele dia foi para os joelhos, jejum e oração. Houve pessoas que fizeram 48 horas de jejum e oração. O pessoal estava com medo, medo, medo da obra comunista. Eu chegava na tipografia e a pessoa fazia o impresso com preço de custo. Chegava em outro lugar e a porta estava aberta e [...] foi uma coisa tremenda o que Deus fez [...] aquela foi a hora de Deus, porque foi Deus que preparou. Eu não tinha capacidade para aquilo, nem dinheiro tinha para aquilo, agora o dinheiro ia aparecendo. Um senhor que trabalhava em banco, ele chegou e disse: ‘o senhor pode passar aqui?’ Ele chegou e deu 100 mil, por que as despesas eram grandes, a gente mandava gente para todos os lugares [...]. Então eu passava por um canal lá perto de casa, um canal de televisão, aí a pessoa convidava, vamos falar do dia de jejum. Então eles mesmos propagaram<sup>102</sup>( Tognini, 2006).

<sup>101</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói. 2 ed. Eduff, 2020.

<sup>102</sup> TOGNINI, Enéas. Autobiografia. São Paulo: Hagnos, 2006. p. 153-154 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos

O pastor Enéas Tognini, se debruça na luta contra o comunismo, mobilizando convocações cristãs em correntes de clamor e jejum. Para ele, o contexto exigia uma intervenção divina, com o fim de libertar a nação do mal bolchevista. Em seu relato, chega a declarar que teve apoio de tipógrafos, banqueiros e canais de TV, na divulgação de sua campanha, mostrando a força articuladora que o anticomunismo suscitava entre as diversas classes<sup>103</sup>.

Nessa etapa, o professor deve deixar claro que apesar da prevalência dos conservadores/fundamentalistas nas igrejas, como as próprias fontes relatam, a membresia evangélica, não era uniforme, mas diversa em suas doutrinas e posicionamentos políticos, uma dessas vertentes eram os evangélicos ecumênicos. Mas, afinal, quem eram os ecumênicos?

A ideologia ecumênica tem como principal bandeira a união e cooperação entre todas as igrejas cristãs, o embasamento quanto a isso, é simples, as cristandades, apesar de suas diferenças culturais, litúrgicas, étnicas e doutrinárias, possuem o mesmo Deus, adoram a mesma divindade, logo, fazem parte de um único corpo. Para uma apresentação junto aos discentes, trouxemos o fragmento da mensagem do bispo, Edmund Knox Sherrill, na Conferência Nordeste de 1962, que diz<sup>104</sup>:

O motivo principal do Ecumenismo diz respeito à natureza da Igreja como o corpo místico de Cristo. O ministério que nos foi entregue é o ministério da reconciliação, dos homens uns com os outros, e todos com Deus. Portanto, as divisões no corpo de Cristo ferem a natureza da Igreja e destroem o seu propósito. Deus é um só, Cristo é um só, e o Espírito é um só, como bem nos lembra o apóstolo. A oração do próprio Cristo é que a Sua Igreja seja uma só, como Ele e o Pai são um. Se compreendemos bem o sentido mais profundo da Encarnação, não podemos satisfazer-nos com a mera união teórica, mas necessitamos de uma união visível, concreta, sacramental. Embora sejamos dispersos no mundo, e entregues a uma variedade infinita de atividades, e membros de grupos e culturas bastante diferentes, estamos unidos em Deus (Sherrill, 1962, p.124).

---

entre religião e política. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 147. In *As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã* / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2022, p. 129.p.43.

<sup>103</sup>O evento criado em 1963 pelo pastor batista será recordado no século XXI por lideranças religiosas importantes como pastora Valnice Milhomens. Em 2013 a pastora destacou o acontecimento histórico e novamente fez o pedido à cristandade: “15 de novembro tornou-se um Dia Nacional de Jejum e Oração. Muitas convocações têm surgido através de diversas lideranças ao longo dos anos. Mais do que nunca somos chamados a unir-nos no uso dessas armas para a redenção do Brasil”. Disponível em:< <https://www.facebook.com/Milhomens.Valnice/photos/a.366910800022285/624257390954290/?type=3>>. Acesso em: 11 maio. 2024.

<sup>104</sup> SHERRILL, Edmund Knox. A Conferência do Nordeste; Cristo e o processo revolucionário brasileiro. 1962, p.124. Disponível em: < <https://archive.org/details/conferenciadonor02conf/page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 05 maio.2024.

É com esse pensamento, que se desenvolve, em 1934, a chamada Confederação Evangélica Brasileira, entidade que vai envolver instituições e leigos de variadas denominações cristãs protestantes. A partir dela, surgem algumas ideias incipientes sobre igreja e questões sociais. Todavia, é com a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1948, que teremos uma maior intensificação de teóricos engajados em teologias, voltadas essencialmente para os problemas sociais da vida humana.

De modo geral, tais teóricos propagavam uma doutrina que deveria ser encarnada na existência, ou seja, que não se restringisse a um livro ou mesmo à esfera espiritual, mas que deveria ter sentido prático na transformação humana como um todo. Nesse rol de teólogos, destacam-se Karl Bart (suíço), Richard Shaull (americano), Dietrich Bonhoeffer (Alemão que lutou contra os nazistas), entre outros. Em conformidade com essas ideias, vejamos a reflexão de Sebastião Gomes Moreira, no mesmo evento de 1962<sup>105</sup>:

Pensar na desigualdade imensa, chocante, entre classes sociais; no luxo e no fausto em que vivem alguns e na miséria em que vive a grande maioria dos seres humanos, a uns faz doer o coração, a outros suscita revolta. Sentir o desequilíbrio social em que se debate a humanidade; a exploração do homem pelo homem, em certos regimes, na exploração do homem pelo Estado, noutros, que é desgraça ainda maior; testemunhar a assombrosa mortalidade infantil, o analfabetismo que tanto envergonha, a subnutrição e a avitaminose fazendo multidões de candidatos aos sanatórios — tudo isso é doloroso e terrível. São vítimas caídas à margem do caminho. Nem é preciso lembrar a tragédia de uma Índia misteriosa a debater-se nas garras da fome dentro do seu mundo de párias, nem a África calcinada por um sol inclemente e explorada nos seus direitos e nas suas riquezas que já quase não dão conta de si mesmas. Aqui mesmo nós as temos, vítimas das longas estiagens, das inundações, das pestes na lavoura e nos rebanhos, da verminose e das endemias rurais, do empobrecimento da terra, por trabalho constante ou por erosão, por má distribuição das terras, por falta de justiça social, enfim [...] a injustiça social, seja sob que forma for, gera descontentamento e revolta. É o fruto amargo dos tempos de imediatismo e favoritismo. O egoísmo de indivíduos e classes; a prepotência dos mais fortes; a ganância de lucros fáceis e exorbitantes; a desavença entre capital e trabalho e entre empregador e assalariado — resultam da injustiça e produzem a desordem. Estes temas constituem a marca dos nossos dias; caem sobre o homem da cidade e do intolerável. O problema do salário justo, o equilíbrio de direitos e deveres do empregador, a questão crucial do desemprego tudo isto nos atinge a todos, e nos leva a falar ao Governo e a cooperar com ele na busca de soluções concretas e urgentes dentro da ordem e da paz (Moreira, 1962, p.133).

Decerto, escancarar os problemas e mazelas sociais do Brasil, apontando as profundezas mais abissais da desigualdade vigente, em uma atmosfera que exala e

---

<sup>105</sup> MOREIRA. Sebastião Gomes. A Conferência do Nordeste; Cristo e o processo revolucionário brasileiro. 1962, p.133. Disponível em: < <https://archive.org/details/conferenciador02conf/page/n7/mode/2up>> Acesso em: 11 maio.2024.

fomenta um anticomunismo descomedido, torna-se uma tarefa demasiadamente arriscada. Pois, nesse território fronteiriço, não era inabitual receber a pecha de comunista. Tal qual nos pronuncia o líder estudantil, Eber Ferrer:

#### Memória 6

Época em que convivi com o professor Paulo Freire, que já conhecia de uma reunião na UNE no Rio, em 1961, e cuja metodologia havia empregado num programa de alfabetização de adultos em 12 comunidades pesqueiras do litoral catarinense (juntamente com Paulo Stuart Wright) em janeiro e fevereiro de 1964 (com a participação de cerca de 150 estudantes voluntários da UCE, nas férias de verão), o que me custou mais uma vez a marca de comunista, quando toda a inspiração e motivação do nosso trabalho com e entre os pescadores era profundamente cristã (Ferrer, 2004).

Algumas pistas para Ferrer ter recebido “mais uma vez” o status de comunista, enquanto trabalhava com o programa de alfabetização, é que esta política de ensino se tratava de um dos segmentos da Reforma de Base, defendida pelo governo João Goulart. Ademais, o programa já estava sendo denunciado pela grande imprensa. O jornal, O Globo, lançara reportagem alegando que o seu processo seletivo, havia contido questões que apresentava o próprio plano governamental, como item correto. Com isso, firmavam que, João Goulart, estava selecionando professores comunistas (Motta, 2020). Abaixo temos a figura divulgada<sup>106</sup>:

Figura 13- A campanha de alfabetização.



Fonte: Jornal O Globo, publicado em 25 de janeiro de 1964.

O docente deve aproveitar o ensejo, para fortalecer junto aos educandos a importância de expor as memórias em processos de conversações com outros tipos de

<sup>106</sup> A campanha de alfabetização. O Globo. Publicado em 25 de janeiro de 1964. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> > Acesso em: 02 jan. 2024.

fontes, seja um cartaz, uma matéria jornalística, um documento oficial, uma música, ou roteiro de uma peça teatral etc. Quanto mais se articula, mais a realidade adquire contornos novos, passíveis de apreensões mais complexas.

Tendo isso em vista, solicite que os estudantes atentem para os mínimos detalhes das figuras, as frases, os símbolos, estimulando-lhes um olhar detetivesco. Por exemplo, onde se encontra o símbolo do comunismo? Qual a expressão contida na face do professor? Com matérias desse tipo, o jornal contribuía para a intensificação do medo e violência, uma vez que os professores, independentemente de seu posicionamento político, seriam tachados de comunistas, pelos demais grupos sociais?

O Globo ratificava em sua charge, a demonização do indivíduo, visto como comunista. Exibindo feições diabólicas, sobrancelhas pontiagudas, faces exibindo um aspecto de perversidade, com o rabo marcado pelo símbolo da União Soviética e o livro aberto, onde o “professor diabólico”, estava a ensinar a seguinte frase: “vamos soletrar: a salvação está nas reformas de base”.

Com todo esse arsenal de combate, voltado não só aos comunistas, mas também aos sujeitos envolvidos em causas ou trabalhos sociais, os evangélicos ecumênicos acabarão perdendo espaço nas entidades religiosas nacionais e temendo estabelecer algum vínculo possível com as instituições estrangeiras, já que podiam ser considerados traidores da pátria, o que gerou fortes temores e incertezas quanto ao futuro, como explicita Jether, na Memória 5<sup>107</sup>:

#### Memória 5

Carta escrita por Jether Ramalho e dirigida ao secretário de Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), Luiz Odell, em 1967.

Tem-nos preocupado seriamente a situação que poderemos ter com Isal no Brasil. O governo Castelo Branco, dois dias antes de deixar o poder, promulgou uma Lei de Segurança, de tal ordem que todas as atividades podem ser enquadradas nessa lei. O conceito de segurança está sujeito a um arbítrio dos Tribunais Militares, e basta uma denúncia para o cidadão ser suspenso do seu trabalho, mesmo em organização privada. Qualquer relacionamento com entidade internacional, a qualquer título, considerada prejudicial ou perigosa, é crime contra a segurança nacional [...] estamos em expectativa [...] há um clamor público contra a Lei de Segurança, mas parece que Costa e Silva não deseja vê-la revogada. Não se alimenta esperança de um futuro tranquilo. A ‘linha dura’ parece que está mais fortalecida. Enfim, teremos que esperar um pouco mais para termos uma visão mais limpa (Cunha, 1997, p.163).

---

<sup>107</sup> Carta de Jether Pereira Ramalho a Luiz Odell remetida em 16 mar. 1967. Documentação de Isal- Brasil. Arquivo pessoal de Jether Pereira Ramalho. In: CUNHA, Magali do Nascimento. Crise, esquecimento e memória. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 163.

Jether não estava errado e fez uma análise precisa da conjuntura manifesta, as coisas ainda iriam piorar. Caso o professor queira explorar um pouco o impacto das perseguições, orientamos que, ao invés de abordar somente a lei de Segurança Nacional, seja retratado também o Ato Institucional nº1.

Há um senso comum, que tende achar que o governo Castelo Branco não teve tantas violações, como se a ditadura só viesse acontecer apenas em 1968, com o Ato Institucional nº5<sup>108</sup>. Entretanto, é imperativo que o educador trabalhe com uma linha conceitual distinta. Revelando ao educando, uma perspectiva, onde a violência não se encontra delimitada meramente ao cometimento literal de torturas e assassinatos, análise restrita, que afasta de seu enfoque uma série de outras violências entranhadas no dia a dia do cidadão comum (Fico, 2014).

Portanto, cabe ao docente enunciar a violência como um fenômeno social bem mais abrangente, constituindo-se, pois, no aparelhamento de uma gama de ações e práticas variáveis, que, mediante uso da força e coerção, são capazes de gerar danos físicos, sociais, psicológicos, materiais ou simbólicos a um indivíduo ou a um grupo.

Referimo-nos, assim, a uma sistematização de violações que teve sua funcionalidade integrada a um conjunto de atos normativos generalizantes, que acabavam por conceder poderes descomedidos aos generais. Vejamos o que diz o Ato institucional nº 1, em seu art.10<sup>109</sup>:

No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (Ato Institucional nº 01, 1964).

Atente-se que na justificativa de se constituir “a paz e a honra nacional”, determina-se a anulação das garantias constitucionais fixadas na Carta Magna de 1946, “sem as limitações previstas na Constituição”. Na prática, o artigo concede amplos

---

<sup>108</sup> STARLING, Heloísa. Aparato repressivo do regime militar. Seminários 1964. Univesp. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bg0LNEQHHNU>>. Acesso em: 16 maio. 2024.

<sup>109</sup> Ato Institucional nº 01. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 05 maio.2024.

poderes para obstar qualquer um que fosse considerado adversário do regime, propiciando ao governo a possibilidade de suspensão dos direitos políticos “pelo prazo de 10 anos”.

Na minúcia da lei, é possível percebermos a natureza violenta desse procedimento, “excluída a apreciação judicial desses atos”. Em outros termos, declarava-se a anulação completa do direito de defesa dos indivíduos penalizados, não podendo estes recorrer a nenhuma instância jurídica. O historiador, José Murilo de Carvalho, nos fornece maiores detalhes do impacto dessa medida:

Só o AI-1 atingiu 2.990 pessoas. Foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores. Perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos. O expurgo nas forças armadas foi particularmente duro, dadas as divisões existentes antes de 1964. A maior parte dos militares se não todos, que se opunham ao golpe foi excluída das fileiras. Foram expulsos ao todo 1.313 militares (Carvalho, 2016, p.168).

A estatística apresentada, enuncia quão extenso e devastador tornara-se esse apetrecho normativo estatal. Além de confirmar com demasiada nitidez a matéria coercitiva do sistema, que irá instituir violações integradas a uma complexa engrenagem repressora que diariamente atingia homens e mulheres que sequer possuíam alguma conexão partidária, mas que de igual maneira, foram impactados com veemência por medidas diversas, como o autoritarismo policial, o acobertamento de notícias e informações aos cidadãos, a utilização da censura moral, ou ainda, a patrulha dos dossiês e vigilâncias que aconteciam na rotina das universidades, ambientes de trabalhos, igrejas, entre outros.

### **5.7. “Interiorizando os Saberes”**

Na última etapa, propomos uma discussão das questões originadas pelos estudantes, em seus contatos com as fontes. A partir daí, todo o processo avaliativo deve ser estruturado com base em remediar as carências e interesses explicitados. Mas além disso, também deve pontuar algumas questões chaves da temática estudada, tais como: onde estão os evangélicos ecumênicos em nosso tempo presente? Quais as mudanças existentes em suas ideias e doutrinas? O imaginário anticomunista ainda se encontra vigente nas igrejas contemporâneas? De que modo as memórias referentes a 1964, têm sido mobilizadas no tempo presente pelos evangélicos, no intuito de fortalecer

posicionamentos políticos e identidades conservadora/fundamentalista ou ecumênica/progressista?

Percebe-se, então, uma variedade de assuntos, que propicia ao professor formular trabalhos como a construção coletiva de um jornal a ser exposto em sala. Através dessa atividade os estudantes poderão de forma colaborativa, exercitar a captação das mudanças e permanências, bem como efetivar orientações possíveis sobre o tempo passado, presente e futuro, a partir de uma consciência histórica dialógica, pois como nos fala Schmidt: “Além de continuidades e mudanças, a orientação temporal deve reconstruir as relações presente, passado e futuro, com o objetivo de apreender as rupturas e redimir o passado à luz das lutas e sofrimentos do presente” (Schmidt, 2021, p.172).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda aula possui seus imprevistos, nos admoesta Fernando Seffner (2011). Já Verena Alberti (2014), prefere o vocábulo injunção. Decidi me apropriar das expressões dos autores e deslocá-los ao lugar da pesquisa. Pois a pesquisa possui seus imprevistos e suas injunções, e, não, definitivamente, não são poucas. Obviamente, cabe a nós buscarmos os ajustes e os improvisos. O problema é que, estes, muitas vezes, não correspondem aos nossos desejos, não se aproximam de onde gostaríamos de ter chegado.

Mas, paciência. Assim como como nós professores, encantados com o texto a ser escrito e narrado, sofremos a invasão abrupta de interlocuções de outros coautores, os discentes. Também na pesquisa, a vida nos invade, nos desorganiza, e o lugar em que estávamos, não estamos mais. E isso, indubitavelmente, causa impacto, gera lacunas, mas tudo bem. A Clio, dos gregos, também é incompleta.

E aqui, descrevo um pouco das incompletudes desse trabalho. Almejei muito fazer entrevistas pessoais com os estudantes evangélicos, colocar em prática a proposta de aula, ver, no chão da sala, os equívocos, pensar as possíveis correções, entender seus encantos, apatias ou aversões com o passado. Queria ter estado ali, olhando nos olhos, observando as pausas das falas e os titubeios das expressões. Mas, infelizmente, nada disso foi possível, devido a minha mudança de função na Secretaria de Educação Estadual. As novas atribuições e responsabilidades dificultaram de forma significativa a efetivação de pesquisas em sala de aula.

Por outro lado, tive meus encantos com o universo das memórias e identidades evangélicas. Os ecumênicos, sinalizam um ethos evangelical que deve ser melhor averiguado, melhor conhecido em suas ideias, em suas doutrinas, em seus posicionamentos com as causas sociais e suas visões sobre os fatos históricos (Rosa, 2015).

Se as pesquisas apontam que os evangélicos irão ser maioria em nosso país<sup>110</sup>. Como docentes, devemos desvelar aos estudantes as identidades múltiplas desse credo, de modo a conceberem um olhar multiperspectivado sobre o movimento evangelical. Atentando suas contradições, suas similaridades, bem como seus antagonismos identitários. Quanto

---

<sup>110</sup>Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032. Revista Veja. Publicado em 04 de fevereiro 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032>>. Acesso em: 04 maio.2024.

a isto, vejamos o que o pastor Ricardo Gondim, da Igreja Betesda, pensa, sobre a possibilidade de um país evangélico:

“Deus nos livre de um país evangélico”. Começo este texto com uns 15 anos de atraso. Eu explico. Nos tempos em que outdoors eram permitidos em São Paulo, alguém pagou uma fortuna para espalhar vários deles, em avenidas, com a mensagem: “São Paulo é do Senhor Jesus. Povo de Deus, declare isso”. Rumino o recado desde então. Represei qualquer reação, mas hoje, por algum motivo, abriu-se uma fresta em uma comporta de minha alma. Preciso escrever sobre o meu pavor de ver o Brasil tornar-se evangélico. A mensagem subliminar da grande placa, para quem conhece a cultura do movimento, era de que os evangélicos sonham com o dia quando a cidade, o estado, o país se converterem em massa e a terra dos tupiniquins virar num país legitimamente evangélico (...) para “ser do Senhor Jesus”, o Brasil tem que virar “crente”, com a cara dos evangélicos. (acabo de bater três vezes na madeira) como os novos puritanos tratariam Ney Matogrosso, Caetano Veloso, Maria Gadu? Não gosto de pensar no destino de poesias sensuais como “Carinhoso” do Pixinguinha ou “Tatuagem” do Chico (...) perderíamos todo o acervo do Vinicius de Moraes. Quem, entre puritanos, carimbaria a poesia de um ateu como Carlos Drummond de Andrade? (...) Prefiro, sem pestanejar, textos do Gabriel Garcia Márquez, do Mia Couto, do Victor Hugo, do Fernando Moraes, do João Ubaldo Ribeiro, do Jorge Amado a qualquer livro da série “Deixados para Trás” ou do Max Lucado. Toda a teocracia se tornará totalitária, toda a tentativa de homogeneizar a cultura, obscurantista e todo o esforço de higienizar os costumes, moralista (...) portanto, Deus nos livre de um Brasil evangélico (Gondim, 2015).

Gondim escrevera esse texto em 2011. Até hoje, exerce seu pastorado na igreja Betesda, em São Paulo. Ele teve o pai, militar, preso pela ditadura. Segundo o religioso, seu pai se reunira com outros militares para defender a Constituição e o governo de João Goulart. Após sua soltura, não fora mais aceito nas instituições públicas e se tornara um professor de história. Ao referir-se sobre a figura paterna, Gondim expressa: “Meu pai foi um militante. Ele dizia que justiça social não é opção política ou religiosa, mas dever humano. Papai não se conformava com o Brasil rachado entre abonados e miseráveis, entre oligarquias e massa de manobra”<sup>111</sup>.

Tal discurso, demonstra bem que o evangelicalismo não pode ser circunscrito a um único campo comportamental, mas que deve ser pensado e refletido em suas diversidades e historicidades, constituindo-se em um campo desafiador e vasto, pronto a ser melhor explorado por nós historiadores e professores, afinal, novos desafios são sempre percursos possíveis para novas reflexões, novas abordagens e novas práticas educativas.

---

<sup>111</sup> GONDIM. Ricardo. Minha vida, meu pai, preso político. Site Ricardo Gondim. Publicado em 31 de março de 2015. Disponível em: < <https://www.ricardogondim.com.br/minhavidameu-pai-presopolitico/>>. Acesso em: 04 maio.2024.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALBERTI, Verena. **O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas**. Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.
- ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. *In: História e memória das ditaduras do século XX*. (org.) Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. Editora FGV, 2015.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **Pelo Senhor, Marchamos**: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). São Luís. Edufma, 2020.
- ALVIM, Yara Cristina; VELASCO, Diego Bruno. Conhecimento escolar e currículo de História: apostas teóricas em tempos de negacionismo. *In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2021, p. 263-278.
- ALVITO, Marcos. Nós contra o mundo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8, nº87, dezembro de 2012.
- ARAÚJO, João Dias. **Inquisição sem fogueiras**: A história sombria da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- ARAÚJO, Ariane Rebouças. **Professores de História em tempos de autoritarismo**: experiências na rede pública e privada do ensino médio em Fortaleza (2014-2022). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras do Programa de Pós-Graduação em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para obtenção do título de mestre em História e Letras, 2023.
- ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel, et al. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus**: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALDAIA, Fábio Peixoto Bastos, et al. **O bolsonarismo e o Brasil profundo**: notas sobre uma pesquisa. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2021.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In: Para uma educação de qualidade*: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, p. 131 – 144. 2004.

- BARCA, Isabel. **Ideias chaves para a educação histórica**: uma busca de uma (inter) identidades. *Hist. R.*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.
- BARROS, Angélica. Evangélicos de raiz. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8, nº87, dezembro 2012.
- BARROSO, João. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola** - volume 1 - D26 - Unesp/UNIVESP - 1ª edição. 2012
- BAUER, Caroline; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. *In: Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 2. ed. /Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira – São Leopoldo: Oikos, 2021.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos - 3. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. *In: História na sala de aula*: conceitos, práticas e propostas. Leandro Karnal (org.). São Paulo, Contexto 2010.
- BURITY, Joanildo. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. *In: LUBAMBO, C.; COELHO, D.B.; MELO, M.A. (org.). Desenho institucional e participação política*: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 63-107.
- CAIMI, Flávia Eloísa. **O que precisa saber o professor de História?** *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “Dois Caminhos”: observações sobre uma gravura Protestante. **Dossiê: Religião, Mercado e Mídia**. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 12, n. 34, p. 339-381, abr./jun. 2014.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Religião, Política e Espaço Público no Brasil: perspectiva histórico/sociológico e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**. V.2, n.25. Recife, 2019.
- CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Para entender o negacionismo do Holocausto**. *Ciência Hoje*, edição 368, 10 ago. 2020.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Fake news: do passado ao presente. *In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. Bassanezi (org.). Novos combates pela História* – desafios, ensino, 2021.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica** / Luis Fernando Cerri. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, Rafael Rodrigues da. **Pesquisa mostra radicalismo evangélico e perigo à democracia.** Observatório Evangélico. Publicado em 12/01/2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/pesquisa-mostra-radicalismo-evangelico-e-perigo-a-democracia/> . Acesso em: 04 fev.2024.

COSTA, Viviane. **Traficantes Evangélicos: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus.** Editora Thomas Edison, 2023.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Vinho novo em odres velhos: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil.** Tese. São Paulo, 2004.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital.** Curitiba: Editora Appris, 2019.

D'ARAÚJO, Celina Maria e RIBEIRO, Guilherme Leite. Perspectivas sobre desenvolvimento democrático e qualidade da democracia: Brasil e América Latina. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 61-77, jul./dez. 2015.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Paráfrase em português do Brasil: Railton Sousa Guedes Coletivo Periferia 2003.

DU MEZ, Kristin Kobes. **Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado movimentos culturais e políticos – 1. ed.**2022.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. *In: Novos combates pela história.* (org.) Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo. Contexto, 2021.

FICO, Carlos. **Aparato repressivo do regime militar.** Seminário 1964.UNIVESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RvDG3vKMml0&t=222s>. 2014. Acesso em: 03 maio.2024.

FONSECA, T. N. L. E. Os heróis nacionais para crianças: ensino de História e memória nacional. *In: Helenice Rocha; Marcelo Magalhães; Rebeca Gontijo (org.). A escrita da história escolar: memória e historiografia.* Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

FREIRE, Eleta de Carvalho; BARBOSA, Lúcia Falcão; MORAES, Maria Thereza D. **O Construtivismo e o Ensino de História.** *In: Ensino de História e suas práticas de pesquisa.*2.ed./Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira –São Leopoldo: Oikos, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FRESTON, Paul. **O protestantismo e democracia no Brasil.** Universidade federal de São Carlos, dezembro de 1997.

GAGO, Marília. Consciência Histórica e narrativa no ensino da História: Lições da História..? Ideias de professores e alunos de Portugal. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 76-93 – 2016.

GIL, C. Z. de V, & CAMARGO, J. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, 7(13), 139–159.2018.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o IHGB e o projeto de uma história nacional 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Vendo o passado**: representação e escrita da história. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.15. n.2. p. 11-30. julho- dez. 2007.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Cia da Letras, PUC-Rio, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOFFMANN, Fábio. A extrema direita no poder: Bolsonaro e o Bolsonarismo. **Revista Orbis Latina** – volume 12, nº1. 2022.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. de esta edición, junio, 2002.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida** / Denise Jodelet; tradutora, Lilian Ulup. Paris: Éditions des archives contemporaines; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba, 2017.

JÚNIOR, Orivaldo Pimentel Lopes. Multiplicação sem milagre. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8, nº87, dezembro de 2012.

JÚNIOR, Edmilson Maia Alves. “Escutas da docência”: Ensino de História sobre a ditadura em tempos de autoritarismo e capitalismo digital pandêmico. **Revista História Hoje**, v. 11, nº 22, p. 171-194 – 2022.

JÚNIOR, A. Érico Huff. Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa. **Revista Brasileira De História Das Religiões**, 2009.

LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas**: debates e ilusões em torno do ensino de História. Rev. bras. Hist. [online], vol. 19, n. 38, 1999.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

LIMA, Damião de. ANDRADE, Juliana Alves de. Ensinar história em tempos de pós-verdade: o que está em jogo? *SÆCULUM– Revista de História*. João Pessoa, p.175-188, jul./dez, 2021.

MAIA, Aline de Assis Xavier. A Bíblia sagrada na aula de História. *Revista Escritas*. História e Educação: práticas e reflexões em tempos de pensamentos anticientíficos. Volume 12, nº 02, 2020.

MAIA, Aline de Assis Xavier. Escola de favela, aula de História e alunos evangélicos. *Revista História Hoje*, v. 10, nº 20, p. 161-177, 2021.

MAIA, Aline de Assis Xavier. “**Tá amarrado! Isso é macumba**”: a África e sua história na visão dos alunos evangélicos e seus professores. 233 f. Tese doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

MARIANO, Ricardo. Deus é voto. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 8, nº87, dezembro de 2012.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. “**Mas não somente assim!**”: Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. 2006.

MATTOZZI, Ivo. Memória e Formação Histórica: a memória na aula de História. *In: Revista Tempo no Plural*. UFC, Fortaleza, 2008.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, p. 66-88 – 2019.

MENEGUELLO, Cristina. Continuidade e Ruptura. *In: Dicionário de Ensino de História*. Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. RJ, FGV, 2019.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. **Um pé no reino e outro no mundo**: consumo e lazer entre os pentecostais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 117-144, jul./dez. 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, abril, 2001.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. *Revista História Hoje*, São Paulo: Anpuh, v. 2, n. 3, p. 19-42, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria. Entre a história e a memória. *In: Revista História Viva*, nº123, janeiro de 2014.

MOREIRA, Gilvander. **Ler a Bíblia de forma fundamentalista é perigoso**. Publicado em 24 de abril de 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefatomg.com.br/2024/04/24/artigo-ler-a-biblia-de-forma-fundamentalista-e-perigoso>. Acesso em: 03 maio.2024.

MOTTA, Aricildes Moraes. **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e a sua história / Coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. 1ªed. Rio de Janeiro. Zahar, 2021.

NEVES, Lucília Almeida. **Memória, história e sujeito**: substratos da identidade. Mesa Redonda História Oral, 3, p. 109-16, 2000.

NOVAES, **Juventude e religião, sinais do tempo experimentado**. Intersecções Rio de Janeiro v. 20 n. 2, p. 351-368, dez. 2018.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil**: trajetória e perspectiva.1992/1993.

NAPOLITANO, Marcos. **A crise brasileira, em perspectiva histórica**. Brasileiros. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In: Novos combates pela história*. (org.) Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo. Contexto, 2021.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo. Editora Leya, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. **Jovens pentecostais e escolas noturnas**: significados atribuídos às experiências escolares. 2000. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Guerra Fria, terra seca**: o “perigoso” Nordeste brasileiro sob o olhar da CIA e da imprensa estadunidense no alvorecer dos anos 1960. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão, v. 09, n. 01, p. 64-81, jan./jun.2018.

PEREIRA, Eliseu. **Teologia do domínio**: uma chave de interpretação da relação evangélico política do bolsonarismo. Projeto História, São Paulo, v. 76, pp. 147-173, jan.-abr., 2023.

PINSKY, Carla Bassanezi. PINSKY, Jaime et al. **Novos combates pela história**: desafios, ensino. C. São Paulo: Contexto, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

PRADO, Maria Ligia. Defesa do ensino de História nas escolas. *In: Novos combates pela história.* (org.) Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo. Contexto, 2021.

PRATS, Joaquín. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais. **Dossiê: Educação Histórica**, 2006.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RAFAEL, Vítor Manuel R. A inerrância bíblica: entre o biblicismo e a pós-modernidade. **Revista de Teologia**, 2020.

RAGGIO, Sandra. Ensinar os passados que não passam. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. *In: história e memória das ditaduras do século XX.* ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (org.). História e memória das ditaduras do século XX, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RANGEL, Marcelo de Mello. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2021.

REFKALEFSKY, Eduardo. Jeitinho evangelizador. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 8, n°87, dezembro de 2012.

ROCHA, Helenice. Aula de história, que bagagem levar? *In: Helenice Rocha; Marcelo Magalhães; Rebeca Gontijo.* (org.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROSA, Wanderley Pereira da. **Por uma Fé Encarnada:** teologia social e política no protestantismo brasileiro. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia da PUC-Rio, 2015.

RUBERT, Sylvania. Para além da “guerra suja”: as revelações de Claudio Guerra. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 458 – 463.

RÜSEN, Jorn. **Contribuições para uma teoria da didática da história** / organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão de Resende Martins - Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Daniel Augusto. **Entre púlpitos e porões:** Metodistas e Presbiterianos no período da ditadura militar. São Paulo: Reflexão, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Didática Reconstitutivista da História**. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Didática Reconstitutivista da História e formação da consciência histórica dialógica. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol.14, n°2, ago.-dez, 2021.

SEFFNER, Fernando. **Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos**: atravessamentos no território do Ensino de História. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SEVERO, R. G.; WELLER, W.; ARAÚJO, G. C. Jovens de direita e extrema-direita: posicionamentos políticos no ensino médio. As dimensões educativas da luta. **Revista Linhas Críticas**, 2021.

SHAULL, Richard. **O Cristianismo e a Revolução Social**. São Paulo: UCEB, 1953.

SILVA, Elizete. Anglicanismo no Brasil: a igreja dos ingleses. *In*: Elizete da Silva; Lyndon de Araújo Santos; Vasni de Almeida (org.). **Fiel é a Palavra**: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Editora UEFS, 2011.

SILVA, Juliani Borchardt; COLVERO, Bernardino; KNACK, Eduardo. **Memórias, identidades e representações sociais**. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 158, p. 43-58, julho de 2020.

SILVA, Marcos Antônio. **Religião e escola**: as condições de escolarização de estudantes evangélicos em uma escola pública de ensino médio. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2023.

SILVA, Welinton Pereira da. **Escola Sem Partido**: um estudo a partir da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional do período de 2004-2017. Dissertação de mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília, 2019.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso da Teologia da Prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais**: estudo da Retórica e da Argumentação no culto religioso. Tese (Doutorado). São Paulo: Departamento de Filologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

SIMEÃO, João Daniel de Lima; LOPES, Pâmela Kaissa Fernandes; FERREIRA, José Jefferson da Costa. Evangelização na escola pública: problematizando a intervenção do grupo “Um minuto com Deus”. **Revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP**, São Paulo. Ano 7, v. 1, n. 10. p. 39-46, 2018.

SIMPLÍCIO, João Gutemberg Nobre. RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. **As Juventudes e a Educação Profissional no Ceará**: um estudo de caso na EEEP Presidente Roosevelt. *Inovação & Tecnologia Social*. n°6 v. 2, 2020.

STARLING, Heloísa. **Aparato repressivo do regime militar**. Seminário 1964, 2014.UNIVESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bgOLNEQHHNU>. Acesso em: 03 maio.2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VALLE, Vinicius. **Eventos recentes devem dificultar ainda mais a relação da esquerda com evangélicos**. Observatório Evangélico. Publicado em 27/02/2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/eventos-recentes-devem-dificultar-ainda-mais-a-relacao-da-esquerda-com-evangelicos/>. Acesso em: 03 maio.2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.